



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO



MESTRADO EM ECONOMIA INTERNACIONAL E  
ESTUDOS EUROPEUS

O RELACIONAMENTO BILATERAL ENTRE A  
UNIÃO EUROPEIA E A ARGÉLIA  
NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO E COMERCIAL  
OS PRIMEIROS CINCO ANOS DE VIGÊNCIA DO ACORDO DE ASSOCIAÇÃO

Ivo Alexandre Nicolau Fernandes Inácio

**Orientação:** Doutor António Francisco Espinho Romão

**Constituição do júri:**

**Presidente:** Doutor Joaquim Alexandre dos Ramos Silva, professor associado com agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

**Vogal:** Doutor João Dias, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

**Vogal:** Doutor António Francisco Espinho Romão, professor catedrático aposentado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Dezembro de 2011



### **Agradecimentos**

Ao Professor Doutor António Romão, um agradecimento especial, pela sua orientação científica e disponibilidade sempre presente, fundamentais para a realização deste estudo.

Aos Professores do Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus, em particular os Professores Doutores Joaquim Ramos Silva, António Mendonça e Maria Paula Fontoura, pela leccionação de saberes instrumentais para a elaboração do presente trabalho.

Ao Director de Serviços do Médio Oriente e Magrebe na Direcção Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Dr. João Neves da Costa, pelo encorajamento constante e aconselhamento sobre matérias nucleares do presente estudo.

Aos vários colegas do Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus, pelo excelente ambiente de colaboração e de troca de perspectivas.

Um agradecimento especial a todos os que, directa e indirectamente, foram fundamentais para a concretização deste trabalho, a partir do constante apoio e incentivo.



## **Resumo**

Nos últimos anos, tem vindo a ser reforçado o relacionamento institucional entre a União Europeia e a Argélia, sobretudo com base no Acordo Euro-Mediterrânico de Associação celebrado entre aqueles dois actores que, entre outros objectivos, visa a constituição de uma Área de Comércio Livre até 2017.

Este estudo pretende verificar, com recurso aos dados relativos ao comércio e investimento estrangeiro bilaterais se, e de que forma, aquele reforço das relações União Europeia/Argélia no plano institucional se traduziu num fortalecimento do relacionamento económico e comercial nos primeiro quinquénio de vigência do dito Acordo, i.e. entre 2005 e 2010, tendo presente que a Argélia solicitou em 2010 a revisão do calendário de desmantelamento tarifário visando a criação da dita Área de Comércio Livre.

Os resultados apurados revelam, no período em apreço, um menor aumento do volume comercial do que em quinquénios precedentes, devido a um conjunto de factores, e evidenciam uma redução substancial do superávite no saldo comercial a favor da Argélia, devido a um maior crescimento do valor das importações argelinas da União Europeia do que das exportações. Tal parece dever-se mais a factores internos argelinos, como um aumento da procura interna, por um lado, e à existência de fragilidades estruturais da economia, como a elevada dependência das exportações do sector dos hidrocarbonetos, por outro, do que constituir um resultado directo do mencionado desmantelamento tarifário. No que respeita ao Investimento Directo Estrangeiro, verificou-se entre 2005-2010 um crescimento significativo da entrada de fluxos europeus na Argélia.

**Palavras-chave:** União Europeia; Argélia; Parceria Euro-mediterrânica; Comércio Internacional; Investimento Directo Estrangeiro; Relações Norte/Sul.

## **Abstract**

In the last years, the institutional relationship between the European Union and Algeria has been strengthened, particularly based on the Euro-Mediterranean Association Agreement signed between those two interlocutors which, among other objectives, aims at the creation until 2017 of a Free Trade Area.

This study intends to verify, using data on bilateral trade and foreign investment, if and in what extent, that reinforcement of European Union/Algeria institutional relations resulted in a strengthening of the economic and trade relations in the first five years of enforcement of the said agreement, that is between 2005 and 2010, especially having present that Algeria has requested in 2010 the review of the calendar of tariff dismantling envisaging the creation of the above mentioned Free Trade Area.

The results obtained reveal, within the period under review, a smaller increase of trade volume comparing to precedent homologue periods and show a substantial reduction in Algerian surplus in the trade balance, due to a higher growth in the value of Algerian imports from the European Union than that of the exports. This appears to be due more to Algerian internal factors, such as an increase in domestic demand, on the one hand, and the existence of structural weaknesses in the economy, like the high dependency of exports from the hydrocarbon sector, on the other, than being a direct result of the referred tariff elimination. As regards Foreign Direct Investment, there has been between 2005-2010 significant growth in inward flows to Algeria from European Union.

**Keywords:** European Union; Algeria; Euro-Mediterranean Partnership; International Trade; Foreign Direct Investment; North/South Relations.

### **Lista de abreviaturas**

**ACP** – África, Caraíbas e Pacífico

**AEMA** – Acordo Euro-mediterrânico de Associação

**AICEP** – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

**ACL** – Área de Comércio Livre

**ACLEM** – Área de Comércio Livre Euro-mediterrânica

**AGCS** – Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços

**AGTC** – Acordo Geral de Tarifas e de Comércio

**AQMI** – Al-Qaeda no Magrebe Islâmico

**BM** – Banco Mundial

**BP** – British Petroleum

**CEE** – Comunidade Económica Europeia

**CNUCED** – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento

**COM** – Comissão Europeia

**DZ** – Dinar argelino

**EMN** – Empresas Multinacionais

**FEM** – Fórum Económico Mundial

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**GALCA** – Grande Área de Livre Comércio Árabe

**GNL** – Gás Natural Liquefeito

**IDE** – Investimento Directo Estrangeiro

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IEVP** – Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria

**LA** – Liga Árabe

**MC** – Mercado Comum

**MEDA** – “Medidas de Acompanhamento”, [instrumento financeiro da PEM]

**NAID** – Nova Arquitectura Internacional do Desenvolvimento

**NOEI** – Nova Ordem Económica Internacional

**NU** – Nações Unidas

**OCDE** – Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Económico

**OPEP** – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**PAC** – Política Agrícola Comum

**PB** – Processo de Barcelona  
**PD** – Países Desenvolvidos  
**PE** – Parlamento Europeu  
**PED** – Países em Desenvolvimento  
**PEM** – Parceria Euro-Mediterrânica  
**PEV** – Política Europeia de Vizinhança  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PIN** – Programa Indicativo Nacional  
**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**PPMO** – Processo de Paz do Médio Oriente  
**PTM** – Países Terceiros Mediterrânicos  
**SPG** – Sistema de Preferências Generalizadas  
**TNALC** – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio  
**UA** – União Aduaneira  
**UE** – União Europeia  
**UMA** – União do Magrebe Árabe  
**UPM** – União para o Mediterrâneo  
**USD** – Dólar norte-americano



## Índice

<b>Lista de abreviaturas .....</b>	<b>7</b>
<b>Índice de Figuras .....</b>	<b>11</b>
<b>Índice de Tabelas .....</b>	<b>11</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>I – Enquadramento temático e teórico do relacionamento Norte/Sul .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 – O contexto internacional globalizado e o relacionamento Norte/Sul.....</b>	<b>14</b>
1.1.1 – A globalização: breve enquadramento .....	14
1.1.2 – As transformações no relacionamento Norte/Sul no quadro da globalização .....	14
1.1.3 – A governação mundial e o diálogo Norte/Sul .....	15
1.1.4 – O regionalismo e as relações Norte/Sul .....	16
<b>1.2. – As relações Norte/Sul e o comércio internacional .....</b>	<b>17</b>
1.2.1 – A reformulação de atitudes de Norte e/ou Sul em matéria de comércio internacional .....	17
1.2.2 – As relações Norte/Sul à luz da teoria do comércio internacional.....	18
1.2.3 – As relações Norte/Sul e a articulação entre comércio e desenvolvimento .....	19
<b>1.3 – As relações Norte/Sul e o investimento estrangeiro.....</b>	<b>21</b>
<b>II – As relações UE/Magrebe.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 – As relações UE/Magrebe à luz do paradigma relacional Norte/Sul.....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 – A relevância estratégica das relações UE/Magrebe para cada um desses actores..</b>	<b>24</b>
2.2.1 – UE .....	24
2.2.2 – Países do Magrebe.....	25
<b>2.3 – As relações UE/UMA e o bloqueio de integração regional magrebina .....</b>	<b>26</b>
<b>2.4 – As relações UE/Magrebe no quadro da PEM e da PEV .....</b>	<b>27</b>
2.4.1 – A PEM e o PB .....	27
2.4.2 – A PEM e a UPM .....	29
2.4.3 – A constituição de uma ACLEM .....	29
2.4.4 – A PEV .....	30
<b>III – Caracterização económica e comercial da Argélia .....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 – Breve contextualização histórica da Argélia no plano económico .....</b>	<b>32</b>
<b>3.2 – Caracterização da situação económica actual .....</b>	<b>32</b>
3.2.1 – PIB .....	32
3.2.2 – Contas públicas e privadas .....	34
3.2.3 – Política monetária e sector financeiro .....	35
3.2.4 – Sectores da actividade económica.....	35
<b>3.3 – Caracterização comercial e de investimento estrangeiro.....</b>	<b>37</b>
3.3.1 – Estrutura comercial .....	37
3.3.2 – Acordos multilaterais e regionais e principais parceiros comerciais.....	39
3.3.3 – Investimento estrangeiro .....	40
<b>3.4 – Principais desafios da economia argelina.....</b>	<b>41</b>

#### **IV – As Relações UE/Argélia no plano institucional nos domínios económico e financeiro**

<b>4.1 – Os principais quadros do relacionamento UE/Argélia .....</b>	<b>43</b>
4.1.1 – O relacionamento UE/Argélia pré-PEM .....	43
4.1.2 – O relacionamento UE/Argélia no âmbito da PEM.....	43
4.1.3 – O relacionamento UE/Argélia no âmbito da PEV.....	44
<b>4.2 – O AEMA UE/Argélia .....</b>	<b>45</b>
4.2.1 – Objectivos e estrutura do AEMA .....	45
4.2.2 – O interesse argelino na reconfiguração do quadro contratual e sua complementaridade com o AEMA.....	45
<b>4.3 – A implementação do AEMA nos domínios do comércio, investimento, cooperação económica e financeira.....</b>	<b>46</b>
4.3.1 – O comércio de bens e a constituição de uma ACL.....	46
4.3.2 – O comércio de serviços .....	50
4.3.3 – O investimento estrangeiro .....	51
4.3.4 – A cooperação económica e financeira.....	52
<b>4.4 – O relacionamento institucional UE/Argélia no domínio energético .....</b>	<b>53</b>
4.4.1 – A relevância estratégica das questões energéticas para cada um dos actores .....	54
4.4.2 – A esfera bilateral UE /Argélia.....	54
4.4.3 – A cooperação UE/Argélia no quadro euro-mediterrânico.....	55

#### **V – O impacto do reforço das relações institucionais UE/Argélia sobre o relacionamento económico e comercial (2005-2010).....**

<b>5.1. – Considerações introdutórias.....</b>	<b>57</b>
<b>5.2 – Evolução quantitativa e estrutural do comércio de bens UE/Argélia, 2005-2010... 57</b>	<b>57</b>
5.2.1 – A importância do comércio de bens UE/Argélia para cada um destes actores .....	57
5.2.2 – A evolução quantitativa das trocas comerciais UE/Argélia .....	58
5.2.3 – A evolução estrutural das trocas comerciais .....	63
<b>5.3 – O comércio de bens UE/Argélia nos grupos de bens objecto do desmantelamento tarifário visando a criação de uma ACL .....</b>	<b>65</b>
5.3.1 – Bens industriais .....	65
5.3.2 – Bens agrícolas .....	69
<b>5.4 – O comércio de serviços UE/Argélia.....</b>	<b>72</b>
<b>5.5 – O IDE UE/Argélia .....</b>	<b>72</b>
5.5.1 – O peso da UE como emissor de entradas de fluxos de IDE na Argélia .....	73
5.5.2 – A incidência sectorial das entradas na Argélia de fluxos de IDE originários da UE73	

<b>Conclusões.....</b>	<b>75</b>
------------------------	-----------

<b>Notas de Fim .....</b>	<b>79</b>
---------------------------	-----------

<b>Bibliografia .....</b>	<b>96</b>
---------------------------	-----------

<b>Anexos .....</b>	<b>105</b>
---------------------	------------

## **Índice de Figuras**

<b>Figura 1</b> – PIB real e nominal da Argélia, 1999-2016, em % (FMI, 2011) .....	33
<b>Figura 2</b> – Contas públicas argelinas, 1999-2016, em % do PIB, (FMI, 2011) .....	34
<b>Figura 3</b> – Comércio de bens da Argélia, 1999-2009, em milhões USD (FMI, 2011) .....	38
<b>Figura 4</b> – Estrutura sectorial das exportações de bens da Argélia, 1999-2009, em % (FMI, 2011) .....	38
<b>Figura 5</b> – Estrutura sectorial das importações de bens da Argélia, 1999-2009, em % (FMI, 2011) .....	39
<b>Figura 6</b> – Entradas e saídas de fluxos de IDE na Argélia, 2006-2009, em milhões USD (CNUCED, 2011) .....	40
<b>Figura 7</b> – Comércio de bens UE/Argélia, 2005-2010, em milhões € (Eurostat, 2011) .....	60
<b>Figura 8</b> – Saldo global e saldo excluindo combustíveis minerais do comércio de bens UE/Argélia, 2005-2010, em milhões € (Eurostat, 2011) .....	60
<b>Figura 9</b> – Variação anual média do comércio de bens UE/países do Magrebe, 2005/2010, em % (Eurostat, 2011) .....	62
<b>Figura 10</b> – Variação anual média do comércio de bens UE/ PTM, nos primeiros cinco anos da vigência dos respectivos AEMA, em % (Eurostat, 2011) .....	63
<b>Figura 11</b> – Importações pela UE de bens originários da Argélia, por sector, 2005-2010, em % (Eurostat, 2011) .....	64
<b>Figura 12</b> – Exportações pela UE de bens destinados à Argélia, por sector, 2005-2010, em % (Eurostat, 2011) .....	65
<b>Figura 13</b> – Comércio de bens industriais UE/Argélia, 2005-2008, em milhões DZ (IDC, 2009) .....	65
<b>Figura 14</b> – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como fornecedor à Argélia de bens industriais constantes do anexo 2 do AEMA, 2005-2008, em % (IDC, 2009) .....	67
<b>Figura 15</b> – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como fornecedor à Argélia de bens industriais constantes do anexo 3 do AEMA, 2005-2008, em % (IDC, 2009) .....	67
<b>Figura 16</b> – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como fornecedor à Argélia de bens industriais não constantes de qualquer anexo do AEMA, 2005-2008, em % (IDC, 2009) .....	68
<b>Figura 17</b> – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como cliente da Argélia de bens industriais, 2005-2008, em % (IDC, 2009) .....	69
<b>Figura 18</b> – Comércio UE/Argélia de bens agrícolas constantes dos Protocolos 2 e 4 do AEMA, 2005-2008, em milhões DZ (IDC, 2009) .....	70
<b>Figura 19</b> – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como fornecedor à Argélia de bens agrícolas constantes dos Protocolos 2 e 4 do AEMA, em %, 2005-2008 (IDC, 2009) .....	70
<b>Figura 20</b> – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como cliente à Argélia de bens agrícolas constantes dos Protocolos 2 e 4 do AEMA, em %, 2005-2008 (IDC, 2009) .....	71
<b>Figura 21</b> – Saldo do comércio serviços UE/países Magrebe, 2006/2009, em milhões € (Eurostat, 2011) .....	72
<b>Figura 22</b> – Peso da UE como emissor de entradas de fluxos de IDE na Argélia, em %, e variação anual desses fluxos emitidos pela UE, em milhões USD, 2005-2008 (IDC, 2009) .....	73
<b>Figura 23</b> – Incidência, por sector económico, das entradas na Argélia de fluxos de IDE oriundos da UE, 2005-2008, em % (IDC, 2009) .....	74

## **Índice de Tabelas**

<b>Tabela 1</b> – Compromissos de assistência financeira da UE à Argélia de 1997 a 2013, em milhões € (COM, 2007) .....	53
<b>Tabela 2</b> – Variação percentual do valor em € das trocas comerciais de bens UE/Argélia, por quinquénio (1995-2010), em percentagem (Eurostat, 2011) .....	59

## **Introdução**

Em primeiro lugar, importará referir que a escolha do tema do presente estudo, que se intitula *O Relacionamento Bilateral entre a União Europeia e a Argélia nos Domínios Económico e Comercial. Os Primeiros Cinco Anos de Vigência do Acordo de Associação*, se prendeu, antes de mais, pelo facto de esse tema intersectar os dois domínios basilares do Curso de Mestrado em que se inscreve a realização do estudo em apreço, i.e. a Economia Internacional e os Estudos Europeus.

Por outro lado, afigura-se, do nosso ponto de vista, que a referida temática se poderá revestir de interesse, atendendo não só à crescente relevância estratégica atribuída pela UE à Argélia – com ênfase na gestão de questões prioritárias de interesse comum, como a energia, as migrações, a cooperação na luta contra o terrorismo e os tráficos ilícitos –, como também pelo carácter singular assumido pela participação argelina no quadro das políticas da UE destinadas ao Magrebe e ao Mediterrâneo, seja na vertente multilateral, seja na vertente bilateral.

Nesse último ponto, cumpre destacar que, de entre os vários PTM com quem a UE celebrou AEMAs – os quais constituem vínculos contratuais distintivos de um tipo de relacionamento político privilegiado –, a Argélia foi, até ao momento, o único país a solicitar a revisão do calendário de desmantelamento tarifário visando a criação de uma ACL prevista naquele convénio.

Em face de quanto precede, foi formulada, como pergunta de partida, “se, e de que forma, o reforço do relacionamento bilateral UE/Argélia registado nos últimos anos nos planos político e institucional em diversos domínios – do que constitui um importante testemunho a entrada em vigor em 2005 do referido AEMA –, se teria traduzido, decorridos os primeiros cinco anos da sua vigência, num reforço das relações bilaterais nos domínios económico e comercial”.

Em articulação com a procura de respostas para a referida questão de partida, procurar-se-á analisar os fundamentos e extensão dos pressupostos invocados pela Argélia – alegando que os custos para esse país derivados da implementação do AEMA celebrado com a UE teriam largamente ultrapassado os benefícios – para sustentar a referida solicitação de revisão de calendário de desmantelamento tarifário.

Tendo em vista concretizar os objectivos acima delineados, optou-se por estruturar o presente trabalho em cinco capítulos. Um primeiro, no qual se pretende elaborar um enquadramento sobre o relacionamento Norte/Sul, considerado

instrumental para contextualizar as relações UE/Argélia, nos planos temático – com ênfase para o impacto do fenómeno da globalização – e teórico, com destaque para as articulações entre comércio internacional e investimento estrangeiro, por um lado, e desenvolvimento, por outro. No segundo capítulo, procurar-se-á abordar as dinâmicas relacionais UE/Magrebe, quer na vertente das relações entre blocos regionais, quer no quadro euro-mediterrânico, com vista a enquadrar regionalmente o relacionamento euro-argelino. No terceiro ponto, será realizada uma contextualização económica e comercial da Argélia. No quarto capítulo, efectuar-se-á uma abordagem ao relacionamento institucional UE/Argélia, nos quadros da PEM, da PEV, e da implementação do AEMA, incidindo sobre o relacionamento em matéria de cooperação comercial, financeira, económica e de investimento. No quinto ponto, procurar-se-á analisar, em termos evolutivos e estruturais, o relacionamento euro-argelino nos domínios económico e comercial, ao longo dos primeiros cinco anos de vigência do AEMA, ou seja entre 2005-10.

Compete assinalar que, tendo em vista efectuar uma revisão crítica da literatura existente sobre as várias dimensões que intersectam a temática central do presente estudo, se consultou uma extensa bibliografia, consistente em obras gerais e de carácter específico, estudos de caso e artigos em revistas científicas. Por outro lado, para sustentar a elaboração do dito estudo, recorreu-se a fontes de diversas origens, como dados estatísticos compilados por organizações internacionais, instrumentos de Direito Internacional e Comunitário e ainda órgãos de imprensa argelina francófona.

## **I – Enquadramento temático e teórico do relacionamento Norte/Sul**

### **1.1 – O contexto internacional globalizado e o relacionamento Norte/Sul**

#### **1.1.1 – A globalização: breve enquadramento**

A globalização<sup>1</sup> tem constituído um agente decisivo na reconfiguração do contexto internacional que se tem vindo a registar, a diversos níveis, sobretudo no último século e meio, alternando entre períodos de interrupção e de intensificação dos seus efeitos. Assim, poder-se-á distinguir, no entendimento de um conjunto alargado de autores, entre três “ondas de globalização, a saber”: a primeira, entre 1870/1914; a segunda, entre 1945/1980; e a terceira, após 1980.

Nas últimas décadas, tem-se desenvolvido um profícuo debate entre apologistas e críticos da globalização<sup>2</sup>, os quais traçam balanços positivos ou negativos, respectivamente, acerca do impacto daquele fenómeno, pesando os benefícios e custos derivados do mesmo<sup>3</sup>. A tónica das críticas à globalização tem-se centrado sobretudo no facto de o progresso económico generalizado registado em termos mundiais desde 1870 ter sido acompanhado por um aumento das desigualdades entre Estados e mesmo dentro daqueles (Stiglitz, 2004).

Cabe assinalar que esse criticismo se tem acentuado na terceira “onda da globalização”<sup>4</sup>, levando a que alguns contributos procurem efectuar uma distinção entre globalização e globalismo<sup>5</sup>, de forma a transferir boa parte da carga negativa associada ao processo globalizante para o ideário predominante, de matriz neoliberalizante<sup>6</sup>.

#### **1.1.2 – As transformações no relacionamento Norte/Sul no quadro da globalização**

No contexto das tendências atrás referidas, o relacionamento Norte/Sul<sup>7</sup> tem-se vindo a afirmar, sobretudo a partir da década de 1980, como principal formulação utilizada para identificar e analisar as diferenças em matéria de desenvolvimento no quadro internacional, em detrimento de outras conceptualizações, como a dos “três mundos”, para o que terá contribuído decisivamente o fim do mundo bipolar causado pela desagregação do bloco soviético.

Por outro lado, tem-se vindo a observar a ocorrência de consideráveis transformações em termos da própria constituição de Norte e Sul<sup>8</sup>, as quais influenciam e reflectem, em simultâneo, a ocorrência de significativas transformações no que

respeita à natureza do relacionamento Norte/Sul. Desse modo, se até meados do século XX essas relações assentavam sobretudo num paradigma baseado na divisão internacional do trabalho e mercado pela dependência unidireccional do Sul subdesenvolvido face ao Norte desenvolvido, sensivelmente a partir dessa data passa-se gradualmente para uma realidade em que se afirmam duas grandes tendências. Uma primeira, relativa à relação entre o Norte e os PED do Sul, caracterizada pela manutenção das lógicas atrás referidas e na qual se regista uma assimetria relacional, e uma segunda, referente ao relacionamento entre o Norte e os países emergentes do Sul, crescentemente marcado pela concorrência e interdependência entre espaços, contribuindo assim para a diluição das assimetrias na interacção Norte/Sul. (Akin e Kose, 2007).

Essa bifurcação de lógicas relacionais Norte/Sul irá traduzir-se em duas realidades diferentes no tocante à evolução em matéria de repartição do rendimento, verificando-se: (i) por um lado, uma convergência entre os países emergentes, em termos médios, relativamente ao Norte<sup>9</sup>; e (ii) por outro, um alargamento do fosso entre os PED e o Norte<sup>10</sup>. Em ambos os casos, essas tendências ter-se-ão vindo a intensificar, em grande parte, durante a vigência do modelo de globalização desenvolvido sobretudo a partir da década de 1980.

Paralelamente, e ainda no contexto das transformações registadas sob a influência do processo de globalização no respeitante à natureza do relacionamento Norte/Sul, cumprirá assinalar que se tem vindo a assistir a um progressivo declínio do papel do Estado-nação no seio das relações económicas internacionais, em detrimento de outros actores, sejam eles instituições com competências supranacionais, adquiridas formal ou informalmente, EMN, ou outros.

### 1.1.3 – A governação mundial e o diálogo Norte/Sul

A questão da governação mundial tem constituído um tópico central no debate sobre o sinal e a magnitude dos efeitos produzidos pela globalização.

Neste contexto, Adda (1997) salienta que na globalização se verifica o triunfo dos princípios da concorrência à escala mundial, em detrimento dos relativos à organização. Stiglitz (2004) desenvolve essa ideia, assinalando que, em boa medida, os desequilíbrios provocados pela globalização se devem à inexistência de um Estado mundial, encarregue da supervisão daquele fenómeno, à semelhança do efectuado pelo Estado-nação nos processos de nacionalização. O autor define o actual sistema como

uma “gestão global sem governo global”, alertando para o défice democrático que impõe<sup>11</sup>.

Em oposição a essas concepções, outros autores, não deixando de reconhecer a necessidade de desenvolvimento de esforços para melhorar a forma de lidar com a globalização, têm procurado desdramatizar a questão em apreço, como Bhagwati (2004), que assinala que a globalização tem uma “face humana”.

Compete referir que, na perspectiva de instauração de uma NOEI, surgiu na década de 1970 o diálogo Norte/Sul<sup>12</sup>, o qual, porém, não viria a produzir resultados substantivos, em grande medida devido ao facto de os países do Norte nunca terem aceite os pressupostos do programa de reforma proposto pelo Sul<sup>13</sup>, tendo a Cimeira de Cancún (1981) assinalado o fim desse processo negocial. As décadas de 1980 e 1990 confirmaram a inviabilidade de retoma das conversações Norte/Sul sobre a constituição de uma NOEI.

Não obstante, o contexto internacional resultante da evolução do processo de globalização, acarretando as transformações em matéria de relacionamento Norte/Sul atrás expostas, combinadas com a recente eclosão da crise financeira e económica, parece indiciar que poderá fazer sentido equacionar, na actual conjuntura, uma nova NOEI. Esse sistema estará em processo de formação há algum tempo e “já hoje tem tradução na realidade da economia mundial, nas relações de poder a nível do Globo, embora ainda não tenha tradução institucional nas Organizações e Normas que regem a vida económica mundial, traduzindo o poder relativo das novas economias emergentes no FMI, no BM e na OMC” (Romão, 2010).

Contudo, na reorganização em curso, será de prever que os interesses dos PED sejam sacrificados em favor dos interesses das economias emergentes, reforçando o atrás referido sobre o alargamento do fosso no Sul entre países emergentes e os PED. Para contribuir para a resolução dessa questão, a CNUCED (2010b) propõe o estabelecimento de uma NAID<sup>14</sup>.

#### 1.1.4 – O regionalismo e as relações Norte/Sul

Tem vindo a emergir um conjunto de contributos sustentando a importância do enquadramento geográfico enquanto vector fulcral para a reconfiguração das relações económicas internacionais<sup>15</sup>. No que se refere em concreto às relações Norte/Sul no quadro da globalização, Kébabdjian (1994) considera que aquelas devem reflectir uma



dimensão geográfica, em função de três pólos agregadores do contexto económico internacional<sup>16</sup>.

Nesse âmbito, de referir que, no comumente designado “novo regionalismo” – iniciado na década de 1980 – a integração regional estará a ser projectada também no sentido Norte/Sul<sup>17</sup>, quando nas décadas precedentes se tinha processado apenas sobre os eixos Norte/Norte e Sul/Sul.

## **1.2. – As relações Norte/Sul e o comércio internacional**

### **1.2.1 – A reformulação de atitudes de Norte e/ou Sul em matéria de comércio internacional**

Conforme pudemos atrás constatar, alguns autores, para justificar a existência de desequilíbrios em matéria de rendimento entre PD e PED, atribuem grande responsabilidade à posição desfavorável em que se encontram os segundos no contexto do comércio internacional. Relativamente ao rumo a seguir para corrigir essa questão, vários contributos sustentam a necessidade de Norte e/ou Sul adoptarem atitudes diferentes em matéria de comércio internacional.

Brunel (1997) assinala a existência de uma “atitude paradoxal” dos países do Norte, na medida em que, se por um lado restringem a entrada dos concorrentes do Sul nos seus mercados, por outro pretendem tirar proveito de vantagens comparativas que possuem com o intuito de se deslocalizar, e usufruir do crescimento do seu poder de compra para conquistar novos mercados<sup>18</sup>. Desse modo, a abertura dos mercados do Norte ao Sul afigura-se como crucial para atenuar o desenvolvimento, por oposição à “ineficácia da via da assistência”.

No contexto *supra* exposto, a OMC e as rondas negociais multilaterais em matéria de comércio têm vindo a ser objecto de críticas e de propostas no sentido da reformulação da sua acção. Rodrik (2001) assinala a importância do regime comercial passar do actual quadro de referência marcado pelo “acesso ao mercado” para outro, regido pelos princípios do “desenvolvimento”.

Helleiner (1991) alerta ainda que, para muitos países do Sul, “não menos importantes do que os termos das negociações do AGTC [agora OMC] ou as políticas comerciais dos Governos do Norte, serão as negociações quotidianas a ser empreendidas com as empresas estrangeiras que produzem ou comercializam as suas exportações manufacturadas”. Por outro lado, será igualmente necessário que os países

do Sul ponderem os efeitos comerciais das barreiras tarifárias e não tarifárias existentes entre si, atendendo a que 70% das barreiras tarifárias que aqueles países enfrentam são erigidas por outros países desse mesmo espaço (Gomes, 2003). Será ainda essencial que os países do Sul adotem estratégias com vista a evitar os défices comerciais, que introduzem dois elementos de dependência<sup>19</sup>, bem como impõem custos reais e forçam permutas com valores tais como a autonomia, a responsabilidade democrática e outros resultados sociais (Moon, 2007).

Assim, e tendo em vista obter um equilíbrio internacional satisfatório, deverão ser desenvolvidos esforços não no sentido da generalização do comércio livre, mas sim visando uma coordenação de políticas comerciais, combinando a adopção de protecção nuns sectores, e o comércio livre noutros (Kébabdjian, 1994; Stiglitz, 2004).

### 1.2.2 – As relações Norte/Sul à luz da teoria do comércio internacional

Nas últimas décadas, tem-se assistido a uma sucessiva apresentação de contributos no domínio da teoria do comércio internacional, no âmbito da qual, até muito recentemente, a maioria dos modelos procurava explicar os padrões de comércio através da lei da vantagem comparativa, ainda que divergindo no factor diferenciador, como a tecnologia utilizada, as dotações factoriais, ou outros critérios analíticos. Nesse campo teórico, destaca-se o modelo neoclássico de Heckscher-Ohlin, que tem vindo a ser objecto de revisão por um conjunto alargado de contributos<sup>20</sup> que, contudo, não terão chegado a constituir, nem isoladamente, nem de modo conjunto, uma alternativa à teoria tradicional do comércio internacional (Mendonça, 1997).

No que se refere em específico às relações Norte/Sul, o surgimento, na década de 1950, da comumente designada tese de Singer-Prebisch<sup>21</sup> inspirou um conjunto de contributos teóricos versando sobre a existência de assimetrias relacionais entre Norte/Sul. Entre eles, cumprirá destacar o trabalho de Findlay (1980) que, assumindo a existência de um conjunto de diferenças estruturais entre Norte e Sul<sup>22</sup>, infere, como principal conclusão, que o comércio é o catalisador de crescimento para o Sul, sendo que esse processo se encontra, todavia, dependente do crescimento registado do Norte. Esse e outros modelos “assimétricos” elaborados posteriormente têm sido utilizados para analisar fenómenos como a transferência de tecnologia, as preferências de consumo entre outros.

Contudo, diversos autores consideram que as mudanças estruturais que se têm registado no seio de Norte e Sul – sobretudo aquelas que acentuam a heterogeneidade dentro de cada um dos dois grupos – poderão tornar irrelevantes os pressupostos assimétricos do modelo de Findlay (Akin, Kose, 2007)

### 1.2.3 – As relações Norte/Sul e a articulação entre comércio e desenvolvimento

Essencialmente a partir da II Guerra Mundial, verificou-se o surgimento de várias teorias do desenvolvimento, marcando assim uma emancipação da economia do desenvolvimento, cujos principais contributos procuram constituir um corpus teórico diferente dos contributos neoclássicos e keynesianos, que circunscrevem os problemas do desenvolvimento à teoria do crescimento, às imperfeições dos mercados ou à economia internacional. Dar-se-ia assim início a um conjunto de debates que marcariam as épocas posteriores, traduzidos, segundo Hugon (1989), em “oposições entre estratégias de desenvolvimento voluntaristas e liberais” e segmentando-se em três grandes períodos: (i) o tempo da construção (1945-60); (ii) o tempo da radicalização (1960-1975); e (iii) o tempo da gestão (1975-1990). Poder-se-á caracterizar as décadas de 1990 e 2000 como tempo de “acomodação” e de “uniformização”.

No quadro desse debate, tem-se verificado um conjunto de críticas direccionadas contra as teses sustentadas pelo corpo teórico neoclássico dominante, entre as quais poderemos destacar: (i) “o comércio é um importante estimulador do crescimento económico”; (ii) “o comércio tende a promover uma maior igualdade internacional e doméstica através da igualização do preço de factores, elevando os rendimentos reais de países que comerciam” (Todaro e Smith, 2009)<sup>23</sup>. Importará, em seguida, analisar essas duas asserções em separado.

#### 1.2.3.1 – O comércio e o crescimento económico

Nas últimas décadas, vários estudos têm sido elaborados visando verificar empiricamente a eventual existência de um nexos relacional entre liberalização comercial e crescimento económico. Nesse campo, é de referir o trabalho de Dollar e Kraay (2001) que, comparando dados relativos a volumes comerciais de um conjunto de países do Sul desde 1980, conclui que aqueles que efectuaram cortes substanciais nas tarifas aduaneiras registaram um aumento de volumes comerciais e, conseqüentemente, um crescimento económico significativamente superior a outros que optaram por manter elevados níveis de protecção. Afonso (2001) concorda que a abertura comercial

tende a ser benéfica para o crescimento, quer para os países do Norte, porque são afectadas as taxas domésticas de inovação, quer para os países do Sul, devido aos efeitos dinâmicos da integração económica com os países do Norte, a importação de bens capitais e a capacidade para adaptação e implementação de inovações.

Em sentido contrário, Rodriguez e Rodrik (2000) manifestam cepticismo a esse respeito, alegando verificar-se uma ausência de evidência inequívoca quanto à existência de uma relação forte negativa entre a existência de barreiras comerciais e o crescimento económico.

Todaro e Smith (2009) inferem que o comércio pode conceder um importante estímulo para um rápido crescimento económico. Contudo, tal não implicará, necessariamente, que decorra uma melhoria substancial em matéria de desenvolvimento, encontrando-se aquela também dependente de outros factores, como a natureza do sector exportador, a distribuição dos seus benefícios e as suas articulações com o resto da economia.

#### 1.2.3.2 – O comércio e a distribuição do rendimento

Diversos autores, entre os quais Thirlwall (2000), assinalam que, embora o comércio internacional entre países acarrete ganhos estáticos e dinâmicos, o paradigma teórico predominante é omissivo no que reporta à distribuição daqueles ganhos. Nesse sentido, nos últimos anos têm vindo a ser elaborados vários estudos empíricos procurando apurar a articulação entre comércio e distribuição do rendimento.

Neste âmbito, Todaro e Smith (2009) inferem que os principais benefícios em matéria de rendimento decorrentes do comércio mundial reverteram, maioritariamente, a favor dos países do Norte. Por outro lado, tem-se igualmente verificado uma distribuição desproporcional desses rendimentos ao nível nacional, realidade agravada no caso dos países do Sul, devido a um conjunto de factores<sup>24</sup>.

Winters, McCulloch and McKay (2004) referem não ser possível verificar empiricamente a existência de uma relação entre liberalização comercial e pobreza. Pelo contrário, haverá mesmo motivos para possuir “optimismo” no sentido de que a primeira possa mesmo contribuir positivamente para a redução da segunda, disso dependendo vários factores relativos ao país em estudo<sup>25</sup>. Dollar e Gray (2001) possuem uma perspectiva mais assertiva sobre a existência de um nexos relacional entre liberalização comercial e redução de pobreza, em termos absolutos.

### 1.3 – As relações Norte/Sul e o investimento estrangeiro

Durante o século XX, aumentou exponencialmente o número de empresas que se internacionalizaram, processo que terá sido reforçado pelo também muito expressivo aumento do investimento, e do IDE em particular<sup>26</sup>, o que está intimamente relacionado com a acção das EMN, e é reflexo do papel de primeiro plano que elas desempenham na economia mundial (Silva, 2002).

Essa tendência intensificou-se sobretudo a partir do início da década de 1980<sup>27</sup>, na qual germinaram novas formas de investimento<sup>28</sup> (Fontoura, 1997). coincidindo com a formulação do “paradigma OLI” por parte de Dunning<sup>29</sup>, É neste quadro que devemos posicionar alguns contributos que têm procurado rever o corpus teórico do IDE existente<sup>30</sup> à luz dos referidos desenvolvimentos.

No referente ao relacionamento Norte/Sul, a questão do investimento estrangeiro tem vindo, nas últimas três décadas, a ocupar um lugar cada vez mais relevante, sobretudo atendendo aos esforços que muitos países do Sul têm realizado para atrair IDE, através da concessão de incentivos fiscais e subsídios. Se numa primeira fase se verificou uma quase exclusividade de fluxos de IDE emitidos no sentido Norte/Norte e Norte/Sul, nos últimos anos tem-se registado um peso crescente de IDE originado no Sul emergente, com destino não só ao Sul, mas também ao Norte (Dunning, Hoesel e Narula, 2007).

Mesmo tendo presente a confiança generalizada quanto ao sinal positivo das externalidades geradas pelo IDE na economia doméstica, corroborada, em grande medida, pela teoria predominante, alguns estudos empíricos têm procurado analisá-las e quantificá-las, bem como apurar os seus mecanismos de transmissão<sup>31</sup>, dividindo-se em dois grandes grupos, nomeadamente: (i) os que procuram averiguar a existência, sinal e magnitude dos efeitos de *spillover*; e (ii) os centrados na averiguação de factores que condicionam a sua ocorrência e dimensão<sup>32</sup>.

No que respeita ao primeiro conjunto de estudos, as conclusões alcançadas têm-se essencialmente orientado em três direcções<sup>33</sup>, a referir: a) comprovação da predição teórica relativa à existência do efeito de *spillover* derivado do IDE; b) verificação de efeitos de *spillover* significativos pelo IDE sobre a produtividade da economia doméstica; e c) conclusão de que a produtividade doméstica se encontra negativamente relacionada com a intensidade da presença estrangeira.

Por outro lado, vários estudos têm procurado relacionar a realização de IDE e crescimento económico, o que se reveste de particular interesse para o relacionamento

Norte/Sul, existindo também neste domínio alguma divisão quanto aos resultados apurados empiricamente. Assim sendo, a maioria dos estudos elaborados ao nível de empresa infere que o IDE não induz crescimento económico, e não encontram *spillovers* positivos transmitidos pelas EMN às empresas domésticas. Contudo, outros estudos de índole macroeconómica sugerem precisamente o contrário, sobretudo se o país receptor verificar um conjunto de condições, como registar um determinado nível de riqueza e/ou possuir uma mão-de-obra educada que permita explorar os ditos *spillovers*. Outros estudos alargam o escopo do debate a outros vectores analíticos<sup>34</sup>.

## **II – As relações UE/Magrebe**

### **2.1 – As relações UE/Magrebe à luz do paradigma relacional Norte/Sul**

Segundo Lacoste (2008), “é sobretudo no Mediterrâneo que o modelo Norte/Sul parece poder ser concretamente demonstrado, pelo contraste actual entre as duas fachadas desta extensão marítima”, sobretudo em matéria de desenvolvimento económico-social e humano.

Assim, e referentemente às relações UE/Magrebe<sup>35</sup>, se considerarmos os valores médios e globais registados por esses actores, regista-se uma clara superioridade da primeira em relação ao segundo em matéria de desenvolvimento económico-social e humano. Contudo, se analisarmos os dados a nível nacional, verificamos que existem alguns estados-membros da UE que revelam, naquele âmbito, resultados semelhantes ou mesmo menos favoráveis do que alguns países magrebins. Para ilustrar essas realidades, importará recorrer às classificações em matéria de desenvolvimento atribuídas por instituições internacionais.

O FMI (2011)<sup>36</sup> considera todos os países da zona euro, mais Reino Unido, Suécia, República Checa e Dinamarca como “economias avançadas”. Em paralelo, classifica os restantes Estados-membros da UE – Bulgária, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia e Roménia – na categoria “economias emergentes e em desenvolvimento”, onde integra também todos os países magrebins.

O BM (2011)<sup>37</sup> classifica as economias de vinte e três Estados-membros da UE como de “rendimento elevado” e engloba na categoria “rendimento médio elevado” os restantes membros da União – Bulgária, Letónia, Lituânia, e Roménia –, bem como a Líbia, Argélia e Tunísia. Marrocos é classificado na categoria de “rendimento médio baixo”.

O IDH elaborado pelo PNUD (2011)<sup>38</sup> classifica vinte e três estados-membros da UE no nível de desenvolvimento humano “muito elevado”. Os restantes quatro – Bulgária, Letónia, Lituânia, e Roménia – figuram na categoria “elevado”, tal como Líbia, Tunísia e Argélia, enquanto Marrocos é integrado no nível “médio”.

Atendendo ao *supra* exposto, é possível confirmar que existem alguns estados-membros da UE que são classificados por instâncias internacionais nos mesmos estádios de desenvolvimento e rendimento que alguns países magrebins. Não obstante, tal não parece constituir um obstáculo à asserção de que as relações UE/Magrebe poderão ser perspectivadas à luz da lógica relacional Norte/Sul, sobretudo atendendo ao peso

reduzido que aqueles estados-membros da UE desempenham em termos de produto e rendimento globais europeus.

Noutro sentido, é possível ainda constatar que as diferenças assinaláveis existentes intra-blocos, sobretudo no caso do Magrebe, reflectem o referido no anterior capítulo, sobre a existência de uma grande heterogeneidade no seio quer do Norte, quer do Sul.

## **2.2 – A relevância estratégica das relações UE/Magrebe para cada um desses actores**

### 2.2.1 – UE

A UE atribui uma grande importância geopolítica à região do Mediterrâneo, que se tem traduzido no desenvolvimento de políticas visando a cooperação euro-mediterrânica a diversos níveis, assinalando Joffé (2002) que a acção da UE nesse âmbito “reflecte a experiência histórica e uma visão do Mediterrâneo como fronteira europeia (...), tal como a visão braudeliana do Mediterrâneo como um espaço cultural comum”. Desse modo, existe na UE a percepção da importância de efectivar uma influência geoestratégica na área euro-mediterrânica a diversos níveis, com vista à projecção do *soft power* europeu naquele espaço vizinho da UE (Joffé, 2002) e, em grande medida, à garantia da segurança da UE em múltiplas vertentes.

Embora aquela percepção seja sentida mais vincadamente nos países europeus mediterrânicos<sup>39</sup> – enquanto os estados-membros do norte e leste europeus atribuirão uma maior importância à vizinhança leste – existe um consenso alargado no seio da UE<sup>40</sup> quanto à importância de reforçar a cooperação euro-mediterrânica e, subjacentemente, a parceria UE/Magrebe, sobretudo visando, em termos globais, a realização de reformas políticas e económicas por parte dos PTM, oferecendo a União, como contrapartida, maior integração com o espaço europeu e o reforço da assistência financeira e técnica (Aliboni, 2009).

No âmbito sectorial, a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Catherine Ashton (2010), elenca as seguintes questões prioritárias no relacionamento da UE com o Mediterrâneo Sul: segurança, alterações climáticas, energias renováveis, respeito pelos Direitos Humanos, luta contra o terrorismo, migrações e combate aos tráficos ilícitos.



No respeitante em concreto ao relacionamento UE/Magrebe, e tendo em conta as posições públicas que têm vindo a ser expressas por responsáveis da União e dos seus estados-membros, as questões prioritárias para UE parecem constituir as seguintes: (i) energia; (ii) migrações; (iii) luta contra o terrorismo; e (iv) apoio à mudança de sistemas políticos na região, no sentido da edificação de regimes democráticos<sup>41</sup>.

A energia assume uma relevância fundamental para a UE<sup>42</sup> no âmbito da segurança energética, adquirindo o Magrebe uma importância crescente no quadro de uma diversificação dos fornecedores à União de hidrocarbonetos, particularmente gás natural<sup>43</sup>, sobretudo na sequência da ocorrência de algumas perturbações registadas no fornecimento pela Rússia daquele recurso<sup>44</sup>. Assim, a UE tem discutido as questões nesse domínio com os fornecedores magrebinos de hidrocarbonetos, i.e. Argélia e Líbia<sup>45</sup>, quer no plano bilateral, quer no contexto da PEM. Cumpre acrescentar que a transmissão transmediterrânica de electricidade<sup>46</sup> tem vindo a merecer uma atenção crescente.

No que se refere às migrações, diversos estados-membros mediterrânicos da UE<sup>47</sup> têm-se manifestado crescentemente preocupados com o aumento de fluxos de imigrantes ilegais provenientes do Magrebe<sup>48</sup>, sejam cidadãos magrebinos, subsarianos<sup>49</sup> ou de outra origem. A acção da UE, complementada pela intervenção dos estados-membros no plano bilateral, tem-se desenrolado no âmbito da sua “Abordagem Global para as Migrações”<sup>50</sup>, incidindo no controlo de fronteiras, incluindo patrulhas marítimas – coordenado pela FRONTEX –, mas também na cooperação<sup>51</sup> com os países magrebinos, em diversos níveis e quadros.

O fenómeno do terrorismo no Magrebe tem constituído um motivo de preocupação crescente para a União devido a ocorrências nos planos interno e externo da UE<sup>52</sup>, que marcaram uma viragem na cooperação com os países magrebinos em matéria de contra-terrorismo. Assim, e se até aí se tinha cingido ao plano bilateral, a cooperação nessa área passou também a constar regularmente da PEM<sup>53</sup> (Cockayne, Ipe e Millar, 2010).

### 2.2.2 – Países do Magrebe

Embora todos os países magrebinos considerem prioritário o reforço da sua cooperação com a UE, persistem entre eles, a esse respeito, assinaláveis diferenças, sobretudo em matéria de objectivos e formas de efectivação daquela mesma cooperação. Tal dever-se-á, antes de mais, ao facto da integração regional no Magrebe se encontrar

bloqueada, o que constitui um obstáculo para o desenvolvimento da concertação e elaboração de políticas comuns magrebina.

Neste contexto, caberá também assinalar que a região do Magrebe apresenta, no plano nacional, uma significativa heterogeneidade nos domínios político e económico-social<sup>54</sup>, a qual poderá vir a ser atenuada ou agravada pelas repercussões da Primavera Árabe<sup>55</sup> sobre o Magrebe<sup>56</sup>. Assim, a existência daqueles assinaláveis contrastes parece constituir um factor determinante para a verificação de distintas lógicas relacionais desses países com a UE, reflectindo diferentes expectativas e interesses que possuirão a esse respeito os países magrebinos<sup>57</sup>.

Porém, existe entre aqueles países uma grande convergência quanto à elevada importância atribuída por todos eles às trocas comerciais com a UE, reflectindo o facto de a UE ter vindo a ser o principal parceiro, cliente e fornecedor comerciais de todos eles<sup>58</sup>.

Contudo, a importância relativa para a UE do seu comércio bilateral com o Magrebe é substancialmente menor do que o é para os países magrebinos, ocupando estes uma posição modesta enquanto parceiro comercial da UE. Assim, em 2009, o comércio da União com o conjunto daqueles países cifrou-se em apenas 3,9% de quota do total de exportações extra-UE27, e 4,3% do total de importações.

Entre as áreas que têm vindo igualmente a ser encaradas como prioritárias pelos países magrebinos na sua cooperação com a UE, destaque-se o contra-terrorismo e as migrações. Este último assunto tem vindo a adquirir particular relevância para aqueles países nos últimos anos, atendendo ao facto de cada vez mais imigrantes subsarianos optarem pelo Magrebe como destino e não ponto de trânsito para a União.

Assinale-se ainda que o facto de todos os países magrebinos pretenderem, de forma mais ou menos marcada, assentar a sua relação com a UE numa lógica de parceria e não apenas de assistência financeira, reflectindo sensibilidades no plano da soberania, porventura algumas delas interligadas com a memória do período da colonização europeia do Magrebe.

### **2.3 – As relações UE/UMA e o bloqueio de integração regional magrebina**

A UMA, integrando os cinco países da região, foi estabelecida pelo Tratado de Marraquexe em 1989, tendo em vista promover a integração regional magrebina. Em 1991, foi acordado um programa numa reunião da UMA ocorrida em Ras Lanouf, que

estabeleceu um calendário<sup>59</sup> para a concretização de três etapas de integração económica daquela organização, das quais nenhuma foi até à data concretizada.

Tal deve-se sobretudo ao arrastamento da indefinição em torno da resolução do dossier do Sahara Ocidental<sup>60</sup> e à deterioração associada do relacionamento entre Marrocos e Argélia – cuja fronteira comum se encontra encerrada desde 1994 –, o que tem provocado a existência de um bloqueio no seio da UMA, em que há largos anos não se realiza qualquer reunião de âmbito político, mas apenas esporadicamente de nível técnico.

O adiamento do projecto magrebino de integração económica tem impedido os países da região de beneficiar de significativos ganhos globais que um aprofundamento dos laços entre si poderia desencadear. Esses ganhos poder-se-iam cifrar, no curto prazo, em pelo menos 350 milhões USD, superando os dinâmicos, em mais do dobro, os estáticos. Nesse âmbito, aquele aprofundamento poderia contribuir decisivamente para: (i) estimular a atracção de IDE; (ii) aumentar as trocas comerciais, em particular as intra-área, que em 2003 atingiram apenas 3% do volume comercial global<sup>61</sup>; e (iii) atenuar a baixa complementaridade das economias magrebinas (Bchir *et alii*, 2006).

Como resultado do bloqueio político existente no seio da UMA, o diálogo e a cooperação inter-regionais entre a UE e a UMA encontram-se presentemente suspensos no plano político e pouco activos no quadro técnico<sup>62</sup>. Esta realidade tem contribuído fortemente para que tenham vindo a ser privilegiados, no âmbito do relacionamento UE/Magrebe, outros mecanismos facilitadores de cooperação, quer de carácter marcadamente multilateral – cujo âmbito geográfico transcende o espaço magrebino como é o caso da PEM –, quer de escopo bilateral, que possibilitam a cooperação entre a UE e alguns países magrebinos, com destaque para a PEV.

## **2.4 – As relações UE/Magrebe nos quadros da PEM e da PEV**

### **2.4.1 – A PEM e o PB**

O estabelecimento de um quadro institucionalizado de cooperação euro-mediterrânica – prevendo o diálogo político, a integração económica e comercial e a assistência financeira e técnica – constituiu, sobretudo a partir do início da década de 1970, um desiderato no seio dos responsáveis da então CEE. Contudo, as primeiras iniciativas nesse contexto, nomeadamente a Política Global Mediterrânica<sup>63</sup> e a Política Mediterrânica Renovada<sup>64</sup>, terão ficado aquém das expectativas iniciais (Luís, 2001).

Nesse sentido, na primeira metade da década de 1990, intensificou-se, entre os responsáveis europeus, a percepção de que seria essencial formular uma nova abordagem para o espaço euro-mediterrânico que reflectisse não só as mudanças internacionais profundas registadas no contexto geopolítico – entre as quais se destaca o fim do mundo bipolar –, no sistema comercial – com a criação da OMC –, mas também no plano interno europeu – no quadro do Tratado de Maastricht e do estabelecimento da UE. Por outro lado, pretendia-se também criar um enquadramento que permitisse contribuir para a resolução de importantes desafios no contexto mediterrânico, como a persistência de antigos conflitos, como o israelo-palestiniano, e a eclosão de novos, como a Guerra Civil na Argélia.

É, pois, nesse contexto, que tem lugar a Conferência de Barcelona de 1995, na qual participaram governantes dos estados-membros da UE e dos PTM<sup>65</sup> e onde foi adoptada uma Declaração, que enuncia a determinação dos participantes na “edificação de um quadro multilateral de diálogo e de cooperação entre a UE e os PTM”, e um programa de trabalho.

Nesse contexto, foi então criado o PB, o qual estabelece uma PEM em três vertentes – cada uma visando a concretização de um grande objectivo –, a referir: (i) política e de segurança; (ii) económica e financeira; e (iii) social, cultural e humana<sup>66</sup>.

No âmbito bilateral, o PB previa a celebração de AEMAs entre a UE e os PTM<sup>67</sup>, desempenhando esses convénios um papel central no contexto da PEM, pois estabelecem um quadro contratual entre as Partes, contendo disposições relativas ao diálogo político – que institucionalizam mediante a realização de reuniões anuais a nível ministerial –, à formação de ACLs e à cooperação em numerosos domínios<sup>68</sup>. Na esfera multilateral, o PB previa o reforço do diálogo político – mediante a realização regular de Cimeiras, bem como de reuniões sectoriais ministeriais e ao nível de altos funcionários em numerosos domínios – e a constituição de uma ACLEM.

No que se refere aos países do Magrebe, foram membros fundadores da PEM a Argélia, a Tunísia e Marrocos, tendo todos eles celebrado AEMAs com a UE. A Líbia nunca chegou a aderir àquela Parceria, mantendo um estatuto de observador.

Pese embora o PB tenha alcançado resultados positivos em muitas áreas, o arrastamento da indefinição no quadro do PPMO e as perturbações registadas no relacionamento entre Israel e os países árabes condicionaram fortemente o funcionamento dos trabalhos daquele Processo, sobretudo no plano político<sup>69</sup>.

#### 2.4.2 – A PEM e a UPM

Embora não fosse esse o objectivo inicial da iniciativa francesa que esteve na sua origem<sup>70</sup>, a UPM, estabelecida na Cimeira de Paris de Julho de 2008 – integrando quarenta e três participantes<sup>71</sup> – viria a substituir o PB como iniciativa enquadradora da PEM.

Assim, e embora tenham sido mantidos a estrutura e os objectivos do PB e reiterados os compromissos elencados no programa de trabalho quinquenal acordado na Cimeira de 2005, a UPM apresenta algumas diferenças significativas face àquele Processo, entre as quais cabe destacar: (i) passagem de um paradigma de “parceria” para outro de “união”, ambicionando-se assim uma maior integração; (ii) maior co-apropriação, existindo duas co-presidências da UPM, uma do Norte e outra do Sul; (iii) processo de decisão assente no vector intergovernamental, através da realização bienal de Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo; (iv) criação de um Secretariado permanente, encarregue de propor e executar os compromissos alcançados nas Cimeiras; e (v) implementação assente na organização de grandes projectos<sup>72</sup>, destinados a conferir maior visibilidade à UPM (Florensa, 2010; Aliboni, 2010).

A ocorrência de diversos factores condicionaram os trabalhos da iniciativa nos primeiros três anos da sua existência<sup>73</sup>, permanecendo por clarificar ainda alguns aspectos quanto à sua implementação<sup>74</sup>. No referente ao Magrebe, de assinalar que Marrocos, Argélia, e Tunísia são membros da UPM, possuindo a Líbia o estatuto de observador.

#### 2.4.3 – A constituição de uma ACLEM

Conforme se pôde constatar, a constituição de uma ACLEM foi acordada na Cimeira instituidora da PEM/PB, tendo sido inicialmente apontada a meta de 2010 para a sua entrada em vigor, o que não se chegou a concretizar. Cabe recordar que a ACLEM “só estará formal e realmente completa quando tiverem entrado em vigor todos os acordos CE-PTM<sup>75</sup> e destes últimos entre si, passos essenciais para que esteja conseguida a rede que foi gizada em 1995”<sup>76</sup> (Santos, 2002).

No que se refere aos AEMA celebrados entre a CE e os PTM signatários da Declaração de Barcelona – os quais contêm um conjunto de compromissos no sentido de liberalização das trocas comerciais a cumprir durante um período de transição máximo de doze anos, com vista à entrada em vigor de uma ACL entre a UE e cada um daqueles países<sup>77</sup> – o cumprimento dos respectivos calendários de desmantelamento

tarifário tem vindo a variar de país para país. Caberá sublinhar que o AEMA entre a UE e a Síria não foi sequer ainda assinado<sup>78</sup>.

Relativamente aos Acordos celebrados entre os PTM com vista ao estabelecimento de ACLs, o panorama é menos animador, na medida em que faltam celebrar ainda muitos convénios<sup>79</sup>.

Na 8ª Conferência Ministerial “Comércio” da PEM, que teve lugar já no quadro da UPM (em Dezembro de 2009) – permanecendo por clarificar a forma como os membros desta organização que não foram subscritores da Declaração de Barcelona se poderão agregar à ACLEM, se nisso tiverem interesse<sup>80</sup> –, foi reiterado o empenho dos participantes na constituição da ACLEM, mas não chegou a ser fixada uma nova data limite para esse efeito.

Sobre a formação de uma ACLEM, Ivan Martín (2010a) assinala que não é claro se os PTM “estarão dispostos a aceitar a convergência normativa plena com a UE se isso não for acompanhado pela liberalização completa de todos os sectores (incluindo a livre circulação de pessoas) e por instrumentos e políticas da UE que assegurem também a convergência real, i.e. a convergência de níveis de rendimento”<sup>81</sup>.

#### 2.4.4 – A PEV

A PEV foi estabelecida em 2004, e tem por objectivo concretizar três objectivos: (i) promover a prosperidade na vizinhança da UE através do apoio ao empreendimento pelos países vizinhos de reformas económicas, oferecendo-se em contrapartida incentivos, como a concessão por parte da UE de maior assistência financeira e de um acesso comercial mais privilegiado ao mercado comunitário; (ii) consolidar os valores de liberdade e democracia na vizinhança da UE, através do aprofundamento da cooperação política; e (iii) promover a estabilidade e a segurança através do trabalho conjunto com os vizinhos na gestão de matérias de interesse partilhado<sup>82</sup>.

A PEV assenta fundamentalmente numa base de cooperação bilateral – mas prevendo também os níveis regional e transfronteiriço – entre a UE e os seus vizinhos que se integram no quadro daquela política, complementando a actuação de outras iniciativas de carácter regional e multilateral, nomeadamente a PEM, a Parceria Oriental e a Sinergia do Mar Negro, estas duas últimas vocacionadas para outras áreas regionais que não o espaço do Mediterrâneo.

No caso euro-mediterrânico, a PEV e a PEM encontram-se estreitamente ligadas, particularmente pelo facto da implementação de ambas as iniciativas ser efectuada com

base no mesmo laço contratual, i.e. os AEMA, celebrados entre a UE e os PTM. No caso da PEV, a existência daquele laço constitui a condição prévia indispensável para a participação<sup>83</sup> de um país naquela política, encontrando-se actualmente nessa situação doze países<sup>84</sup>.

No que se refere aos países do Magrebe, Marrocos e Tunísia participam na PEV, o que não sucede com a Argélia<sup>85</sup> e a Líbia, esta última pelo facto de não possuir uma relação contratual com a UE, encontrando-se a negociar com a UE, nesse âmbito, um Acordo-Quadro desde 2008.

Importa referir que se encontra em curso um processo de remodelação da PEV, tendo em vista reflectir os desenvolvidos ocorridos no âmbito da Primavera Árabe<sup>86</sup> e, eventualmente, acomodar algumas reivindicações que têm vindo sobretudo a ser proferidas por parte de sectores das opiniões públicas europeias e dos países vizinhos da UE no sentido da alteração de alguns aspectos daquela Política<sup>87</sup>.

### **III – Caracterização económica e comercial da Argélia**

#### **3.1 – Breve contextualização histórica da Argélia no plano económico**

Após a independência da França em 1962, a Argélia liderada pelo Presidente Boumediène – que derrubou o antecessor Ben Bella em 1965 – optou por um modelo de economia planeada e com forte peso do Estado, de inspiração socialista<sup>88</sup>. Na década de 1970, a sustentabilidade desse modelo – marcado por elevados índices de ineficiência no plano industrial e pela secundarização do sector privado – foi em grande medida assegurada pelas receitas geradas pelas elevadas cotações internacionais do petróleo. Contudo, a marginalização do sector agrícola e o elevado crescimento demográfico no país obrigaram à importação de elevadas quantidades de bens alimentares, contribuindo decisivamente para o avolumar da dívida externa (Luís, 2001).

O afundamento dos preços do petróleo em 1985-1986 tornou aquela situação insustentável, implicando ritmos muito baixos de crescimento económico nos anos seguintes, o que foi agravado pela Guerra Civil que grassou na Argélia entre 1991 e 2002.

O final em 2002 daquele conflito militar argelino assinalou o início de um novo ciclo na história do país, marcado pela liderança do Presidente Abdelaziz Bouteflika – eleito em 1999 e reeleito em 2004 e 2009 –, durante a qual têm sido empreendidas reformas em diversos domínios<sup>89</sup>, incluindo no plano da modernização da economia e sua liberalização gradual<sup>90</sup>.

Importará, em seguida, efectuar uma caracterização da situação actual na Argélia, nos planos económico, comercial e de investimento, para depois se elencar os principais desafios que se colocam nesse contexto à acção do Governo argelino.

#### **3.2 – Caracterização da situação económica actual**

##### **3.2.1 – PIB**

Sob a Presidência de Bouteflika, o PIB argelino registou um crescimento, em termos reais, de cerca de 43% entre 1999/2009, correspondendo a um aumento anual médio de 3,90%. Em termos nominais, observou-se um aumento do PIB de mais de 187% naquele intervalo, equivalendo a um crescimento médio anual de 17,04%<sup>91</sup>.





**Figura 1** – PIB real e nominal da Argélia, 1999-2016, em % (FMI, 2011)<sup>92</sup>

Contudo, conforme indica a Figura 1, o crescimento do PIB argelino não foi constante nem uniforme no período analisado, o que é particularmente notório na evolução do PIB nominal. Assim sendo, entre o ano posterior ao término da Guerra Civil argelina, em 2003, e o ano de 2008, aquele indicador registou um crescimento anual sempre acima dos 11%, o que se explica sobretudo pela subida da cotação internacional do petróleo nesse período, dado que esse recurso assegurou, entre 1999/2009, mais de 97% do valor das exportações argelinas.

Desse modo, e atendendo a que em 2009 se verificou uma descida dos preços internacionais daquele recurso, constatou-se uma quebra de quase 22% do PIB nominal argelino, a qual produziu também a ocorrência de alterações sobre a estrutura da composição factorial do PIB, na medida em que se registou naquele ano: (i) um forte decréscimo do peso do saldo comercial, que de 19,2% em 2008 passou para -0,6% em 2009; (ii) um aumento significativo do consumo, de 42% em 2008 para 53,8% no ano seguinte, – sendo que o crescimento se verificou de forma mais notória no sector privado; e (iii) um aumento do investimento, de 37,2% para 46,8%.

Contudo, o FMI (2011) estimava para 2010, mercê da recuperação da cotação internacional do petróleo, uma retoma expressiva do produto argelino, que deverá voltar a descer assinalavelmente em 2012, estabilizando até 2016 os ritmos de crescimento anual na ordem dos 3/4%.

Referentemente ao PIB *per capita*, a Argélia registou, entre 1999/2009, em preços correntes em USD, um crescimento médio anual de 14%, e em PPP um aumento

médio anual de cerca de 5%. Todavia, o FMI (2011) estimava que, em termos médios anuais, se registasse entre 2009/2016 um abrandamento dos ritmos de crescimento anual médio do PIB *per capita*, cifrando-se em 4,2% em preços correntes e 3,3% em PPP.

### 3.2.2 – Contas públicas e privadas

A balança de pagamentos argelina tem vindo a registar superávites desde 1999, o que tem sido impulsionado, em grande medida, pela valorização das exportações de hidrocarbonetos. Contudo, em virtude sobretudo das quebras dos preços internacionais do petróleo em 2009, registou-se nesse ano uma quebra de mais de 89% do saldo positivo na balança de pagamentos, cifrando-se em 3,9 mil milhões USD.

Nesse ano, foram ainda observados superávites nas balanças corrente, de 400 milhões de USD, e de capital, de 3,5 mil milhões de USD.



**Figura 2** – Contas públicas argelinas, 1999-2016, em % do PIB, (FMI, 2011)<sup>93</sup>

No que respeita às contas públicas argelinas, e como se pode observar pela leitura da Figura 2, em todos os anos entre 1999/2008 se registaram superávites, o que se deveu em grande medida ao aumento das receitas públicas, sobretudo as oriundas de impostos sobre a exploração de hidrocarbonetos. Assim, a quebra naquelas receitas em 2009, e o consequente saldo orçamental negativo verificado, justificar-se-ão essencialmente pela descida dos preços internacionais do petróleo naquele ano, no qual as receitas fiscais sobre os hidrocarbonetos se cifraram em 65%<sup>94</sup>. O FMI (2011) estimava para 2010 a persistência de um saldo orçamental negativo, mas previa que no ano seguinte e pelo menos até 2016 se retomasse a tendência positiva nesse domínio<sup>95</sup>.

Por outro lado, a despesa pública<sup>96</sup> em relação ao PIB tem vindo a aumentar progressivamente, o que se explica essencialmente pelo empreendimento na última década de ambiciosos planos quinquenais de fomento e investimento públicos, de programas de subsidiação da actividade agrícola, mas também de programas sociais abrangentes. Porém, segundo previsões do FMI, a partir de 2011 e pelo menos até 2016, as despesas públicas sobre o PIB deverão descer.

Os superávites registados no plano orçamental público proporcionaram um quadro financeiro muito vantajoso para a Argélia, permitindo que o Executivo de Argel fosse amortizando a dívida pública, que atingiu 1,5% do PIB em 2009, e que o Banco da Argélia acumulasse importantes reservas de divisas estrangeiras. No que respeita à dívida externa, também se tem registado nos últimos anos uma tendência de redução, atingindo 3,8% do PIB em 2009.

### 3.2.3 – Política monetária e sector financeiro

O regulador do sector financeiro argelino, o Banco da Argélia, tem assumido como objectivo prioritário a manutenção da taxa de inflação anual abaixo de 3,5%, o que não se verifica desde 2005. Pelo contrário, desde esse ano tem-se registado uma tendência progressiva de subida da inflação, cifrando-se em 2009 em 5,74% devido a um conjunto de factores<sup>97</sup>, sendo que, ainda que se possa esperar uma descida da inflação em 2010, segundo as previsões do FMI (2011), os valores daquele indicador dever-se-ão manter acima de 3,5%, pelo menos até 2016.

Em termos cambiais, entre 2006/2008 verificou-se uma apreciação do DZ<sup>98</sup> face ao USD, invertendo-se essa tendência em 2009, registando-se a partir desse ano uma estabilidade cambial entre as duas moedas. Relativamente ao euro, o DZ registou uma depreciação progressiva desde a criação da moeda única até 2008, sendo que desde então se tem verificado uma relativa estabilidade nos termos de troca cambial.

O sistema financeiro, embora tenha vindo a registar um superávit na liquidez desde 2002, continua a revelar fragilidades estruturais<sup>99</sup>, sobretudo no plano do acesso ao financiamento<sup>100</sup>.

### 3.2.4 – Sectores de actividade económica

#### 3.2.4.1 – Elementos de caracterização geral

Em termos sectoriais, o PIB argelino revela uma elevada dependência em relação ao sector dos hidrocarbonetos que, em 2008, ano de pico de alta na cotação internacional do petróleo, foi responsável por cerca de 45% do PIB. Porém, no ano seguinte, no qual se verificou uma descida significativa nos preços internacionais daquele recurso, observou-se um decréscimo do valor das exportações argelinas, bem como uma forte queda, para 31%, da contribuição dos hidrocarbonetos para o PIB argelino<sup>101</sup>.

Em contraponto, verificou-se em 2009 um acréscimo de importância relativa de outros sectores para além dos hidrocarbonetos, a referir: (i) serviços e obras públicas, com 10,9%; (ii) agricultura, com 9,2%; e (iii) indústria extra hidrocarbonetos, com 5,7% (FMI, 2011).

#### 3.2.4.2 – Sector dos hidrocarbonetos

Conforme o *supra* referido, o sector dos hidrocarbonetos tem assumido para a Argélia um papel fundamental nos planos económico e financeiro, assegurando, no período entre 1999/2009, entre 65 e 80% das receitas fiscais e mais de 97% das exportações daquele país.

No que respeita ao petróleo, a Argélia possui as 17<sup>as</sup> reservas mundiais provadas, ocupando também o 17º lugar na lista dos maiores produtores de petróleo<sup>102</sup>. Em termos evolutivos, manteve um nível de produção estável entre 2004/2008 e registou uma descida em 2009 – o que terá reflectido não só uma quebra da procura mundial, mas também uma estratégia concertada da OPEP, organização da qual a Argélia é membro, em matéria de disponibilização de oferta – voltando a subir no ano seguinte. No respeitante ao consumo, tem-se vindo a registar um crescimento progressivo nos últimos anos, ainda que se tenha mantido um rácio de cerca de um barril consumido por cada seis produzidos (BP, 2011).

Relativamente ao gás natural, a Argélia possui as 6<sup>as</sup> maiores reservas mundiais provadas, e em 2010 ocupou o 10º lugar entre os maiores produtores desse recurso, com uma quota de 2,5% do total produzido mundialmente, tendo-se mantido estáveis os níveis de produção – e portanto aquém das expectativas anunciadas pelo Executivo argelino<sup>103</sup> –, o que reflecte sobretudo o facto da comercialização desse recurso se efectuar por meio de contratos de médio e longo prazo, o que torna os seus preços menos oscilatórios<sup>104</sup>. Quanto ao consumo do gás natural na Argélia, registou-se em

2010 um novo máximo, traduzindo um aumento de cerca de 68% relativamente a 2009 (BP, 2011)<sup>105</sup>.

A exploração de hidrocarbonetos encontra-se dominada pela empresa pública Sonatrach e respectivas subsidiárias. Contudo, o Executivo argelino tem permitido a entrada de investimento estrangeiro nesse sector, realizando periodicamente concursos para atribuição a empresas multinacionais de licenças de exploração de campos de petróleo e gás natural<sup>106</sup>. Todavia, e de acordo com uma lei argelina adoptada em 2006, qualquer contrato firmado naquele âmbito deverá pressupor uma participação mínima de 51% da Sonatrach ou de uma das suas subsidiárias.

#### 3.2.4.3 – Outros sectores

Tendo presente o facto dos hidrocarbonetos serem recursos não-renováveis, o Executivo argelino tem vindo a desenvolver planos quinquenais de fomento e investimento públicos<sup>107</sup> que visam também reduzir a dependência da economia argelina dos resultados alcançados no sector dos hidrocarbonetos, na perspectiva da sua diversificação, sobretudo no plano da produção industrial<sup>108</sup>.

No respeitante ao sector agrícola, as autoridades argelinas têm vindo a empreender políticas no contexto de um vasto plano de renovação rural<sup>109</sup>, sobretudo visando reduzir a dependência alimentar da Argélia, efectivadas através da concessão de subsídios públicos, particularmente à produção cerealífera (OCDE, 2011). Refira-se ainda que no sector agro-pecuário predominam as explorações de pequena ou média dimensão e de subsistência.

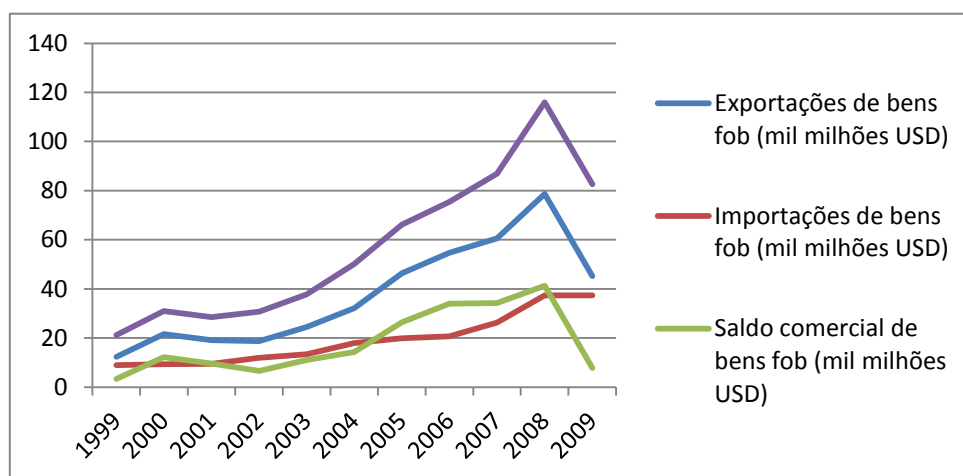
Acrescente-se que, nos últimos anos, se tem vindo a registar um incremento da importância do sector dos serviços, sobretudo assente no crescimento dos sectores da construção e dos transportes.

### **3.3 – Caracterização comercial e de investimento estrangeiro**

#### 3.3.1 – Estrutura comercial

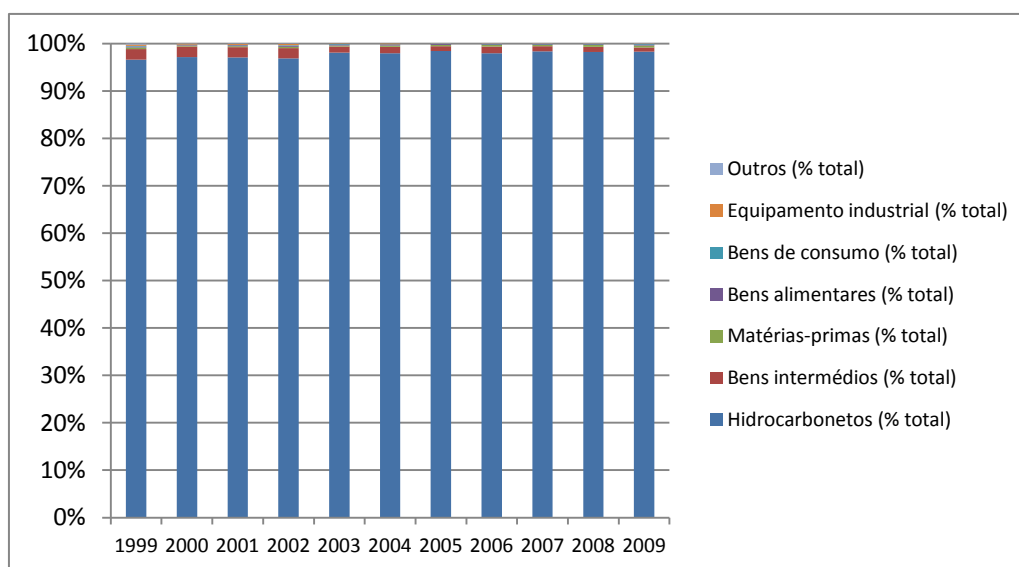
Conforme revela a Figura 3, verificou-se entre 1999/2008 uma tendência de subida das importações argelinas, acompanhada por períodos de estabilização. A aceleração do seu crescimento em 2003 parece interligar-se com a instauração nesse ano de um regime geral de importação fortemente liberal, marcado pela “simplificação dos procedimentos administrativos, a supressão de barreiras alfandegárias e a redução dos

direitos aduaneiros”. Não obstante, segundo a AICEP, alguns desenvolvimentos recentes parecem indiciar uma inflexão dessa tendência (AICEP, 2011)<sup>110</sup>.



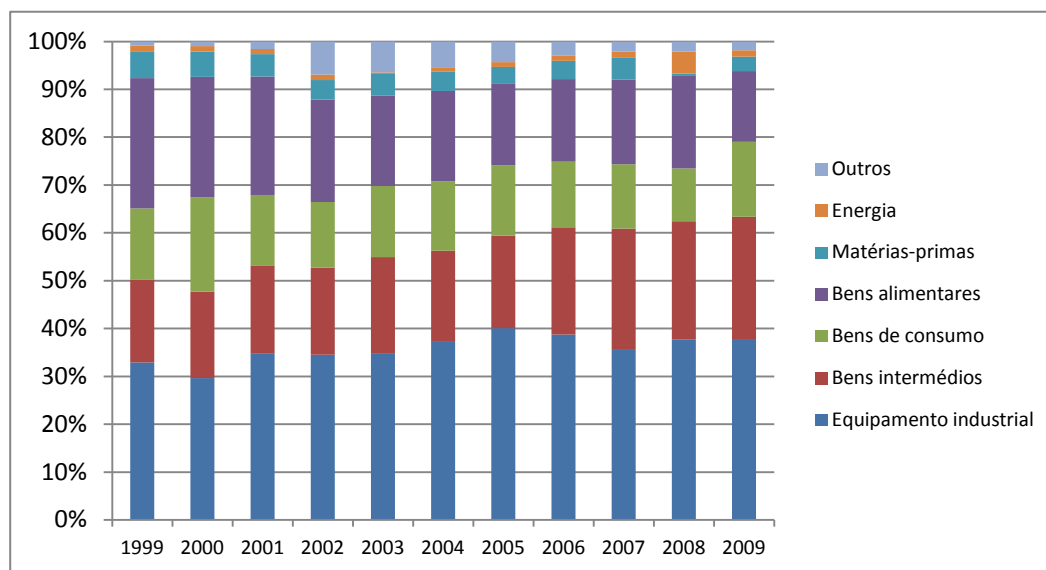
**Figura 3** – Comércio de bens da Argélia, 1999-2009, em milhões USD (FMI, 2011)

Por outro lado, entre 1999/2008 registou-se um aumento progressivo das exportações, do saldo e volume comerciais, tendo-se verificado em 2009 uma descida nesses três indicadores. De referir que essa evolução reflectiu, em grande medida, as oscilações observadas nos preços internacionais do petróleo, pois como o indica a análise da Figura 4, os hidrocarbonetos representaram, no período entre 1999/2009, mais de 97% do valor total de exportações em USD, seguidos de muito longe pelos bens intermédios e as matérias-primas, em segundo e terceiro lugares, respectivamente.



**Figura 4** – Estrutura sectorial das exportações de bens da Argélia, 1999-2009, em % (FMI, 2011)

Analisando a evolução da estrutura de importações da Argélia entre 1999/2009 exposta na Figura 5, é possível constatar que existe uma maior diversificação do que na estrutura de exportações. O equipamento industrial tem constituído a parcela mais relevante das importações, seguida dos bens intermédios, dos bens de consumo e dos bens alimentares, tendo-se mantido mais ou menos constante o peso relativo de cada uma dessas parcelas.



**Figura 5** – Estrutura sectorial das importações de bens da Argélia, 1999-2009, em % (FMI, 2011)

No referente ao comércio de serviços, cumpre mencionar que o seu volume em USD atingiu em 2009 cerca de 17,8% do volume total do comércio de bens. Entre 1999/2009, registou-se um aumento médio anual nas exportações de serviços de 31,6% e nas importações de 35,7%. O FMI (2011) previa que, entre 2010/2016, se viesse a verificar uma diminuição de 5,88% nas exportações de serviços e um aumento médio anual de 25,34% nas importações.

### 3.3.2 – Acordos multilaterais e regionais e principais parceiros comerciais

A Argélia não é parte da OMC, embora tenha solicitado formalmente a adesão a esta organização em 1987. Desde então, aquele país tem mantido rondas negociais com representantes da OMC e encontros com outros países, nas quais têm sido apresentadas ofertas de acesso de mercado sobre bens e serviços. A obtenção de um acordo final tem sido atrasada por divergências entre a Argélia e alguns dos membros da OMC, sobretudo no respeitante a protecção comercial, propriedade intelectual e serviços.

Compete assinalar que a Argélia integra dois blocos regionais, nomeadamente a UMA e a LA, sendo que relativamente ao primeiro, e como *supra* referido, nenhum dos estádios de integração económica previstos foi ainda colocado em prática.

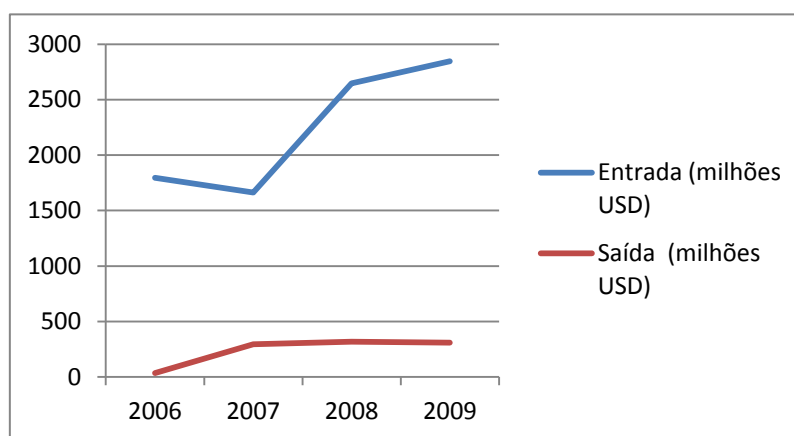
No quadro da LA, a Argélia aderiu em 2009 à GALCA<sup>111</sup>, ACL árabe em vigência desde 2005, que é integrada actualmente por dezoito países<sup>112</sup>. Embora se registem consideráveis atrasos na implementação daquela ACL<sup>113</sup>, em 2009 foi acordado numa Cimeira da LA que se iria empreender todos os esforços necessários para a entrada em vigor de uma UA em 2015 e de um MC em 2010.

Em matéria de parceiros comerciais da Argélia, de referir que os principais fornecedores da Argélia em 2009 foram os seguintes: França, (15,7% de quota), Itália (12,1%), China (9,4%), Espanha (7,6%) e Alemanha (7%). No seu conjunto, os UE27 foram o maior fornecedor daquele país magrebino (quota de 52,5%).

Naquele mesmo ano, os principais clientes da Argélia foram os seguintes: EUA (22,9% de quota), Itália (12,6%), Espanha (12%), França (9,8%) e Países Baixos (7,2%). Se contabilizados conjuntamente, os UE27 foram o maior cliente da Argélia, (51,3% de quota).

### 3.3.3 – Investimento estrangeiro

Embora nos últimos anos a Argélia tenha vindo a registar saldos positivos na balança de pagamentos, mercê de elevadas receitas oriundas da exploração de hidrocarbonetos, não se tem vindo a assumir como um grande emissor de fluxos de IDE, conforme se constata na Figura 6. Assim, em 2009, a Argélia ocupou, nesse domínio, o 66º lugar em 233 países.



**Figura 6** – Entradas e saídas de fluxos de IDE na Argélia, 2006-2009, em milhões USD (CNUCED, 2011)



Por outro lado, e ainda que os valores das entradas de IDE na Argélia sejam superiores aos das saídas, como se observa na Figura 6 – tendo-se vindo a registar, em ambos os casos, um crescimento nos últimos anos – em termos mundiais a Argélia ocupa apenas o 55º lugar em matéria de recepção de fluxos de IDE, registando-se também valores medianos em matéria de stocks de entrada de IDE.

Analisando conjuntamente os dados relativos à emissão e à recepção de IDE por parte da Argélia, é possível confirmar que a economia argelina permanece ainda pouco aberta ao exterior em termos de investimento. Essa situação poderá mesmo conhecer um agravamento no futuro, se tivermos em conta a adopção recente pela Argélia de instrumentos legislativos de carácter restritivo, particularmente em 2009 e 2010<sup>114</sup>, que introduzem limitações à participação de capital estrangeiro e ao repatriamento de lucros e transferência de divisas, que colocarão em causa a regra do tratamento nacional e os princípios da livre circulação de capitais inscritos no AEMA (AICEP, 2011).

### **3.4 – Principais desafios da economia argelina**

Em termos gerais, e tendo em consideração o *supra* referido, compete mencionar que, embora os Governos de Argel tenham vindo a implementar na última década um conjunto de reformas com vista à abertura da economia, ainda que de forma parcial, ao exterior e à iniciativa privada, a actividade económica na Argélia permanece dominada pelo papel preponderante das empresas públicas e pela secundarização da iniciativa privada.<sup>115</sup>

Assim, o empreendimento de iniciativas económicas defronta-se na Argélia com algumas fragilidades estruturais, elencadas pelo *Relatório sobre a Competitividade Global 2010-2011* como sendo as seguintes: (i) burocracia ineficiente; (ii) acesso ao financiamento; (iii) corrupção<sup>116</sup>; (iv) mão-de-obra com formação desadequada; e (v) instabilidade política<sup>117</sup> (FEM, 2010). A persistência de ocorrência desses factores continua a constranger o fortalecimento do sector económico privado – pelo menos ao nível formal, na medida em que no plano informal atinge um peso considerável –, e a consolidação de uma economia de mercado, que é crucial para a diversificação da economia que, como vimos, se encontra muito dependente da exploração de hidrocarbonetos, situação que a manter-se a médio prazo poderá comprometer a sustentabilidade do crescimento económico registado nos últimos anos pela Argélia.

Por outro lado, importará que a Argélia prossiga o empreendimento de medidas no sentido da abertura da economia ao exterior, nomeadamente desmantelando o

proteccionismo ainda existente – e revertendo algumas medidas adoptadas desde 2009 em sentido contrário –, que condiciona não só o crescimento das trocas comerciais como da atracção de fluxos de IDE.

Em paralelo, outra questão que deverá continuar a merecer a atenção do Executivo argelino será o desemprego. Assim, e embora nos últimos anos a taxa de desemprego tenha vindo a registar uma tendência de diminuição<sup>118</sup> – cifrando-se em 2009 em 10,2% –, do ponto de vista estrutural o emprego na Argélia continua a colocar cruciais desafios à acção futura do Executivo argelino<sup>119</sup>.

Por outro lado, afigura-se crucial que a Argélia continue a promover o desenvolvimento económico e social da sua população – muito jovem, em resultado do aumento significativo em número nos últimos anos<sup>120</sup> –, sobretudo através de uma distribuição equitativa dos superávites orçamentais registados na balança de pagamentos nos últimos anos. Tal será crucial para a consolidação de uma classe média que contribua para o crescimento do investimento e consumo privado e para a estabilização da situação na Argélia no plano social.

## **IV – As Relações UE/Argélia no plano institucional nos domínios económico e financeiro**

### **4.1 – Os principais quadros do relacionamento UE/Argélia**

#### **4.1.1 – O relacionamento UE/Argélia pré-PEM**

Na sequência de no decénio anterior se terem registado algumas perturbações nas relações euro-argelinas<sup>121</sup>, na década de 1970 esse relacionamento adquiriria um novo impulso no plano institucional através da Política Global Mediterrânica da CEE, no contexto da qual seria celebrado em 1976, à semelhança do verificado com Marrocos e Tunísia, um Acordo de Cooperação entre a CEE e a Argélia<sup>122</sup>. Esse convénio, que entrou em vigor em 1978, alargou o escopo da cooperação euro-argelina, prevendo o seu reforço nos seguintes domínios: (i) económico, técnico e financeiro<sup>123</sup>; (ii) comercial; e (iii) no domínio da mão-de-obra. Foi ainda instituído um Conselho de Cooperação, reunindo anualmente para o acompanhamento da implementação dos objectivos estabelecidos no Acordo.

Diversos factores, entre os quais se destaca o facto do o escopo do Acordo não ser muito abrangente em termos comerciais<sup>124</sup>, contribuiriam decisivamente para que os resultados produzidos por aquele convénio fossem largamente “desapontantes”, no sentido da promoção da cooperação euro-argelina (Darbouche, 2010). Essa realidade foi deteriorada pela ocorrência de perturbações profundas no espectro interno argelino, de que é expoente máximo a Guerra Civil que grassou no país entre 1991 e 2002, a qual agravou o isolamento internacional da Argélia.

#### **4.1.2 – O relacionamento UE/Argélia no âmbito da PEM**

No contexto exposto no anterior subcapítulo, o surgimento da PEM gerou um “entusiasmo sem precedentes” na Argélia, atendendo a que “providenciava uma janela de oportunidade diplomática para um regime que estava determinado em demonstrar a natureza internacional da violência terrorista com que se defrontava e em capitalizar simpatia para a sua luta contra ela” (Darbouche, 2010). Contudo, o ímpeto inicial argelino em aprofundar o relacionamento com a UE seria, em grande medida, desmobilizado em 1997<sup>125</sup>, conforme o testemunha a suspensão nesse ano das negociações de um AEMA entre UE e Argélia.

Porém, a eleição do Presidente Bouteflika em 1999 traria um novo impulso àquele processo e contribuiria decisivamente para uma intensificação do relacionamento UE/Argélia na área política, que culminaria na conclusão, apenas um ano mais tarde, do processo negocial relativo ao referido AEMA, que seria assinado em 2002 e entraria em vigor em 2005.

A Argélia revelou alguma desconfiança quanto ao estabelecimento da UPM, em grande medida devido àquela iniciativa ter tido uma origem francesa, ainda que o Presidente argelino tenha participado na Cimeira do seu lançamento, realizada em Paris, em Julho de 2008.

Nos primeiros anos de existência da UPM, a Argélia manteve um posicionamento pouco interventivo, seja no âmbito das negociações para acolher a sede da iniciativa ou ocupar os seus principais cargos dirigentes, seja em matéria de participação nos seis grandes projectos que se encontram a ser empreendidos no quadro da UPM, mesmo no que se refere ao Plano Solar Mediterrânico, para o qual o país tem um reconhecido potencial de desenvolvimento.

#### 4.1.3 – O relacionamento UE/Argélia no âmbito da PEV

A Argélia tem mantido uma posição ambígua relativamente à PEV, dado que “embora aceite discutir a PEV, não sente necessidade em participar nela” (Martinez, 2010).

Assim, a Argélia não participa naquela política, não tendo nunca assinado com a UE qualquer Plano de Acção no seu quadro<sup>126</sup>, embora esteja habilitada para o fazer, dado que cumpre o requisito de ter celebrado um AEMA. A recusa sistemática argelina em participar na PEV poder-se-á explicar sobretudo por três factores, a destacar: (i) o facto de, no entendimento de Argel, a PEV institucionalizar uma “abordagem hegemónica”, que poderia constituir uma intrusão na soberania argelina em matéria de reformas a empreender no país magrebino, sobretudo no plano político; (ii) os elevados rendimentos oriundos da exploração de hidrocarbonetos, que reduzem a dependência da Argélia dos incentivos financeiros concedidos pela UE no âmbito da PEV (Martinez, 2010); e (iii) a percepção argelina quanto à incompatibilidade da PEV e das revigoradas aspirações de política externa da Argélia (Darbouche, 2010)<sup>127</sup>.

Não obstante, a Argélia celebrou em 2008 com a UE um *Roteiro para a Implementação do Acordo de Associação*, o qual, não substituindo o Plano de Acção da

PEV, serve alguns dos seus propósitos, identificando um conjunto de acções concretas em sectores prioritários a adoptar em complemento da implementação das disposições do AEMA<sup>128</sup>. Esse documento representará uma solução possível para contornar as resistências argelinas à questão da condicionalidade da assistência financeira em contrapartida à realização de reformas políticas e económicas, reflectindo a sua assinatura, por um lado, uma cedência clara das exigências da UE naquele sentido e, por outro, o interesse da Argélia em reforçar a cooperação com a União sobretudo nos planos económico e financeiro<sup>129</sup>.

## **4.2 – O AEMA UE/Argélia**

### **4.2.1 – Objectivos e estrutura do AEMA**

O AEMA entre a UE e a Argélia foi celebrado em 22/04/2002 e entrou em vigor em Setembro de 2005, substituindo, como instrumento contratual enquadrador do relacionamento bilateral UE/Argélia, o Acordo de Cooperação entre a CEE e a Argélia assinado em 1976.

No plano do enquadramento institucional, o dito AEMA UE/Argélia enuncia cinco objectivos<sup>130</sup>, entre os quais se destaca “desenvolver as trocas comerciais e assegurar o desenvolvimento de relações económicas e sociais equilibradas entre as partes e definir as condições para uma liberalização progressiva do comércio de bens, serviços e capitais”, nomeadamente visando a criação de uma ACL UE/Argélia, no quadro de uma ACLEM.

O referido AEMA encontra-se dividido em nove títulos<sup>131</sup> e estabelece a criação de um Conselho de Associação, constituído por representantes da UE e da Argélia. Este órgão, reunindo anualmente a nível ministerial<sup>132</sup>, tem por incumbência analisar e tomar decisões sobre questões relevantes que surjam no âmbito da implementação do dito acordo, bem como constituir um fórum no qual têm vindo a ser discutidas questões bilaterais<sup>133</sup> e internacionais de interesse comum<sup>134</sup>.

O referido AEMA cria ainda um Comité de Associação, composto por altos funcionários das duas Partes, que é responsável pela gestão do Acordo e do qual dependem órgãos de âmbito sectorial que se reúnem regularmente<sup>135</sup>.

### **4.2.2 – O interesse argelino na reconfiguração do quadro contratual e sua complementaridade com o AEMA**

A Argélia tem vindo a manifestar expectativas no sentido da reconfiguração do enquadramento institucional do seu relacionamento com a UE, sobretudo no quadro da negociação de um Acordo de parceria estratégica bilateral no domínio da energia, que tem vindo a ter lugar nos últimos anos. Nesse contexto, Argel tem condicionado a assinatura daquele convénio à obtenção de um acordo em matéria de livre circulação de pessoas entre UE e Argélia<sup>136</sup>.

Assim, segundo Darbouche (2010), o objectivo de Argel será “que a parceria estratégica de energia sirva como pilar central de uma parceria estratégica mais alargada, que cubra comércio e investimento, assuntos migratórios e, possivelmente, cooperação reforçada em matéria de segurança”. O mesmo autor acrescenta que “essa configuração reflecte as prioridades estruturais da Argélia no seu relacionamento com a UE, particularmente a promoção do investimento e da diversificação económica, um regime de facilitação de vistos e uma cooperação mais abrangente na luta contra ameaças comuns”.

Tal estará intimamente ligado com o descontentamento argelino quanto à implementação do AEMA, conforme teremos oportunidade de constatar adiante, e em particular das suas disposições nos planos económico e comercial – de que o pedido de revisão do calendário de desmantelamento tarifário visando a criação de uma ACL será o principal sinal –, o que, segundo Martín (2010b) “desconecta praticamente” a economia da Argélia do mercado europeu e provoca um reenfoque das relações UE/Argélia sobre assuntos relativos a questões de segurança, incluindo o fornecimento energético e questões migratórias.

Face ao acima exposto, permanece por clarificar se e de que forma se procederá à reconfiguração do quadro institucional, nomeadamente de modo a acomodar as ditas expectativas argelinas, em particular se tal passará pela celebração de um ou de vários instrumentos sectoriais e/ou pela revisão do AEMA.

#### **4.3 – A implementação do AEMA nos domínios do comércio, investimento, cooperação económica e financeira**

##### 4.3.1 – O comércio de bens e a constituição de uma ACL

##### 4.3.1.1 – O estipulado no AEMA com vista à criação de uma ACL

Neste domínio, destaca-se o facto de o AEMA prever a criação de uma ACL UE/Argélia, no contexto de formação geral de uma ACLEM. Tal deverá ser efectuado de forma progressiva, ao longo de um período com a duração máxima de doze anos após a entrada em vigor do Acordo, i.e. até 2017, e em conformidade com os princípios e normas da OMC.

No que respeita aos produtos industriais, o AEMA prevê a concessão de isenção de direitos aduaneiros e de encargos de efeito equivalente à importação pela UE de um conjunto muito alargado de produtos originários da Argélia<sup>137</sup>, aquando da entrada em vigor daquele Acordo.

No sentido inverso, ou seja no que se refere à importação pela Argélia de bens industriais originários da UE, o AEMA prevê: (i) para um conjunto de bens a eliminação imediata, no momento da entrada em vigor do Acordo, dos direitos aduaneiros e de encargos de efeito equivalente; (ii) para outros dois conjuntos de bens são estabelecidos dois calendários para a eliminação progressiva daqueles direitos, um primeiro até 2012 e um segundo até 2017.

As disposições relativas à importação de produtos agrícolas<sup>138</sup>, de pesca<sup>139</sup> e agrícolas transformados<sup>140</sup>, com origem da UE ou na Argélia, são codificadas num conjunto de Protocolos anexos ao AEMA, sendo de sublinhar que, em comparação com os produtos industriais, o dismantelamento tarifário é, em termos gerais, menos ambicioso, privilegiando-se generalizadamente nos produtos agro-piscatórios a diminuição dos regimes preferenciais e não o estabelecimento de um verdadeiro regime de comércio livre.

Assim, e ainda que o AEMA preveja a supressão total de direitos aduaneiros de importação relativamente a alguns produtos – sobretudo relativamente à entrada na UE de produtos originários da Argélia –, noutros prevê que a sua abolição seja feita dentro dos limites de contingentes pautais indicados, e noutros ainda a sua redução em proporções indicadas.

De referir ainda que o AEMA estabelece também que, aquando da sua entrada em vigor, nenhuma das Partes poderia introduzir novos direitos aduaneiros de importação ou de exportação ou encargos de efeito equivalente, sendo que seriam “suprimidas as restrições quantitativas e medidas de efeito equivalente aplicáveis à importação nas trocas comerciais entre a Comunidade e a Argélia”<sup>141</sup>.

#### 4.3.1.2 – O pedido de revisão argelino para revisão do calendário de desmantelamento tarifário previsto no AEMA

Em Dezembro de 2010, a Argélia notificou o Comité de Associação UE/Argélia do pedido de revisão do calendário de desmantelamento tarifário previsto pelo AEMA com o objectivo de adiar por três anos os prazos máximos estipulados para a conclusão daquele processo, i.e. prorrogar os limites temporais que vencem nesse âmbito em 2012 para 2015, os de 2015 para 2018 e os de 2017 para 2020. Assim sendo, de acordo com a pretensão argelina, também o prazo de doze anos para a conclusão de uma ACL seria alargado para quinze anos, i.e. até 2020. Pretenderá também a Argélia alterar as listas anexas ao AEMA que elencam os produtos isentos de taxas aduaneiras de importação.

A referida solicitação formulada pela Argélia baseou-se na perspectiva argelina de que as perdas geradas em termos económicos e comerciais pelo processo de desmantelamento tarifário empreendido no âmbito do AEMA UE/Argélia teriam ultrapassado em grande medida os benefícios, defraudando, assim, em grande medida, as expectativas que tinham levado a Argélia a aceitar celebrar tal Acordo com vista à criação de uma ACL.

Assim sendo, as autoridades argelinas salientam que, em virtude do desmantelamento tarifário estipulado no AEMA, teriam ocorrido perdas de cerca de 2,5 mil milhões USD em receitas aduaneiras entre 2005/2009, as quais poderiam ascender a 8 mil milhões USD em 2017, a manterem-se os ritmos evolutivos registados (Argélia, 2010). Por outro lado, em igual período, ter-se-ia vindo a agravar o saldo negativo em desfavor da Argélia do comércio de bens com a UE, não tendo em conta as exportações argelinas de hidrocarbonetos<sup>142</sup>. A Parte argelina argumenta ainda que essas perdas não foram compensadas pela atracção de fluxos de IDE “criadores de emprego e de riqueza” extra sector dos hidrocarbonetos, os quais permaneceriam bastante aquém das expectativas argelinas<sup>143</sup>.

Para sustentar a acima referida solicitação, as autoridades argelinas terão invocado, segundo o Ministro do Comércio argelino, o artigo 9º do AEMA<sup>144</sup>, o qual prevê a possibilidade de revisão do calendário de desmantelamento tarifário de produtos industriais, “caso se verifiquem graves dificuldades no que respeita a determinado produto”, devendo o Comité de Associação tomar uma decisão sobre esse pedido. Contudo, o referido Art.º estipula também que “o calendário cuja revisão for pedida não poderá ser prorrogado, em relação ao produto em causa, para além do período máximo de transição referido no art.º 6º”, i.e. até 2017.



Assim, caso mereça o acordo da UE, a solicitação argelina de estender o processo de desmantelamento tarifário até 2020 deverá ser objecto de uma Decisão do Conselho de Associação, emendando parte do conteúdo do AEMA. No final de Junho de 2011, o Ministro dos Negócios Estrangeiros argelino, Mourad Medelci, referiu ter a Argélia obtido um acordo de princípio da UE quanto à sua referida solicitação, e que esse processo deverá estar finalizado o mais tardar no final de 2011<sup>145</sup>. Contudo, de assinalar que a Declaração da UE emitida duas semanas antes por ocasião do 6º Conselho de Associação UE/Argélia apenas refere que “a UE está satisfeita pelos avanços realizados nas últimas sessões de consultas sobre o desmantelamento tarifário com vista à definição de uma solução mutuamente aceitável” (UE, 2011).

Nesse contexto, cabe referir que tinham tido lugar, até ao início de Agosto de 2011, cinco reuniões de consultas/negociações técnicas<sup>146</sup>, nas quais têm sido essencialmente analisadas várias propostas argelinas<sup>147</sup>.

#### 4.3.1.3 – A adesão da Argélia à OMC

A adesão da Argélia à OMC tem constituído um tema recorrente da agenda das reuniões do Conselho de Associação UE/Argélia. A Argélia (2010), que considera aquela adesão como uma “opção estratégica” nacional, reiterou em 2010 uma solicitação para que a UE concretizasse o seu “empenho em apoiar o quadro das suas negociações para uma adesão à OMC em condições razoáveis”.

Em Junho de 2011, a UE reiterou a sua disponibilidade para continuar a prestar auxílio à adesão da Argélia à OMC e, nesse sentido, para “relançar as negociações multilaterais e bilaterais” (UE, 2011). Cabe referir que, em 2010, a UE sugeriu publicamente à Argélia que desse conta, no âmbito do Grupo de Trabalho da OMC, dos últimos desenvolvimentos sobre o dossier das subvenções concedidas pelo Estado argelino para manutenção do preço doméstico do gás natural a um nível artificialmente baixo (UE, 2010), uma das questões que se tem revestido de um carácter mais controverso no âmbito das negociações bilaterais e multilaterais para a adesão da Argélia à OMC<sup>148</sup>, ainda que no âmbito bilateral euro-argelino pareça encontrar-se resolvida desde 2010<sup>149</sup>.

Martín (2010b) considera que o atraso registado em matéria de adesão da Argélia à OMC se deverá também ao facto do Executivo argelino possuir dúvidas quanto ao eventual impacto negativo daquele acto sobre a balança comercial da Argélia e alguns sectores da sua economia.

#### 4.3.1.4 – A Argélia e o SPG da UE

A Argélia integra o SPG da UE para o período 2009/2011, que constitui um instrumento comercial autónomo através do qual a União concede acesso preferencial não recíproco ao seu mercado a 176 países e territórios em desenvolvimento em mais de seis mil e trezentas linhas tarifárias.<sup>150</sup>

#### 4.3.2 – O comércio de serviços

O AEMA contém disposições sobre o comércio de serviços entre a UE e a Argélia, que referem que a União e os seus estados-membros “tornarão extensivo à Argélia o tratamento que se comprometeram a aplicar por força do nº 1 do artigo II do AGCS” (art.º 30º), i.e. “cada Membro concederá imediata e incondicionalmente aos serviços e prestadores de serviços de qualquer outro Membro um tratamento não menos favorável do que o concedido aos serviços e prestadores de serviços equivalentes de qualquer outro país”<sup>151</sup>.

Por seu turno, o AEMA prevê que a Argélia conceda um tratamento não menos favorável aos prestadores de serviços da UE e dos seus estados-membros do que a sociedades de qualquer país terceiro, no caso de “prestação de serviços transfronteiras” (art.º 31º) e “presença comercial” (art.º 32º). No caso de filiais e sucursais de sociedades comunitárias estabelecidas em território argelino, a Argélia concederá, no que se refere ao exercício das suas actividades, “um tratamento não menos favorável do que o concedido às suas próprias sociedades ou sucursais de sociedades de países terceiros” (art.º 32º).

Não obstante o acima exposto, e como poderemos constatar *infra* de forma mais aprofundada no subcapítulo dedicado ao IDE, as medidas de carácter restritivo que têm vindo a ser tomadas desde 2009 pelas autoridades argelinas – que afectam a actividade das empresas de capital externo a operar na Argélia em diversos domínios, incluindo a prestação de serviços –, estarão em contradição com os princípios e regras do AEMA (AICEP, 2011).

Por fim, importará acrescentar que o AEMA refere ainda a possibilidade das Partes considerarem a assinatura de um acordo de integração económica na área do comércio de serviços, o que se afigura possa ocorrer apenas após a adesão da Argélia à OMC (Argélia, 2010).

#### 4.3.3 – O investimento estrangeiro

##### 4.3.3.1 – A relevância atribuída pela Argélia aos fluxos de IDE europeus

O investimento estrangeiro tem constado recorrentemente das agendas das reuniões dos Conselhos de Associação UE/Argélia, atestando a elevada importância de que se reveste para ambas as Partes, sobretudo no que se refere à realização de IDE europeu nesse país magrebino. O interesse argelino nesse domínio motivou a emissão de uma Declaração específica anexa ao AEMA, pela qual a Argélia sublinhou a interligação entre, por um lado, o esperado aumento de fluxos de IDE europeus na Argélia e a liberalização comercial e, por outro, o dismantelamento pautal previstos pelo AEMA<sup>152</sup>.

Contudo, a evolução registada em matéria de aumento do volume de IDE europeu na Argélia manteve-se aquém das expectativas desse país, que tem assim manifestado, frequentemente<sup>153</sup>, “o seu desapontamento quanto à modéstia dos investimentos europeus realmente criadores de emprego e de riqueza registadas desde a entrada em vigor do Acordo de Associação. (...) para além do seu volume insuficiente (...) se concentrar no sector dos hidrocarbonetos”<sup>154</sup>.

Cabe destacar que essa situação terá contribuído, em articulação com outros domínios acima referidos, para que Argélia tivesse apresentado uma solicitação para se rever o calendário de dismantelamento tarifário previsto no AEMA, como pudemos acima constatar.

##### 4.3.3.2 – A adopção pela Argélia de medidas de carácter restritivo em matéria de Investimento Estrangeiro

Em termos gerais, o AEMA refere que a cooperação entre UE e Argélia visa criar um clima favorável aos fluxos de investimento (Art.º 54º)<sup>155</sup>, e prevê, nesse sentido a adopção de medidas no âmbito da promoção da concorrência quer na UE, quer na Argélia<sup>156</sup>. Neste domínio, o AEMA assinala ainda que a UE e a Argélia “assegurarão (...) a livre circulação de capitais respeitantes a investimentos directos efectuados na Argélia, (...) bem como a liquidação ou o repatriamento de tais investimentos e de quaisquer lucros deles resultantes (Art.º 39º).

Contudo, como *supra* pudemos constatar<sup>157</sup>, a Argélia adoptou em 2009 e 2010 medidas restritivas em matéria de enquadramento legal do investimento estrangeiro naquele país, “que vêm pôr em causa não só a regra do tratamento nacional que

gozavam os promotores externos com o Código do Investimento [argelino] mas, também, os princípios da livre circulação de capitais e da estabilidade da realização dos negócios ao abrigo do Acordo de Associação UE/Argélia” (AICEP, 2011).

A UE tem reiteradamente manifestado a sua preocupação com o empreendimento dessas medidas pela Argélia, as quais geraram “fortes inquietações no seio da comunidade empresarial europeia com um efeito muito negativo sobre os investimentos directos estrangeiros actuais e futuros na Argélia” (UE, 2011). Assim, a UE, questionando a compatibilidade dessas medidas com o disposto no AEMA – nomeadamente no que se refere aos artigos n.ºs 32º, 37º, 39º e 54º – (IDC, 2009), tem apelado a que as mesmas sejam revertidas, para “assegurar um quadro estável, previsível, não discriminatório e transparente para os operadores económicos” (*Ibidem*).

Por seu turno, a Argélia justifica a adopção dessas medidas pelo facto da crise de 2009 ter diminuído “em metade o valor das receitas de exportação e ter provocado uma crise na balança de pagamentos” argelina, pelo que as ditas medidas visariam “enquadrar o investimento e o comércio externo, tendo por objectivo melhorar a transparência nas transacções comerciais, lutar contra a evasão de capitais, a fraude fiscal e a contrafacção e promover o investimento nas actividades produtivas” (Argélia, 2010).

Para o Executivo argelino, essas medidas não estão em contradição com as disposições do AEMA, o qual, caberá referir, prevê a adopção, por um período de tempo limitado, e caso qualquer das Partes enfrente ou corra o risco de enfrentar “graves dificuldades a nível da balança de pagamentos”, de “medidas restritivas relativas às transacções correntes, que não podem exceder o estritamente indispensável para sanar a situação da balança de pagamentos” (art.º 40º).

#### 4.3.4 – A cooperação económica e financeira

O AEMA refere que “a cooperação económica tem como objectivo apoiar a política da Argélia com vista ao seu desenvolvimento económico e social sustentável” (art.º 47º) e “incidirá preferencialmente nos domínios de actividade em que existam obstáculos e dificuldades internas ou que sejam afectados pelo processo de liberalização do conjunto da economia argelina”, bem como se centrará “prioritariamente nos sectores que possam facilitar a aproximação das economias argelina e comunitária” (art.º 48º). Desse modo, está previsto que a cooperação económica seja efectivada

através de um conjunto de instrumentos e modalidades<sup>158</sup> a empreender em treze domínios<sup>159</sup>.

O AEMA prevê que cooperação financeira incida, para além dos domínios referidos no âmbito da cooperação económica, também noutros seis temas<sup>160</sup>. O principal instrumento para efectivação da cooperação financeira entre a UE e a Argélia é actualmente o IEPV, que sucedeu aos programas MEDA<sup>161</sup>, e que apoia a implementação da cooperação bilateral nos quadros do AEMA e do *Roteiro para a Implementação do Acordo de Associação supra* referido. O Documento Estratégico relativo à Argélia elaborado pela COM no âmbito do funcionamento do IEPV<sup>162</sup>, cobrindo o período 2007-2013, estabelece um conjunto de objectivos prioritários<sup>163</sup> cuja implementação é realizada com base em projectos elencados nos PIN para 2007-2010 e 2011-2013.

Conforme se pode constatar pela leitura da Tabela 1, os vários envelopes financeiros europeus destinados à Argélia têm registado, em termos anuais médios, valores constantes, sendo que entre o PIN de 2007-2010 e o PIN 2011-2013, se verificou um decréscimo de mais de 2 milhões de € por ano, num total de cerca de 48 milhões de €<sup>164</sup>.

Instrumento	Período	Envelope financeiro (milhões €)	Valor anual médio período (milhões €)
MEDA 1	1997-1999 <sup>165</sup>	164	54,67
MEDA 2	2000-2006	338,8	48,4
IEPV	2007-2010	220	57,33
IEPV	2011-2013	172	55

**Tabela 1** – Compromissos de assistência financeira da UE à Argélia de 1997 a 2013, em milhões € (COM, 2007)

Outra das questões que tem marcado a assistência financeira da UE à Argélia tem sido a mediana capacidade de absorção por parte do país magrebino dos créditos disponibilizados pelos vários envelopes financeiros, o que a Argélia espera poder melhorar com o recurso ao apoio orçamental sectorial (*Ibidem*).

#### 4.4 – O relacionamento institucional UE/Argélia no domínio energético

Antes de avançar para o tratamento do tema do presente subcapítulo, importará justificar que se entendeu autonomizá-lo, em detrimento de o analisar no anterior subcapítulo, por três ordens de razões: (i) a importância estratégica singular de que se reveste o dossier da energia, quer para a UE, quer para a Argélia; (ii) o facto de a cooperação nesse domínio se encontrar escassamente enquadrada no AEMA; e (iii) pelo facto de esse tema ter vindo a ser tratado no seio das relações UE/Argélia não só no âmbito bilateral, mas também no contexto da cooperação euromediterrânica.

#### 4.4.1 – A relevância estratégica das questões energéticas para cada um dos actores

Conforme o que pudemos *supra* constatar<sup>166</sup>, as questões em matéria de energia afiguram-se de importância crucial para a UE no seu relacionamento com o Magrebe e com a Argélia, em particular.

Tal deve-se sobretudo ao papel da Argélia como importante fornecedor de gás natural da UE, mas também de petróleo. No referente ao primeiro recurso, a Argélia tem vindo crescentemente a ser considerada pela UE como parceiro estratégico no quadro de uma política de diversificação de fornecimento, sobretudo na sequência das perturbações registadas no fornecimento de gás pela Rússia à UE. Para a União, a Argélia constitui também um parceiro instrumental com vista à concretização dos projectos euro-mediterrânicos de transmissão transmediterrânica de electricidade e de geração de electricidade a partir de energia solar.

Para a Argélia, a UE revela-se de uma relevância fulcral no domínio energético, não só enquanto principal cliente das exportações argelinas de hidrocarbonetos, mas também como importante origem de investimentos destinados aos sectores argelinos de exploração e transporte de hidrocarbonetos, ainda que nesse domínio a Argélia tenha vindo nos últimos anos a diversificar os seus parceiros internacionais.

#### 4.4.2 – A esfera bilateral UE /Argélia

Embora as questões energéticas tenham vindo a desempenhar um papel-chave no diálogo e cooperação UE/Argélia, no plano institucional essas matérias permanecerão escassamente enquadradas, como o atesta o facto do AEMA atribuir um lugar secundário à cooperação nesse âmbito, a qual surge integrada no título da cooperação económica. Assim, a cobertura do AEMA no domínio energético cinge-se a três vectores de cooperação, com destaque para o desenvolvimento de parcerias entre

empresas europeias e argelinas no âmbito da exploração, produção, transformação e distribuição dos sectores das energias e das minas (art.º 61º)<sup>167</sup>. Por outro lado, cabe assinalar que o AEMA não prevê a inclusão dos bens energéticos nas listas de produtos a integrar a ACL.

Assim, tendo em vista complementar o actual enquadramento institucional, tem vindo a ser negociado, por iniciativa da COM, um Acordo de parceria estratégica entre a UE e a Argélia no domínio da energia<sup>168</sup>. Segundo a UE (2011), a Argélia terá manifestado no 6º Conselho de Associação UE/Argélia disponibilidade para corresponder ao interesse europeu em finalizar proximamente o processo negocial daquele convénio.

Para finalizar, com sucesso, esse processo negocial, afigura-se fulcral a conciliação entre os interesses económicos argelinos de penetrar no mercado europeu no sector da comercialização do gás natural<sup>169</sup> – e não apenas no do fornecimento –, por um lado, e as resistências manifestadas por alguns estados-membros – nomeadamente Espanha, Alemanha, França e Itália – em liberalizar de forma plena os seus mercados energéticos internos (Darbouche, 2010)<sup>170</sup>. Por outro lado, permanece por clarificar se e de que forma o texto do Protocolo bilateral que venha a ser eventualmente acordado entre a UE e a Argélia reflectirá as expectativas que este país terá, como *supra* referido, quanto ao futuro da cooperação euro-argelina<sup>171</sup>.

#### 4.4.3 – A cooperação UE/Argélia no quadro euro-mediterrânico

Na sua Declaração emitida por ocasião do 5º Conselho de Associação UE/Argélia, a UE (2010) “reitera empenho na cooperação euro-mediterrânica em matéria de energia<sup>172</sup> e sublinha o papel dinamizador desempenhado pela Argélia na implementação do projecto regional de mercado magrebino de electricidade (...) e encoraja a participação da Argélia nas acções bem como na implementação do Plano Solar Mediterrânico no contexto da UPM”.

Contudo, na sua Declaração relativa ao 6º Conselho de Associação UE/Argélia, a UE não efectua qualquer menção ao quadro de cooperação euro-mediterrânico em matéria de energia, o que poderá estar ligado não só às dificuldades de funcionamento registadas no seio da UPM, mas também e sobretudo ao facto de, em matéria de cooperação energética, a Argélia não encarar a esfera euro-mediterrânica como possuindo interesse prioritário<sup>173</sup>.

Nesse âmbito, de assinalar que a Argélia tem privilegiado uma abordagem cautelosa no que respeita à participação no Plano Solar Mediterrânico desenvolvido no quadro da UPM visando a produção de electricidade a partir de energia solar. Tal dever-se-á sobretudo à perspectiva argelina de que, para os PTM, os benefícios resultantes da participação naquele projecto serão pouco expressivos, atendendo a que “as infra-estruturas não irão criar indústria nos países envolvidos, antes na Europa”, conforme declarações do Ministro da Energia argelino<sup>174</sup>, o que poderia igualmente levar a um agravamento das importações de tecnologia (Darbouche, 2010).



## **V – O impacto do reforço das relações institucionais UE/Argélia sobre o relacionamento económico e comercial (2005-2010)**

### **5.1. – Considerações introdutórias**

Conforme tivemos oportunidade de constatar no capítulo anterior, nos últimos anos tem-se verificado, a diferentes níveis e em vários quadros e processos, um reforço do relacionamento bilateral UE/Argélia no plano institucional.

Nesse sentido, e tendo em vista responder à pergunta de partida da presente dissertação, importa neste quinto capítulo verificar se, e de que forma, a intensificação do relacionamento bilateral UE/Argélia no plano institucional, do qual a entrada em vigor de um AEMA constitui um pilar central, se traduziu num reforço das relações bilaterais entre aqueles dois actores nos domínios económico e comercial, no âmbito das quais as empresas de ambas as Partes desempenham um papel central<sup>175</sup>.

Nesse sentido, afigura-se crucial analisar qual o impacto produzido pela entrada em vigor em 2005 do referido AEMA nos planos do comércio e do investimento externos bilaterais UE/Argélia, visível não apenas nos dados gerais registados nesses dois domínios, mas também nos respectivos contextos sectoriais, com ênfase para os grupos de bens que têm vindo a objecto do processo de desmantelamento tarifário visando a criação de uma ACL.

Nesse exercício, serão tidas também em consideração as assimetrias existentes em matéria de importância relativa, para UE e Argélia, do relacionamento bilateral entre ambos em matéria de comércio e de investimento, como teremos oportunidade de desenvolver *infra*. Assim o exercício analítico será focado em particular com vista a apurar qual o grau de fundamento que possuirão as expectativas e as preocupações manifestadas pelas autoridades argelinas a propósito da implementação do dito AEMA, nomeadamente em matéria de desmantelamento tarifário.

### **5.2 – Evolução quantitativa e estrutural do comércio de bens UE/Argélia, 2005-2010**

#### **5.2.1 – A importância do comércio de bens UE/Argélia para cada um destes actores**

Conforme pudemos *supra* constatar, o comércio de bens com a UE assume uma relevância fundamental para a Argélia, constatável no facto de em 2009 os UE27 terem

sido o maior cliente argelino, com 51,3% de quota e o maior fornecedor da Argélia, com uma quota de 52,5%.

Porém, para a UE, a importância relativa das suas trocas comerciais com a Argélia é bem menor. Assim, em 2010, a Argélia foi o 13º fornecedor da UE, representando 1,4% de quota do total de importações extra-zona realizadas pela UE, constituindo aquele valor um decréscimo de 0,4 pontos percentuais relativamente a 2005. Por outro lado, a Argélia constituiu em 2010 o 20º cliente da UE, assegurando 1,2% de quota do total de exportações da UE realizadas para fora do espaço UE27, o que representa um ligeiro acréscimo, de 0,2 pontos percentuais, relativamente ao valor homólogo de 2005.

Assim sendo, regista-se uma assimetria na importância relativa do comércio de bens bilateral UE/Argélia para cada um desses actores, assumindo um papel fulcral para a Argélia e revestindo-se de uma relevância relativa mais modesta para a UE. Tendo isso presente, e com vista a analisar qual o impacto no plano económico e comercial produzido pelo reforço do relacionamento institucional UE/Argélia, nomeadamente durante o primeiro quinquénio de vigência do AEMA, afigura-se instrumental efectuar uma abordagem à evolução, em termos quantitativos e estruturais, das trocas comerciais UE/Argélia.

## 5.2.2 – A evolução quantitativa das trocas comerciais UE/Argélia

### 5.2.2.1 – Análise autonomizada das trocas comerciais UE/Argélia

#### 5.2.2.1.1 – Perspectiva geral

Antes de partir para a análise detalhada da evolução quantitativa das trocas comerciais de bens UE/Argélia, no período 2005-2010, afigura-se útil confrontar os valores registados em cada um dos principais indicadores comerciais com os referentes a períodos homólogos anteriores.

Assim, e analisando a Tabela 2, é possível inferir que, em termos de volume comercial, se tem vindo a registar uma tendência progressiva de abrandamento de crescimento. Tal resulta fundamentalmente de: (i) um declínio significativo, desde 1995, dos ritmos de crescimento percentual das importações da Argélia realizadas pela UE, culminando, como vimos, numa evolução nula entre 2005-2010; e (ii) uma observação

de ritmos de crescimento mais ou menos constantes em matéria de crescimento percentual das exportações da UE para a Argélia.

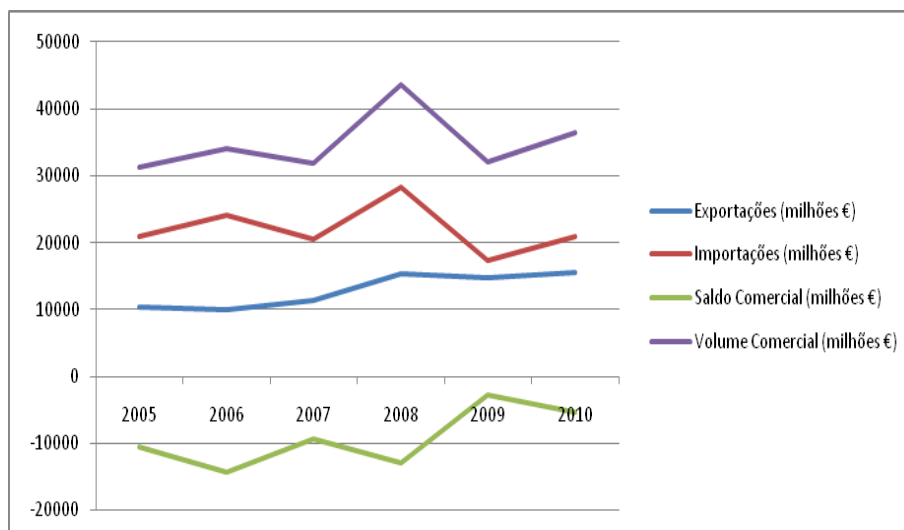
<b>Indicador</b>	<b>1995-2000</b>	<b>2000-05</b>	<b>2005-10</b>
<b>Exportações pela UE</b>	33%	67%	49%
<b>Importações pela UE</b>	246%	26%	0%
<b>Saldo Comercial a favor da UE</b>	-10370%	1%	49%
<b>Volume Comercial</b>	141%	37%	16%

**Tabela 2** – Variação percentual do valor em € das trocas comerciais de bens UE/Argélia, por quinquénio (1995-2010), em percentagem (Eurostat, 2011)

Como resultado do acima exposto, cabe mencionar que se tem vindo a registar, desde o intervalo 2000-05, um desagravamento do défice que a UE verifica na sua balança comercial com a Argélia.

Cumprirá ainda referir que a ocorrência de significativas disparidades de valores entre os períodos de 1995-2000 e 2005-2010 em matéria de alguns indicadores – nomeadamente volume comercial, importações pela UE de bens argelinos e saldo comercial a favor da UE – se deverá sobretudo ao facto de naquele primeiro período se terem verificado desenvolvimentos de ordem excepcional – como o final da Guerra Civil argelina e o início do processo de abertura da Argélia e da participação deste país na PEM – que contribuíram para impulsionar o crescimento significativo daqueles valores.

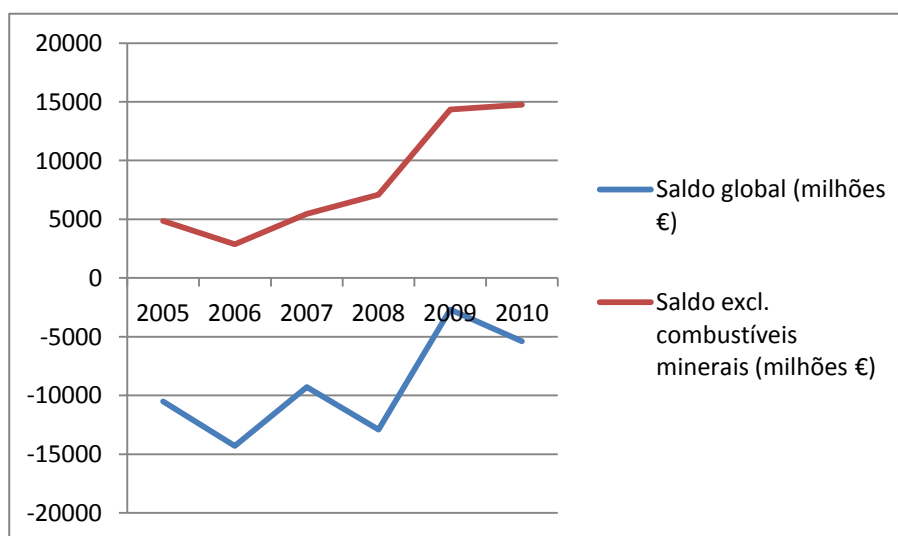
No que respeita em concreto à evolução do comércio de bens UE/Argélia no período 2005/2010, e como indica a Figura 7, verificaram-se oscilações em matéria de variação do valor em € dos quatro indicadores comerciais considerados. Importará referir que se registou um crescimento anual médio de 3,2% do volume comercial UE/Argélia. No que respeita ao saldo comercial, naquele intervalo observou-se uma redução média anual do défice da UE em cerca de 9,7% – ainda que entre 2009/2010 aquele indicador se tenha agravado ligeiramente –, o que se terá devido ao facto de naquele período as exportações europeias para a Argélia terem registado um aumento médio anual também de 9,7%, enquanto as importações da União oriundas da Argélia verificaram um crescimento nulo.



**Figura 7** – Comércio de bens UE/Argélia, 2005-2010, em milhões € (Eurostat, 2011)

#### 5.2.2.1.2 – A relevância do sector dos hidrocarbonetos

Em articulação com o subcapítulo anterior, haverá a ressaltar o facto de que, se não forem considerados os dados relativos às importações de combustíveis minerais argelinos pela UE, a referida tendência de desagravamento progressivo do défice comercial da União com a Argélia será ainda mais acentuada, como o indica a Figura 8.



**Figura 8** – Saldo global e saldo excluindo combustíveis minerais do comércio de bens UE/Argélia, 2005-2010, em milhões € (Eurostat, 2011)

Tal deve-se sobretudo ao importante papel da Argélia como fornecedor de gás natural à UE, tendo em 2008 ocupado nesse domínio o terceiro lugar, com 15% de

quota, apenas suplantado por Rússia e Noruega. De referir que a relevância relativa da Argélia no fornecimento à União daquele recurso energético é ainda mais vincada para os estados-membros da UE da orla mediterrânica, como Itália (34% de quota em 2008), Espanha (35%), França (16%) e Portugal (42%) (Darbouche, 2010), que importam gás natural argelino transportado sobretudo através de gasodutos, mas recorrendo também crescentemente ao GNL<sup>176</sup>.

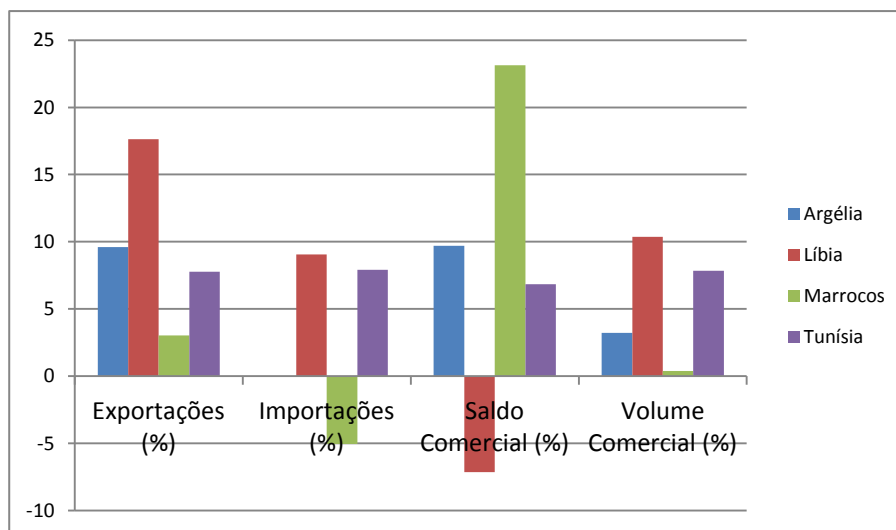
No que se refere ao petróleo, a importância relativa da Argélia como fornecedor da UE é menor, ainda que não despidiêda, tendo ocupado em 2011 o décimo lugar, com 1,59% de quota (COM, 2011c).

Para a Argélia, o mercado europeu revela-se de uma relevância fundamental na óptica do fornecimento de hidrocarbonetos, sobretudo no que respeita ao gás natural, tendo em conta que, em 2008, 95% das exportações argelinas daquele recurso energético tiveram por destino a UE (Darbouche, 2010). No respeitante ao petróleo, cerca de metade das exportações argelinas desse recurso tiveram como destino a UE.

#### 5.2.2.2 – A comparação com as relações comerciais UE/outros países do Magrebe, 2005-2010

De modo a realizar uma análise mais aprofundada da evolução das trocas comerciais de bens UE/Argélia no período 2005/2010, importará realizar uma confrontação dessas trocas com as referentes ao comércio entre a UE, por um lado, e os restantes países do Magrebe, por outro, naquele intervalo. Pretender-se-á, em particular, com esse exercício, contextualizar-se regionalmente o caso argelino, no sentido de se apurar a eventual existência de tendências evolutivas similares entre os países magrebins.

Assim, analisando a Figura 9, é possível observar que, no período 2005-2010, se registou um crescimento percentual anual médio positivo das exportações da UE para todos os países magrebins – com maior incidência para a Líbia, seguida da Argélia – à semelhança do constatado em matéria de volume comercial. No que respeita ao saldo comercial, registou-se um crescimento percentual favorável à UE relativamente a todos os países em estudo, com exceção da Líbia. Nas importações realizadas pela UE de bens originários do Magrebe, verificaram-se também diferenças em matéria de crescimento, o qual foi positivo nos casos da Líbia e da Tunísia, nulo no caso da Argélia e negativo relativamente a Marrocos.



**Figura 9** – Variação anual média do comércio de bens UE/países do Magrebe, 2005/2010, em % (Eurostat, 2011)

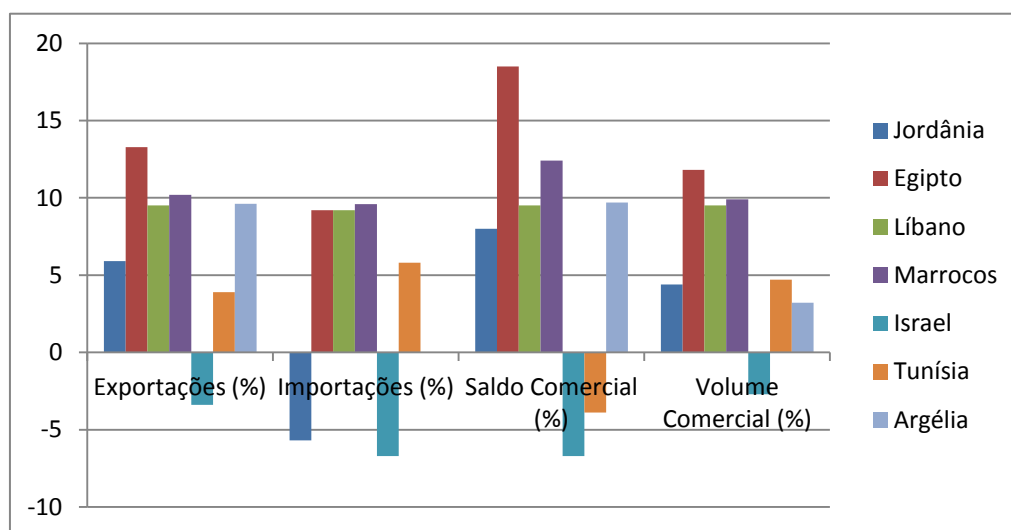
Assim sendo, os assinaláveis contrastes entre os países magrebinos em matéria de variação dos valores registados nos principais indicadores do seu comércio com a UE — com excepção das importações oriundas da União, em que se observou um aumento percentual em todos eles — reflectem, desde logo — e para além da assinalável heterogeneidade estrutural existente em matéria económica na região do Magrebe —, diferentes estádios em que se encontram cada uma das relações daqueles países com a UE.

#### 5.2.2.3 – A comparação do caso argelino com outros PTM nos primeiros cinco anos da vigência dos respectivos AEMA com a UE

Tendo presente a existência de diferenças assinaláveis em matéria de estádios de desenvolvimento dos relacionamentos institucionais da UE com os vários países do Magrebe e os PTM em geral — reflectindo, em grande medida, o facto de os AEMA celebrados por aqueles autores terem entrado em vigor em diferentes datas — entendeu-se conveniente efectuar uma análise tendo em vista apurar a eventual existência de semelhanças no quadro dos PTM a respeito do sentido das tendências evolutivas do seu comércio — e de modo a contextualizar o caso argelino — tendo como referência os primeiros cinco anos de vigência de cada um dos referidos AEMAs.<sup>177</sup>

Assim, e conforme o evidencia a Figura 10, constata-se uma assinalável convergência entre os resultados registados pelos PTM em matéria de evolução do seu

relacionamento comercial com a UE nos primeiros cinco anos de vigência dos AEMAs celebrados por cada um desses PTM com a União.



**Figura 10** – Variação anual média do comércio de bens UE/ PTM, nos primeiros cinco anos da vigência dos respectivos AEMA, em % (Eurostat, 2011)<sup>178</sup>

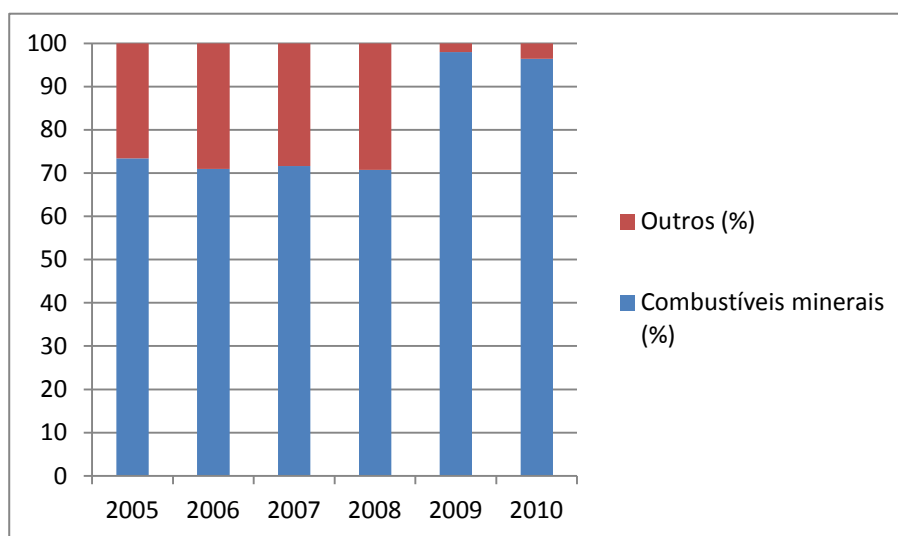
Desse modo, e exceptuando o caso de Israel – que constitui um caso singular no seio dos PTM, sobretudo no quadro político e de desenvolvimento económico e social – aqueles resultados confluem, regra geral e ainda que com diferentes magnitudes, no mesmo sentido, a saber: (i) um crescimento das exportações da UE para os PTM, posicionando-se a Argélia no segundo lugar, com 9,6%; (ii) um crescimento percentual das importações realizadas pela UE de bens originários dos PTM, ainda que com uma magnitude inferior ao crescimento das exportações, assinalando nesse capítulo a Argélia um crescimento nulo; (iii) um consequente crescimento do superávit a favor da UE do saldo comercial relativo às suas relações comerciais com os PTM, alcançando a Argélia o terceiro lugar nesse contexto, com 9,7%; e (iv) um crescimento do volume comercial, registando a Argélia o penúltimo lugar, com 3,2%.

### 5.2.3 – A evolução estrutural das trocas comerciais

#### 5.2.3.1. – As importações de bens argelinos pela UE

No que diz respeito às importações de bens argelinos realizadas pela UE, verificou-se no período 2005-2010 um substancial reforço do peso do sector dos

hidrocarbonetos, sobretudo petróleo e gás natural, atingindo valores acima dos 97% em 2009 e dos 96% em 2010, como o ilustra a Figura 11.



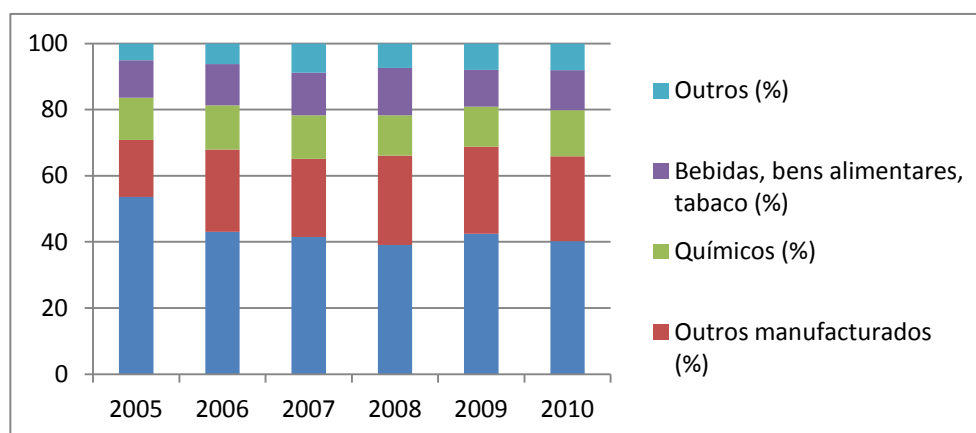
**Figura 11** – Importações pela UE de bens originários da Argélia, por sector, 2005-2010, em % (Eurostat, 2011)

De referir que essa subida percentual do peso do sector dos hidrocarbonetos na estrutura exportadora argelina se registou no mesmo ano, i.e. 2009, em que se verificou uma descida significativa do valor em euros das importações pela UE de bens argelinos – para o que muito contribuiu a baixa da cotação internacional do petróleo registada nesse ano –, o que indicia que os sectores extra hidrocarbonetos argelinos terão sofrido perdas proporcionalmente mais elevadas.

#### 5.2.3.2. – As exportações da UE destinadas à Argélia

Através da leitura da Figura 12, é possível depreender que ao longo do período 2005-2010 se manteve uma estrutura de exportações de bens da UE destinadas à Argélia mais diversificada do que a respeitante às importações. Nesse contexto, o sector referente à maquinaria e equipamento continuou a posicionar-se no primeiro lugar, ainda que ao longo do período em estudo tenha perdido alguma importância relativa, ao contrário do verificado no referente aos bens manufacturados, que adquiriram um maior peso.





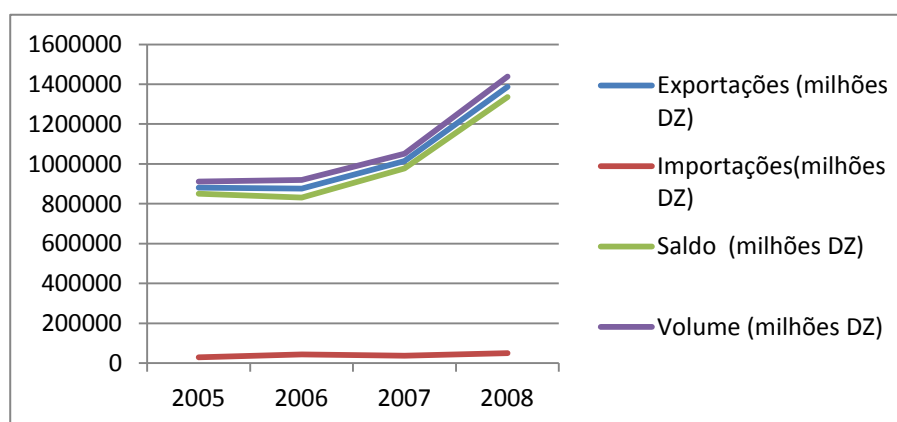
**Figura 12** – Exportações pela UE de bens destinados à Argélia, por sector, 2005-2010, em % (Eurostat, 2011)

### 5.3 – O comércio de bens UE/Argélia nos grupos de bens objecto do desmantelamento tarifário visando a criação de uma ACL

Na sequência de ter sido *supra* abordada a evolução das trocas comerciais, em termos globais, nos prismas analíticos quantitativo e estrutural, importará efectuar idêntica análise, mas agora especificamente incidente sobre os grupos de bens objecto do desmantelamento tarifário visando a criação de uma ACL, que são elencados em anexos e protocolos apensos ao AEMA, tendo em vista apreender o sentido e magnitude do impacto desse convénio sobre as trocas comerciais UE/Argélia.

#### 5.3.1 – Bens industriais

##### 5.3.1.1 – Perspectiva global sobre o comércio de bens industriais UE/Argélia



**Figura 13** – Comércio de bens industriais UE/Argélia, 2005-2008, em milhões DZ (IDC, 2009).

Como ilustra a Figura 13, no período entre 2005-2008<sup>179</sup> verificou-se um aumento da diferença em termos absolutos entre exportações e importações da UE relativamente à Argélia, o que provocou um agravamento muito pronunciado do défice comercial em DZ – cuja depreciação face ao € naquele período não terá ultrapassado 4% – desfavorável à Argélia nesse domínio, cabendo referir que, naquele período, a depreciação do DZ face ao euro nesse período não ultrapassou 4%. Aquele agravamento em termos absolutos anulou o facto de, em termos relativos, as exportações argelinas de bens terem aumentado mais do que as importações durante todo o intervalo considerado, i.e. 68% contra 17%, respectivamente.

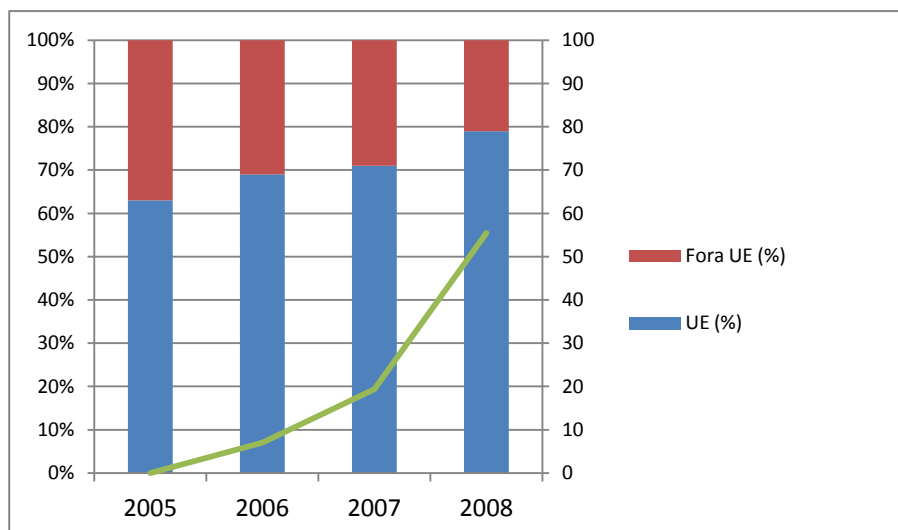
Importará, em seguida, analisar a evolução das trocas comerciais euro-argelinas de bens industriais entre 2005-2008, em dois prismas analíticos: (i) peso percentual do comércio UE/Argélia no total de comércio argelino; e (ii) variação percentual do valor em DZ.

No respeitante às importações argelinas de bens industriais originários da UE, optou-se por segmentar a análise em três grupos de bens que são considerados diferentemente pelo AEMA em matéria de calendários de desmantelamento tarifário, a saber: (i) os bens incluídos no anexo 2 daquele Acordo, sobre os quais deveriam ser eliminados todos os direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente no momento de entrada em vigor do AEMA, i.e. em 2005; (ii) os bens integrados no anexo 3, relativamente aos quais aquele processo deverá terminar até 2012; e (iii) os bens não incluídos em nenhum dos dois anexos, relativamente aos quais está prevista a conclusão até 2017 do processo de desmantelamento tarifário.

Atendendo à pouco expressiva magnitude das exportações argelinas de bens industriais, optou-se por considerar de forma conjunta todos os grupos de bens, em detrimento de uma análise individualizada por anexo.

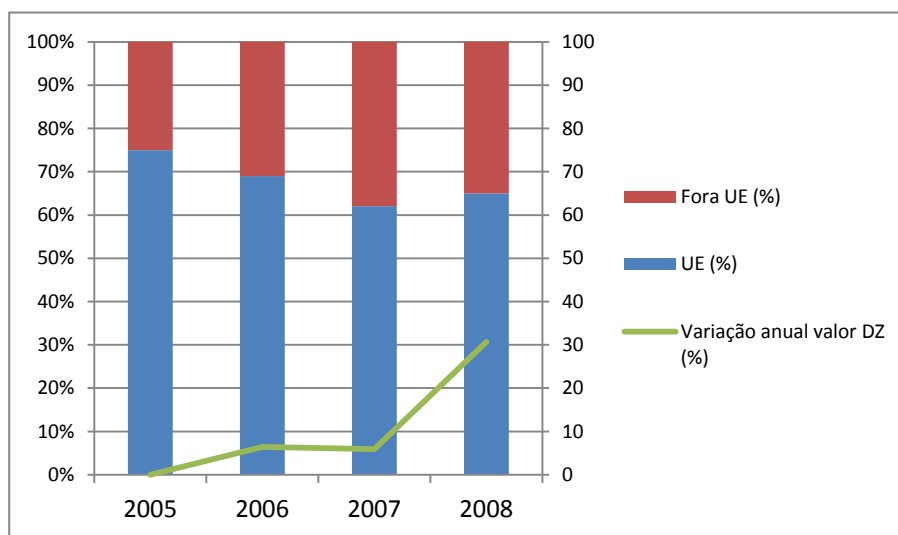
#### 5.3.1.2 – Importações argelinas de bens industriais originários da UE

Como o ilustra a Figura 14, verificou-se entre 2005-2008 uma subida progressiva do crescimento do valor em € das importações argelinas originárias da UE de bens industriais constantes no Anexo 2 do AEMA. Se considerarmos os valores por origem das importações, verificamos que, no período considerado, também o peso percentual da UE como fornecedor aumentou progressivamente.



**Figura 14** – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como fornecedor à Argélia de bens industriais constantes do anexo 2 do AEMA, 2005-2008, em % (IDC, 2009)

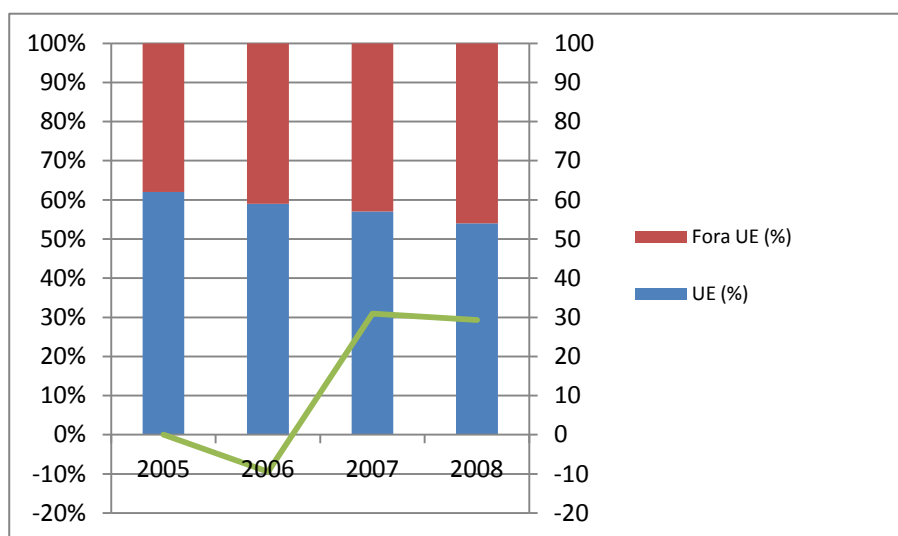
No que se refere aos produtos constantes do anexo 3 do AEMA, e como podemos constatar pela leitura da Figura 15, verifica-se entre 2005-2008 uma tendência de subida – com excepção do intervalo 2006-2007 – do crescimento do valor nominal das importações argelinas.



**Figura 15** – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como fornecedor à Argélia de bens industriais constantes do anexo 3 do AEMA, 2005-2008, em % (IDC, 2009)

Contudo, e contrariamente ao registado em relação aos bens inseridos no anexo 2, verifica-se no referente aos bens do anexo 3 do AEMA uma tendência de diminuição

do peso relativo da UE como fornecedor da Argélia entre 2005-07, com uma ligeira recuperação no ano seguinte.



**Figura 16** – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como fornecedor à Argélia de bens industriais não constantes de qualquer anexo do AEMA, 2005-2008, em % (IDC, 2009)

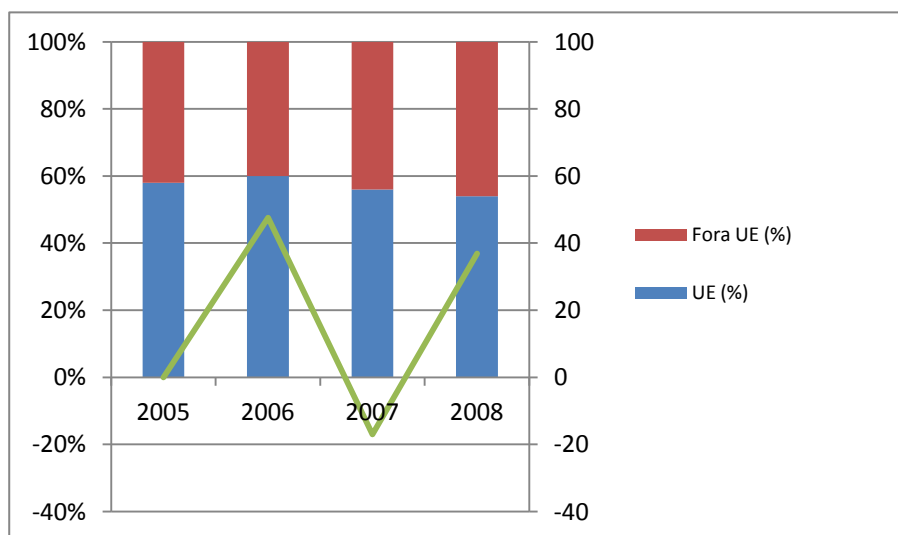
No que respeita às importações argelinas de bens industriais não constantes de qualquer anexo do AEMA, verificou-se uma tendência evolutiva, apresentada na Figura 16, muito semelhante à dos bens integrados no anexo 3, a referir: (i) oscilações no crescimento percentual do valor nominal durante o intervalo 2005/2008, mas aumento entre os termos do mesmo; e (ii) uma diminuição progressiva do peso relativo da UE como fornecedor da Argélia entre 2005-08.

Assim, depreende-se que relativamente a todos os bens industriais considerados – os referidos nos anexos 2 e 3 do AEMA e os não integrados em qualquer desses anexos – se registou um aumento mais ou menos significativo das importações argelinas originárias da UE.

Contudo, o IDC (2009) assinala que esse aumento resultará mais de um aumento da procura interna argelina daqueles grupos de bens, e não tanto do processo de desmantelamento tarifário sobre a sua importação. A reforçar o sentido dessa asserção parece posicionar-se o facto de, com excepção dos bens referidos no anexo 2<sup>180</sup>, se ter registado uma diminuição do peso relativo das importações originárias da UE no total de bens industriais importados pela Argélia.

### 5.3.1.3 – Exportações argelinas de bens industriais

Conforme tivemos oportunidade de constatar *supra*, as exportações argelinas de um conjunto alargado de bens industriais discriminados nos anexos e protocolos apensos ao AEMA encontram-se isentas de qualquer direito aduaneiro ou encargo de efeito equivalente à entrada no mercado europeu.

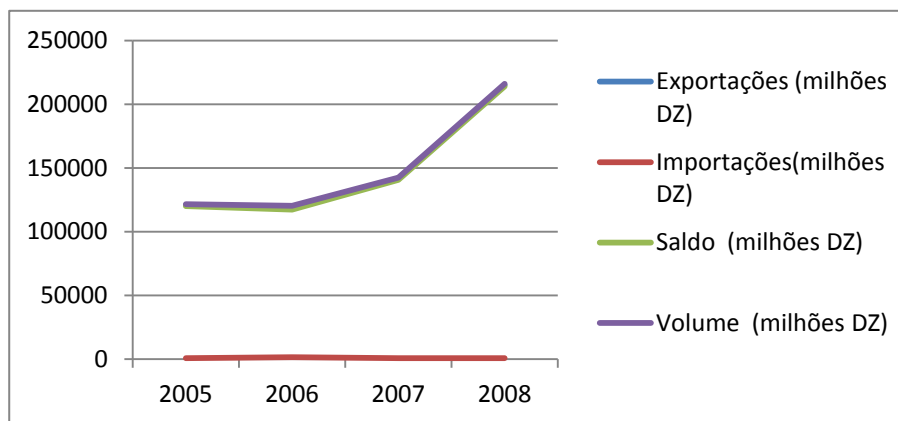


**Figura 17** – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como cliente da Argélia de bens industriais, 2005-2008, em % (IDC, 2009)

Assim, realizando idêntico exercício analítico ao elaborado no anterior subcapítulo, desta vez para as exportações argelinas de bens industriais consideradas em conjunto – i.e. incluindo os bens referidos nos anexos 2 e 3 e os não mencionados em qualquer anexo do AEMA – é possível depreender-se, como se constata pela leitura da Figura 17, que, entre 2005/08, a UE manteve uma quota constante enquanto cliente das exportações de bens industriais argelinos. Quanto ao crescimento percentual do valor nominal desse indicador comercial, de assinalar que se registaram grandes oscilações, o que se pode explicar pelo facto dos valores absolutos serem de magnitude pouco significativa, e assim mais susceptíveis a maiores variações do que, por exemplo, as importações, conforme se pôde acima constatar.

### 5.3.2 – Bens agrícolas

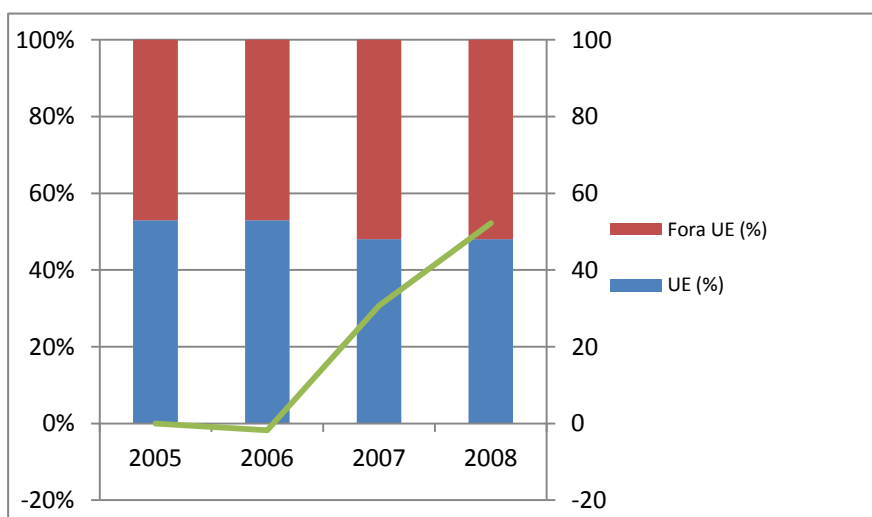
#### 5.3.2.1 – Perspectiva global sobre o comércio de bens agrícolas UE/Argélia



**Figura 18** – Comércio UE/Argélia de bens agrícolas constantes dos Protocolos 2 e 4 do AEMA, 2005-2008, em milhões DZ (IDC, 2009)

À semelhança do ocorrido com os bens industriais, também nos produtos agrícolas se verificou entre 2005-2008 um agravamento muito expressivo do saldo negativo em desfavor da Argélia – nomeadamente no que respeita às trocas comerciais com a UE envolvendo bens constantes dos Protocolos 2 e 4 do AEMA, relativos a produtos agrícolas e agrícolas transformados, respectivamente – o que se deveu sobretudo à existência de grandes diferenças de valores nominais entre importações e exportações.

### 5.3.2.2 – Importações argelinas de bens agrícolas



**Figura 19** – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como fornecedor à Argélia de bens agrícolas constantes dos Protocolos 2 e 4 do AEMA, em %, 2005-2008 (IDC, 2009)

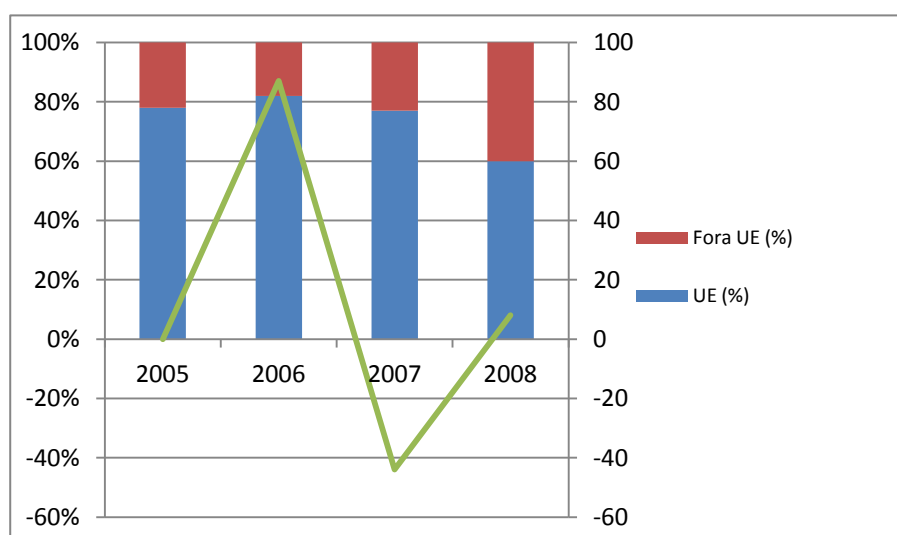
No que se refere às importações argelinas de bens agrícolas incluídos nos Protocolos n.ºs 2 e 4 originários da UE verifica-se, conforme revelado pela Figura 19, uma tendência de crescimento assinalável entre 2006-2008, particularmente no intervalo 2007-08, em que se registou um aumento de cerca de 52%.

Porém, se consideramos o peso relativo da UE como fornecedor à Argélia daqueles grupos de bens, verificamos que nesse âmbito se registou no período em apreço uma relativa estabilidade.

Desse modo, a confrontação dos dois indicadores acima referidos parece revelar que o aumento assinalável das importações argelinas dos referidos bens agrícolas e agrícolas transformados originárias da UE terá resultado sobretudo de um aumento da procura interna argelina daqueles grupos de bens, e não tanto do processo de desmantelamento tarifário sobre a sua importação.

#### 5.3.2.3 – Exportações argelinas de bens agrícolas

Através da análise da Figura 20, constata-se que o peso da UE na estrutura exportadora argelina dos bens agrícolas considerados diminuiu assinalavelmente no período 2005/2008. De referir ainda que a variação percentual do valor nominal das exportações argelinas no domínio em apreço apresentou grandes oscilações, o que se deve, em grande medida aos baixos valores registados em termos absolutos.

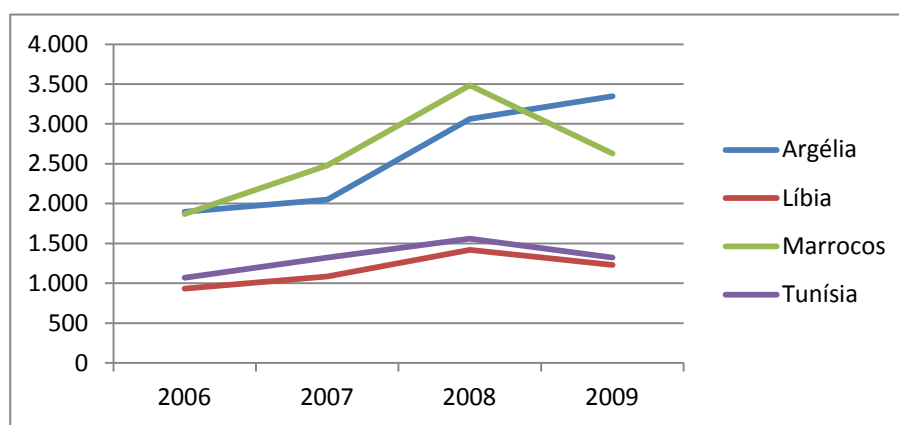


**Figura 20** – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como cliente da Argélia de bens agrícolas constantes dos Protocolos 2 e 4 do AEMA, em %, 2005-2008 (IDC, 2009)

#### 5.4 – O comércio de serviços UE/Argélia

Não obstante várias diligências nesse sentido, apenas foi possível obter, no que ao comércio de serviços UE/Argélia diz respeito, dados relativos ao saldo comercial.

Nesse capítulo, e conforme se pode verificar na Figura 21, entre 2006/2008 registou-se, naquele domínio, um aumento progressivo do superávit favorável à UE nas suas trocas com a Argélia, sendo que, em 2009, se verificou um abrandamento dos ritmos de crescimento daquele indicador.



**Figura 21** – Saldo do comércio de serviços UE/países Magrebe, 2006/2009, em milhões € (Eurostat, 2011)

Contextualizando regionalmente aqueles dados, constata-se que a Argélia constituiu em 2009 o país do Magrebe<sup>181</sup> com o saldo em € mais desfavorável no comércio de serviços com a UE, ultrapassando nesse ano Marrocos, o que se deverá, certamente, a um aumento substancial das importações argelinas originárias da UE o que, a corresponder à realidade, reflectirá as tendências registadas no comércio total de serviços da Argélia.

#### 5.5 – O IDE UE/Argélia

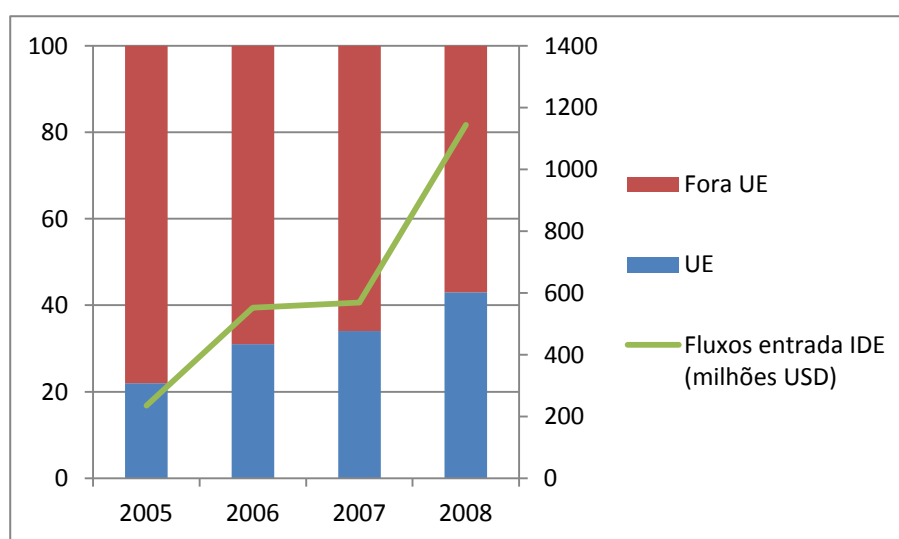
Antes de partir para o tratamento deste ponto, importará assinalar que, não obstante várias diligências nesse sentido, não foi possível obter dados relativos ao IDE argelino na UE. Pese embora esses elementos se revestissem de indiscutível interesse, afigura-se que, para o tratamento da temática em curso, terão menor relevância do que os de IDE na Argélia, sobretudo atendendo à posição algo conservadora que a Argélia tem vindo a assumir como emissor de investimento estrangeiro<sup>182</sup>.

Desse modo, importará efectuar uma análise sobre a evolução do peso da UE nas entradas de fluxos de IDE na Argélia<sup>183</sup>, bem como a sua incidência por sector argelino



de actividade económica, sobretudo para apurar se possuem fundamento dois dos argumentos invocados publicamente por responsáveis argelinos para legitimar a sua solicitação para rever o calendário de desmantelamento tarifário visando a criação da ACL, a saber: (i) que os fluxos de IDE originário da UE não teriam registado valores expressivos nos primeiros anos de vigência do AEMA; (ii) que esses fluxos se concentrariam excessivamente no sector dos hidrocarbonetos, não contribuindo para os esforços de Argel no sentido da diversificação económica e criação de emprego.

#### 5.5.1 – O peso da UE como emissor de entradas de fluxos de IDE na Argélia



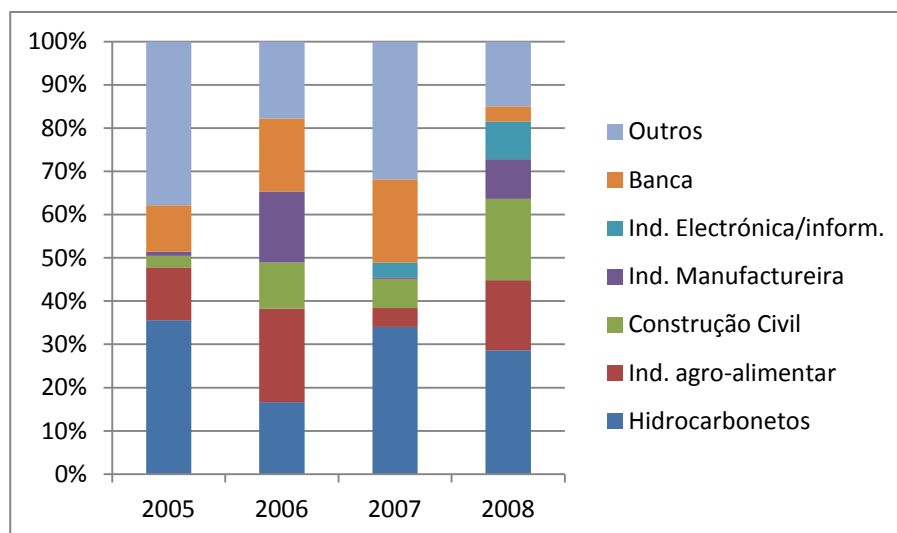
**Figura 22** – Peso da UE como emissor de entradas de fluxos de IDE na Argélia, em %, e variação anual desses fluxos emitidos pela UE, em milhões USD, 2005-2008 (IDC, 2009)

Através da leitura da Figura 22, é possível observar que no intervalo 2005/2008 se registou um aumento progressivo das entradas na Argélia de fluxos de IDE oriundos da UE em milhões de USD, cifrando-se num aumento médio anual de 128%. No mesmo sentido, constatou-se um aumento do peso percentual da UE no valor total de entradas de IDE na Argélia, passando de 22% de quota em 2005 para 43% em 2010.

Face ao exposto, poder-se-á questionar o fundamento de asserções que assinalem que os fluxos de IDE na Argélia originários da UE não terão sido expressivos nos cinco primeiros anos de vigência do AEMA.

#### 5.5.2 – A incidência sectorial das entradas na Argélia de fluxos de IDE originários da UE

Analisando a Figura 23, comprova-se que, de facto, o sector dos hidrocarbonetos tem constituído o principal destino de fluxos de entrada na Argélia de IDE originário da UE. Contudo a sua importância relativa não ultrapassou os 36% em nenhum dos anos do intervalo considerado, o que evidenciará uma diversificação dos sectores de destino do IDE originário da UE.



**Figura 23** – Incidência, por sector económico, das entradas na Argélia de fluxos de IDE oriundos da UE, 2005-2008, em % (IDC, 2009)

Cabe também assinalar que se tem vindo a verificar um acréscimo progressivo do peso do sector da construção civil, o que estará intimamente ligado às oportunidades criadas nesse domínio pelos planos quinquenais lançados pelo Executivo argelino em matéria de fomento e investimento público. De destacar igualmente a ascensão em termos de importância relativa do sector da indústria electrónica e informática. Em sentido contrário, caberá destacar a descida do sector da banca, o que se interligará com a persistência das fragilidades do sector financeiro argelino.

## **Conclusões**

Tendo presente a persistência de significativos contrastes em matéria de desenvolvimento entre a UE a Argélia nos planos humano e económico-social, permanecerão válidos os pressupostos que sustentam o facto do relacionamento bilateral entre aqueles actores poder ser analisado à luz do paradigma relacional Norte/Sul.

Contudo, cumpre assinalar que, em matéria de rendimento, a Argélia tem vindo nos últimos anos, à semelhança de outras potências ditas emergentes, a distanciar-se dos PED – contribuindo assim para o alargamento de clivagens no espaço do Sul – e a convergir com alguns países do Norte, em grande medida devido às elevadas receitas oriundas do sector petrolífero argelino. Essa realidade não tem deixado de contribuir para a reconfiguração da política externa argelina, no sentido de uma afirmação mais vinculada da sua soberania, com reflexos sobre o relacionamento com a UE, do que constituirá um exemplo a indisponibilidade da Argélia para participar na PEV.

Não obstante, e sobretudo desde a eleição em 1999 do Presidente Bouteflika, a Argélia tem atribuído uma relevância estratégica ao seu relacionamento com a União, que também partilha esse interesse, embora não necessariamente pelas mesmas motivações. Assim, se a Argélia considera como prioritárias as questões económicas e comerciais, a mobilidade transmediterrânica e a energia na perspectiva do fornecimento, a UE privilegia o reforço da cooperação em áreas como segurança energética na óptica da aquisição, as migrações e a luta contra o terrorismo e os tráficos ilícitos.

A celebração em 2002 de um AEMA UE/Argélia, em vigor em 2005, constituiu um importante marco nas relações institucionais e políticas entre as duas Partes, vinculando-as contratualmente na prossecução de um conjunto de objectivos partilhados. Entre eles, cumprirá destacar, nos domínios económico e comercial, a criação de uma ACL até 2017, sendo fixado nesse sentido um calendário de desmantelamento tarifário.

Face ao exposto, cabe recordar que se pretendeu com o presente estudo responder à questão de partida “se, e de que forma, o reforço do relacionamento bilateral UE/Argélia registado nos últimos anos nos planos político e institucional em diversos domínios – de que constitui um importante testemunho a entrada em vigor em 2005 do referido AEMA –, se teria traduzido, decorridos os primeiros cinco anos da sua vigência, num reforço das relações bilaterais nos domínios económico e comercial”. Em articulação com essa questão, almejou-se também analisar os fundamentos dos argumentos invocados pela Argélia – no sentido de que para esse país os custos

inerentes à implementação do AEMA celebrado com a UE teriam largamente ultrapassado os benefícios – para sustentar a sua solicitação de revisão do calendário de desmantelamento tarifário, incluindo no sentido de adiar a entrada em vigor da ACL por três anos.

Com vista a responder à referida questão, centrou-se primeiramente o enfoque analítico sobre a evolução quantitativa e estrutural, entre 2005-2010, das trocas comerciais entre UE e Argélia. Nesse sentido, registou-se um abrandamento do aumento do volume do comércio euro-argelino face a quinquénios precedentes, cifrando-se em 16% e ficando assim aquém das expectativas de ambas as Partes.

Como factores que poderão contribuir para explicar aquele abrandamento, poder-se-á destacar: (i) os efeitos decorrentes da crise internacional sobre a actividade das empresas exportadoras e importadoras de UE e Argélia; (ii) a baixa verificada na segunda metade de 2008 e em 2009 nas cotações internacionais de hidrocarbonetos, recursos que representaram, em 2010, 96% das exportações argelinas para a UE; (iii) a persistência de fragilidades estruturais na economia argelina, com destaque para o peso diminuto do sector exportador extra hidrocarbonetos; e (iv) a adopção recente pela Argélia de alguns diplomas de carácter restritivo relativos ao seu regime de importações.

Por outro lado, entre 2005-2010 verificou-se uma redução substancial do superávit favorável da Argélia no saldo do comércio com a UE, devido a um maior crescimento do valor das importações argelinas originárias da União do que o das exportações da Argélia para aquele bloco. Essa realidade será claramente mais marcada se não se considerar os dados relativos às exportações argelinas de hidrocarbonetos, do que resultará um significativo agravamento do défice argelino no comércio com a UE.

Tendo-se procedido a uma confrontação dos indicadores gerais do comércio UE/Argélia com os relativos às trocas comerciais daquele bloco com outros países do Magrebe entre 2005-10, os resultados quanto ao sentido da respectiva evolução foram ambíguos, reflectindo a heterogeneidade existente entre os países magrebins, particularmente em termos de estrutura económica e da maturidade do seu relacionamento com a UE. Porém, comparando os dados registados pela Argélia nos primeiros quinquénios de vigência de outros AEMA celebrados por PTM com a UE, verificou-se uma assinalável convergência de resultados, em quase todos os casos amplamente favoráveis à UE em termos de crescimento de saldos comerciais e de exportações.

Em seguida, foram analisados os dados relativamente aos grupos de bens objecto do desmantelamento tarifário acima referido, i.e. os industriais e os agrícolas, sendo que em ambos se verificou, em termos absolutos, um agravamento do défice comercial argelino e, em termos relativos, ritmos de crescimento de importações mais elevados do que as exportações na generalidade dos subgrupos de bens considerados no período em estudo. Porém, essa realidade pareceu dever-se mais a factores internos, como um aumento da procura interna, por um lado, e à existência de fragilidades do sistema exportador argelino para além dos hidrocarbonetos, por outro, do que constituir um resultado directo do processo de desmantelamento tarifário.

Cabrá recordar que um dos principais objectivos por detrás da solicitação argelina para o adiamento por três anos dos prazos intermédios e máximo do processo de desmantelamento tarifário visando a criação de uma ACL terá sido o de ganhar tempo – por via da manutenção de assinaláveis níveis de protecção comercial – sobretudo no sentido de incrementar a capacidade competitiva das indústrias argelinas nos sectores industrial e agrícola. Assim sendo, e face ao exposto, parece claro que, para que a Argélia seja bem-sucedida naqueles seus intentos, caso a UE aceite rever o calendário em apreço, será crucial que Argel envide, a curto prazo, esforços substanciais no sentido de rectificar as suas fragilidades estruturais no plano económico.

Por outro lado, verificou-se entre 2005-2010 um crescimento significativo das entradas na Argélia de fluxos de IDE originários da UE, em valor nominal e em proporção do total de entradas na Argélia. Embora o sector dos hidrocarbonetos tenha continuado naquele período a constituir o principal destino de fluxos de IDE originários da UE, não representou um peso superior a 36%, o que indicará, nesse contexto, a existência de uma assinalável diversificação. Assim, a ocorrência desses dados não permitirá fundamentar sustentadamente as declarações proferidas por parte de responsáveis políticos argelinos no sentido de que o crescimento de fluxos de IDE na Argélia originários da UE não teria sido expressivo no primeiro quinquénio de vigência do AEMA, e que incidiriam exageradamente sobre o sector dos hidrocarbonetos.

Em face de quanto antecede, importará que o Executivo argelino intensifique o empreendimento de medidas com vista a modernizar e promover a abertura da economia argelina, não só ao exterior – sendo nesse campo fulcral estabelecer, conforme as disposições do AEMA, um ambiente propício aos investimentos, incluindo através da reversão de disposições legais de carácter proteccionista –, mas também à iniciativa privada argelina, importando melhorar, neste contexto, o acesso ao

financiamento. Afigura-se assim que a obtenção de progressos nessas duas vertentes será instrumental para que as iniciativas de Argel visando a diversificação da economia argelina sejam bem-sucedidas, para diminuir a sua elevada dependência do sector dos hidrocarbonetos e, conseqüentemente, a sua elevada vulnerabilidade relativamente às oscilações das cotações internacionais do petróleo.

A evolução que venha a ocorrer nesses quadros assumirá também um papel crucial no âmbito da definição do sentido futuro da evolução do relacionamento euro-argelino, particularmente nos seguintes dossiers: (i) a adesão da Argélia à OMC; (ii) a retoma da integração regional magrebina e, conseqüentemente, da cooperação UE/UMA; (iii) a participação activa argelina na UPM e, eventualmente, na PEV; e (iv) a celebração de um Acordo de Parceria Estratégica no domínio da energia e, eventualmente, de um Acordo de Livre Circulação, como pretende a Argélia.

No contexto do estudo sobre o relacionamento entre a UE e os países magrebins, poder-se-ia revestir de particular interesse a elaboração futura de outros estudos de caso, sobretudo incidindo sobre a implementação das disposições contidas nos AEMA celebrados entre a UE e aqueles países, cujas conclusões poderiam ser confrontadas com as elaboradas pelo presente estudo. Por outro lado, no respeitante em específico às relações UE/Argélia, poderá o percurso traçado pelo presente trabalho ser prosseguido, nomeadamente tendo em vista analisar os próximos quinquénios de vigência do AEMA ou de outro convénio que venha eventualmente a ser celebrado entre UE e Argélia.

## Notas de Fim

---

<sup>1</sup> Poderemos entender por globalização, na sua vertente económica, “o fenómeno da crescente integração e interdependência das diversas economias nacionais, nomeadamente através da eliminação de barreiras ao comércio e aos movimentos de capitais” (Bento, 2004).

<sup>2</sup> Cabe assinalar que, para o estudo em apreço, nos interessará essencialmente o âmbito económico dessa discussão.

<sup>3</sup> Entre os benefícios, destacar-se-ão: o aumento dos níveis de vida globais; o incremento da eficiência económica; a consagração da liberdade individual; e o progresso tecnológico sem precedentes, entre outros. Entre os custos, figurarão: a perda de autonomia nacional, sobretudo em matéria de empreendimento de políticas no domínio do Estado social, em grande medida devido à pressão exercida por instituições financeiras internacionais e investidores no sentido da redução de gastos públicos; o aumento da mobilidade de capitais e, consequentemente, das dificuldades dos Governos em taxar os lucros sobre as transacções dos ditos capitais.

<sup>4</sup> Poder-se-á caracterizar esse modelo de globalização por: uma “financeirização da economia”; um aumento do comércio internacional de magnitude muito superior ao crescimento da produção mundial; um crescimento abismal dos volumes de IDE; e uma maior preponderância das EMN no contexto económico global (Romão, 2010).

<sup>5</sup> O globalismo tem vindo a ser entendido como a dimensão normativa e ideológica do fenómeno objectivo e material da globalização.

<sup>6</sup> Nesse sentido, Gomes (2003) destaca a particular importância de “identificar a ideologia neoliberal de mercado por detrás da integração crescente dos mercados globais e distingui-la dos processos objectivos materiais com que nos deparamos, dadas as crescentes ligações entre as economias nacionais potenciadas pelos avanços na tecnologia e no desenvolvimento económico”.

<sup>7</sup> Os conceitos de Norte e Sul a que recorre o presente trabalho constituem conceptualizações analíticas criadas para diferenciar duas grandes diferentes realidades no contexto mundial em matéria de desenvolvimento, correspondendo, *grossa modo*, o Norte a um panorama de desenvolvimento elevado, e o Sul a outro marcado pelo menor desenvolvimento ou subdesenvolvimento. Actualmente, e tendo por referência os dados do BM e do FMI em matéria de nível de desenvolvimento, poder-se-á considerar como integrando o Norte: o mundo ocidental, a Rússia, a Austrália e a Nova Zelândia e ainda o Japão, a Coreia do Sul, Singapura, Taiwan, Brunei e Israel. Integrarão o Sul todos os restantes países do mundo. Deverá ser realçado que, nalgumas situações específicas, o vector analítico se sobrepõe ao geográfico, como, por exemplo, nos casos da Austrália e Nova Zelândia que, posicionando-se no hemisfério Sul, são consideradas, analiticamente, como fazendo parte do Norte.

<sup>8</sup> De entre essas transformações, caberá salientar as seguintes: (i) transição para o Norte de alguns países que se considerava integrarem o Sul, por terem registado importantes progressos em matéria de nível de desenvolvimento; (ii) crescente diferenciação verificada inter-nações pertencentes ao mesmo espaço geográfico, constatável de modo mais marcado no Sul, no qual um grupo de países, comumente designados por “emergentes”, se destaca dos restantes pelos seus ritmos extraordinários de crescimento económico; (iii) mudanças acentuando divergências em matéria de coesão territorial intra-nações que integram qualquer um daqueles espaços, na medida em que “a industrialização do Terceiro Mundo é acompanhada por uma terceiro-mundização do Ocidente” (Adda, 1997).

<sup>9</sup> Essa convergência terá tido como principal catalisador a deslocalização da produção industrial de determinados países do Norte para outros do Sul, produzindo implicações significativas, em particular ao nível da natureza do comércio registado entre os dois espaços, que evoluiu, em grande medida, do comércio inter-ramo para o comércio intra-ramo. Tal terá contribuído para a emergência desses países em termos de rendimento, tornando a relação entre Norte e o Sul dito emergente menos assimétrica (Akin e Kose, 2007).

<sup>10</sup> Tendo em vista explicar o alargamento desse fosso, várias ordens de razões são apontadas. O primeiro conjunto assinala que tal ter-se-á devido, em grande medida, ao facto de muitos PED terem substituído, *grosso modo*, estratégias que implicavam um forte peso estatal – defendidas pela teoria do desenvolvimento com vista à convergência com os PD, efectivada sobretudo por meio da industrialização, até pela expectativa que decorresse uma desindustrialização substancial dos países do Norte –, por uma agenda assente no liberalismo económico, privatização abrangente de interesses públicos, redução do papel do Estado, desregulação e abertura das suas economias ao exterior e liberalização comercial (Arrighi, Silver e Brewer, 2003). Por seu turno, Adda (1997) aponta como factores explicativos para a ocorrência daquela realidade a existência de uma dupla dependência dos PED face aos países do Norte, revestindo-se de uma natureza simultaneamente financeira e técnica. Outros autores apontam como principal causa para a existência de desequilíbrios em matéria de rendimento entre o Norte e o Sul a fragilidade da posição em que se encontram os PED no que se refere ao comércio internacional, matéria que será tratada adiante, em separado.

<sup>11</sup> Stiglitz (2004) assinala que “algumas instituições, como o BM, o FMI, a OMC e alguns agentes, como os Ministérios das Finanças, do Comércio e da Indústria, estritamente ligados a certos interesses comerciais e financeiros, dominam a cena mundial, enquanto muitos daqueles que são afectados pelas decisões daquelas entidades quase não têm voz”.

<sup>12</sup> O surgimento do diálogo Norte/Sul terá sido impulsionado pela criação da CNUCED em 1964, na sequência das vagas de descolonização observadas no contexto mundial ao longo dos anos anteriores.

<sup>13</sup> Esse programa de reforma era baseado nos princípios propostos pela *Declaração para o Estabelecimento de uma NOEI* adoptada em 1974 pela Assembleia-Geral das NU, que enuncia um conjunto de princípios que viriam a constituir, *grosso modo*, a agenda dos países desenvolvidos nas negociações Norte/Sul, na perspectiva de instauração de uma NOEI. Essa nova ordem pressuporia: (i) uma melhoria do acesso aos mercados do Norte para as exportações do Sul; (ii) uma reforma monetária internacional; (iii) uma regulação das actividades das EMN; (iv) uma promoção da cooperação económica entre países do Sul; (v) um aumento dos fluxos de recursos para os países do Sul; e (vi) uma reconfiguração dos mecanismos institucionais e estruturas existentes para apoiar os objectivos de desenvolvimento do Sul (Helleiner, 1991).

<sup>14</sup> A NAID proposta pela CNUCED (2010b) assumiria os seguintes objectivos: (i) reverter a marginalização dos PED na economia global e auxiliá-los nos seus esforços de convergência com o Norte; (ii) apoiar o estabelecimento de um padrão de “crescimento económico acelerado e sustentável”, com vista a promover o bem-estar geral das populações do Sul; (iii) auxiliar os PED a ultrapassar esse estatuto. Para o efeito, a NAID deveria assentar em cinco pilares, a referir: financeiro, comércio, *commodities*, tecnologia e alterações climáticas.

<sup>15</sup> Nesse quadro, Adda (1997) sugere que “a regionalização das relações económicas internacionais (...) pode servir de alternativa credível a uma lógica de globalização que parece ser puramente privada e concorrencial”.

<sup>16</sup> Assim, para Kébabdjian (1994), deverão os países do Sul agregar-se a um desses pólos, “sobre a base de um programa de co-desenvolvimento mutuamente aceitável oferecendo uma capacidade de inserção mundial a uma escala pelo menos continental e uma articulação a um nó económico desenvolvido que desempenha um papel de suporte, mesmo distante, de desenvolvimento”. Nesse sentido, para a Europa, as relações Norte/Sul materializam-se sobretudo no que se refere ao relacionamento daquele continente com África e o Médio Oriente.

<sup>17</sup> Entre os blocos regionais que se integram neste contexto, poderemos destacar o TNALC, já em pleno funcionamento e a ACLEM, ainda em processo de estabelecimento.

<sup>18</sup> Para Brunel (1997), será necessário reequacionar o relacionamento Norte/Sul no plano comercial, considerando que: (i) existe um grande potencial de crescimento nos países do Sul; (ii) a recessão económica registada no Norte não será um “corolário inevitável” da agressividade comercial do Sul; e (iii) quanto maior for o progresso dos países do Sul, menor será a tendência para fazerem “dumping social”, uma das principais origens de acusações e preocupações manifestadas pelos países do Norte.

<sup>19</sup> Esses dois elementos indutores de dependência para os países do Sul serão os seguintes: (i) o facto de ser necessário recorrer a fluxos de capitais para equilibrar os défices comerciais, o que implicará o empreendimento de medidas para atrair esses mesmos capitais, diminuindo assim a liberdade de acção para a elaboração de políticas; e (ii) o facto dos fluxos de capitais acumularem responsabilidades externas,



---

envolvendo “o déficit de um país em entendimentos assimétricos com forças externas, que têm uma dimensão política importante” (Moon, 2007).

<sup>20</sup> Essas propostas de revisão procuraram sobretudo ir ao encontro da complexidade do comércio internacional, o qual “mostrou tendência a concentrar-se entre países desenvolvidos, ou seja, entre países com idênticas, ou aproximadas, dotações de factores e em que as trocas intra-ramo têm tido uma importância crescente, tudo características dificilmente compatíveis com as hipóteses básicas do teorema Heckscher-Ohlin-Samuelson”. Assim, aquelas propostas terão incidido sobretudo numa abordagem crítica quanto às hipóteses sustentadoras do modelo neoclássico, “procurando integrar as imperfeições dos mercados, a diferenciação tecnológica, as economias de escala e as diferenciações dos produtos”. (Mendonça, 1997).

<sup>21</sup> Essa tese, baseada nos trabalhos elaborados pelos dois autores que lhe emprestam o nome, assume como hipótese que os termos do comércio entre bens primários e bens manufacturados tendem a deteriorar-se ao longo do tempo, o que implica que os países exportadores dos primeiros – tradicionalmente do Sul –, conseguem importar progressivamente cada vez menos bens manufacturados – exportados por países do Norte – por um dado nível das suas exportações. De referir que muitos dos países do Sul encontraram nas conclusões da tese Singer-Prebisch uma justificação para a adopção de políticas de substituição de importações.

<sup>22</sup> São três as diferenças estruturais consideradas por Findlay (1980) no seu modelo, a saber: (i) o Norte produz um bem manufacturado usado para consumo ou investimento, enquanto o Sul apenas produz bens primários; (ii) o Sul importa bens capitais do Norte como inputs para a sua produção; e (iii) o Sul é uma economia com reservas de mão-de-obra.

<sup>23</sup> Para além dessas duas teses, Todaro e Smith (2009) salientam a existência de mais três, a saber: (i) o comércio auxilia os países a alcançar desenvolvimento ao promover e recompensar os sectores da economia em que os países individuais possuem uma vantagem comparativa”; (ii) “num mundo de livre comércio, os preços e custos de produção internacionais determinam quanto um país pode comerciar para maximizar o seu bem-estar nacional”; e (iii) “para promover crescimento e desenvolvimento é necessário uma política internacional orientada para o exterior”.

<sup>24</sup> Serão esses factores, no entendimento de Todaro e Smith (2009), os seguintes: a existência fortemente disseminada a nível mundial de aumento de lucros; a desigual distribuição internacional de poder e activos económicos; a influência crescente de grandes EMN; e a capacidade combinada de governos e empresas de manipular os preços internacionais, os níveis de produção e os padrões de procura.

<sup>25</sup> Segundo aqueles autores, serão os referidos factores os seguintes: (i) o ponto de partida da realidade nacional analisada; (ii) as reformas empreendidas em matéria comercial; e (iii) as características e situação em que se encontram os estratos com menores rendimentos da população desse país.

<sup>26</sup> Paula Fontoura (1997) efectua uma distinção entre as duas principais formas de investimento, que define da seguinte forma: (i) IDE – “envolve a transferência para outro país (o país de acolhimento) de um pacote de activos e produtos intermediários que inclui capital financeiro, tecnologia, know-how, técnicas de gestão, liderança e acesso a mercados externos, controlando o investidor o uso dos recursos que transfere”; e (ii) investimento de carteira – “envolve unicamente a transferência internacional de capital financeiro e está organizado através do mercado, passando o respectivo controlo do vendedor para o comprador”.

<sup>27</sup> Laura Alfaro (2003) aponta como principais motivações para essa alteração o facto de diversos acontecimentos internacionais terem reconfigurado a posição dos Estados relativamente ao IDE, na medida em que as crises de dívida da década de 1970 dificultaram o acesso dos países em desenvolvimento ao crédito e ao investimento de portfólio, bem como teve lugar uma mudança nas indústrias em que as empresas estrangeiras se encontravam activas, comparando com o período do pós-guerra. Esses factos, combinados com outros, levaram a que os Governos comessem a levantar as restrições ao IDE e a oferecer crescentemente incentivos com vista à atracção de investimento.

<sup>28</sup> Fontoura (1997) assinala que essas novas formas de investimento se caracterizam por movimentos de fusões/aquisições e pela generalização de alianças estratégicas, verificando-se ainda “o reforço dos fenómenos de concorrência internacional, proliferando oligopólios de carácter não cooperativo que destacam a ideia da importância das estratégias empresariais nas transformações em curso na economia mundial”.

<sup>29</sup> No início dos anos 80 do século XX, Dunning sugeriu uma nova abordagem teórica, designada por teoria eclética, também conhecido por paradigma OLI, de modo a conciliar alguns conceitos elencados como centrais pelas teorias anteriores, i.e. a afectação internacional de recursos e a acção das EMN no controlo da produção e organização das actividades que lhe adicionam valor. Assim sendo, aquele autor retoma os três grandes tipos de vantagens associados à multinacionalização empresarial, a saber: propriedade, localização no estrangeiro e internalização.

<sup>30</sup> Fontoura (1997) assinala que até à década de 1960 não existiu uma teoria do IDE, sendo as actividades das empresas no estrangeiro explicadas com recurso à hipótese da abundância relativa de capital ou da teoria do risco associado aos investimentos de carteira. A partir daquele momento, começa-se progressivamente a verificar uma identificação entre as teorias explicativas do IDE e aquelas que se dedicam a abordar a actividade das EMN, sobretudo com vista a responder a três questões essenciais levantadas por parte de algumas dessas teorias: (i) “por que investem essas empresas no estrangeiro”; (ii) “como é que as empresas estrangeiras conseguem concorrer com sucesso com as empresas locais dadas as vantagens que as últimas terão num mercado que lhes é familiar”; e (iii) “por que escolhem as empresas penetrar nos mercados externos com produtores em vez de exportarem ou venderem a licença de exploração do seu produto a empresas locais”.

<sup>31</sup> Fontoura e Crespo [s.d.] elencam e desenvolvem cinco formas principais de transmissão de externalidades do IDE de EMN para as empresas domésticas, a saber: (i) processo de demonstração/imitação; (ii) mobilidade do factor trabalho; (iii) exportações; e (iv) concorrência; e v) relações com fornecedores e compradores locais.

<sup>32</sup> Fontoura e Crespo [s.d.] dividem os factores que determinam a existência, sinal e magnitude dos *spillovers* de IDE em cinco grandes grupos, a saber: (i) capacidade de absorção e *gap* tecnológico necessários para que as empresas sejam capazes de assimilar os potenciais benefícios associados à nova tecnologia introduzida pela EMN; (ii) efeito regional, particularmente no que se refere à proximidade geográfica no mercado local entre empresas domésticas e EMN; (iii) características das empresas domésticas, designadamente a sua capacidade de exportação; (iv) características do IDE; e (v) outros factores.

<sup>33</sup> A ambiguidade no sinal do efeito de *spillover* tem sido associada com os dados utilizados pelos vários estudos, quer seccionais – em que a informação recolhida se refere a um dado momento –, quer de painel, em que os dados são recolhidos ao longo de um período de tempo. De assinalar ainda que o nível de agregação também funciona como vector diferenciador, dividindo-se os estudos entre aqueles que utilizam dados referentes a empresas e outros que o fazem em relação a sectores. Por outro lado, outros estudos, como o da autoria de Tong e Hu (2003), concluem que existem diferenças significativas em termos regionais, no sentido de que os *spillovers* de IDE serão mais significativos em regiões mais desenvolvidas, o que poderá aumentar as desigualdades regionais dentro de cada país.

<sup>34</sup> Nesse âmbito, Alfaro (2003) conclui que os fluxos de IDE direccionados para os diferentes sectores da economia exercem efeitos diversos sobre o crescimento económico, variáveis consoante o sector considerado. Assim, os fluxos de IDE no sector primário tendem a produzir um efeito negativo sobre o crescimento, enquanto no sector manufactureiro a sua consequência é negativa. Por seu turno, a evidência dos investimentos estrangeiros no domínio dos serviços é ambígua. Por seu lado, Carkovic e Levine (2002) inferem que os influxos de IDE não exercem uma influência independente sobre o crescimento económico, estando esse nexos causal dependente de outros determinantes de crescimento.

<sup>35</sup> Caberá recordar que integram a região do Magrebe Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Mauritânia. Porém, seguindo um consenso alargado existente entre os autores que estudam o relacionamento entre a UE e os países daquela região, optou-se, no presente estudo, por não considerar a Mauritânia no tratamento da temática em apreço, atendendo a que aquela país constituirá um caso singular no quadro magrebino, por razão de se encontrar num estágio mais incipiente em matéria de desenvolvimento, tendo-se inclusivamente inserido no quadro do Acordo de Cotonou, importante instrumento de apoio ao desenvolvimento da UE relativamente aos países ACP.

<sup>36</sup> O FMI classifica as economias mundiais em dois grandes grupos, nomeadamente as avançadas, por um lado, e as emergentes e em desenvolvimento, por outro, com base em três critérios, a saber: (i) o nível de rendimento *per capita*; (ii) a diversificação em matéria de exportações; e (iii) o grau de integração no sistema financeiro global. De referir que o FMI justifica a utilização do segundo critério para que “os exportadores de petróleo que têm um PIB per capita elevado não alcançassem a classificação avançada, porque cerca de 70% das suas exportações são petróleo” (FMI, 2011). Esta asserção revestir-se-á de

particular pertinência para o caso da Argélia e da Líbia, atendendo ao seu perfil de exportadores de hidrocarbonetos.

<sup>37</sup> A classificação das economias mundiais utilizada pelo BM (2011) considera como critério único o nível de RNB *per capita*, a partir do qual são estabelecidos quatro grupos de economias, a saber: (i) as de rendimento baixo, com menos de 1.005 USD; (ii) as de rendimento médio baixo, entre 1.005 e 3.975 USD; (iii) as de rendimento médio alto, entre 3.976 e 12.275 USD; e (iv) as de rendimento alto, com mais de 12.276 USD.

<sup>38</sup> Cumpre referir que o PNUD (2011) considera no seu IDH quatro níveis, a saber: (i) muito elevado; (ii) elevado; (iii) médio; e (iv) baixo.

<sup>39</sup> O relacionamento UE/Magrebe reflecte também essa lógica, sendo que entre os estados-membros que mais têm pugnado no quadro da União pelo seu reforço têm sido França, Itália, Espanha, Portugal e Malta, que aliás mantêm um fórum de cooperação com os países magrebinos que se posiciona fora da esfera da UE, o Diálogo do Mediterrâneo Ocidental “5+5”.

<sup>40</sup> Em termos gerais, caberá assinalar que, no contexto das Relações Externas da UE, o processo decisório reflecte uma articulação entre as dimensões comunitária e intergovernamental, diferindo o peso de cada uma consoante a política europeia e o domínio em causa. Smith (2007) assinala que, no âmbito das Relações Externas da UE nos domínios económico e comercial, existirá um complexo e evolutivo jogo de equilíbrios de pressões – internas, exercidas por estados-membros e grupos de produtores ou consumidores e externas, derivadas essencialmente do processo de globalização –, aos quais a UE tem vindo a responder com maior ou menor sucesso.

<sup>41</sup> Sobre o ponto (iv), consulte-se o subcapítulo 2.4.2.

<sup>42</sup> Cabe referir que a Nova Estratégia de Energia da UE 2011-2020 assume três prioridades na sua interacção com o Magrebe: (i) orientação rumo a um sistema de energia com poucas emissões de carbono; (ii) desenvolvimento de redes modernas integradas para fortalecer a segurança energética europeia; e (iii) empreendimento de uma política externa da UE forte e coordenada no domínio da energia (PE, 2011)

<sup>43</sup> A dependência externa da UE de gás natural cifra-se actualmente em cerca de 80% e deverá aumentar para 85% em 2030.

<sup>44</sup> Esses problemas ocorreram sobretudo durante a década de 2000, com ênfase para a crise do Inverno de 2005/06, durante a qual se verificou uma interrupção do fornecimento russo de gás natural a alguns países da UE, devido a diferendos em matéria de tarifas de gás natural entre a Rússia e a Ucrânia que, em represália pelo aumento significativo daquelas tarifas decretado pela empresa russa Gazprom, decidiu interromper a canalização de gás natural nos gasodutos que atravessam o país rumo aos países da UE.

<sup>45</sup> Cabe referir que esse fornecimento de gás natural à UE a partir do Magrebe se efectua essencialmente por via de quatro gasodutos em funcionamento, um entre Argélia a Espanha (GME/GPDF), outros dois entre a Argélia a Itália (Transmed/GEM I e II) e ainda outro entre a Líbia e Itália (Green Stream). Encontram-se ainda em construção dois novos gasodutos, um ligando a Argélia e Espanha (Medgaz) e outro a Argélia e a Itália (GALSI).

<sup>46</sup> A UE tem desenvolvido esforços no sentido de incrementar a transmissão transmediterrânica de electricidade – que actualmente se processa através de apenas uma ligação entre Marrocos e Espanha –, no sentido de completar a longo prazo o Anel Mediterrânico de Electricidade, MEDRING. Este projecto articula-se com o Plano Solar Mediterrânico, grande projecto a ser desenvolvido no quadro da UPM destinado a aumentar o peso da energia solar na produção de electricidade, que também se interliga com o projecto DESERTEC II, que visa explorar o potencial da energia solar no Deserto do Sahara.

<sup>47</sup> Em particular, Espanha, França, Itália e Malta.

<sup>48</sup> Hass (2008) estimava que 120 mil migrantes irregulares, dos quais 35 mil de origem subsariana, tentem atravessar, anualmente, o Mediterrâneo rumo à UE.

<sup>49</sup> Na última década, tem-se vindo a registar uma importante transformação em matéria das migrações transsarianas, na medida em que muitos migrantes passaram a considerar, de forma mais ou menos voluntária, o Magrebe como destino e não apenas como etapa de trânsito rumo ao continente europeu. Hass (2008) apresenta estimativas que sugerem que, actualmente, mais subsarianos vivem no Norte de África do que na Europa.

<sup>50</sup> “A Abordagem Global para as Migrações” da UE assenta em três vectores: (i) sinergias entre migração e desenvolvimento; (ii) gestão da migração legal; e (iii) combate à migração ilegal e o tráfico de seres humanos.

<sup>51</sup> Diversos autores alertam para a importância do aprofundamento da cooperação euro-magrebina neste capítulo ter em consideração os aspectos socioeconómicos das migrações, nomeadamente o envelhecimento da população da União e as necessidades de importação de mão-de-obra (Jaulin, 2010). Por outro lado, Hass (2008) destaca que os países subsarianos, mas também magrebinos, têm, regra geral, usufruído do aumento de emigração para a UE registado nos últimos anos, por via da recepção de significativas remessas de emigrantes, que representam uma importante fonte de divisas estrangeiras.

<sup>52</sup> No plano interno, caberá destacar a ocorrência, em várias cidades europeias, nomeadamente Londres e Madrid, de atentados perpetrados por organizações terroristas de matriz islâmica – com destaque para a Al-Qaeda –, na sequência do que havia sucedido já em Nova Iorque, no 11 de Setembro de 2001. No âmbito externo, de salientar o alastramento da consolidação no território do Magrebe nos últimos anos, em particular, no que se refere à presença da AQMI, mas também no Sahel.

<sup>53</sup> No quadro da PEM, a cooperação em matéria da luta contra o terrorismo foi iniciada em 2005, a partir da adopção de um Código de Conduta nesse domínio, o qual reafirma sobretudo o compromisso na cooperação no âmbito da plataforma de contra-terrorismo das NU.

<sup>54</sup> As economias dos países magrebinos apresentam assinaláveis contrastes entre si em matéria de estrutura e tipologia, cabendo referir o seguinte: (i) Marrocos e Tunísia encontram-se num patamar mais avançado de liberalização e diversificação económicas; (ii) a Argélia atravessa um processo de transição para uma economia de mercado e possui uma economia assente na exploração de hidrocarbonetos; e (iii) a Líbia, cuja economia, centralmente dirigida, se encontra dependente da exportação de petróleo.

<sup>55</sup> A Primavera Árabe eclodiu em Dezembro de 2010, consubstanciando-se numa vaga de protestos que, inicialmente circunscritos à Tunísia, rapidamente se propagaram um pouco por todo o mundo árabe. Contudo, importa ressaltar que a intensidade dos protestos e a natureza e objectivos das reivindicações dos manifestantes têm divergido fortemente de país para país, o que reflecte, naturalmente, a profunda heterogeneidade existente no seio do mundo árabe nos domínios político, económico-social, etnolinguístico, religioso e até em termos de experiências históricas.

<sup>56</sup> No que respeita aos países do Magrebe, a Primavera Árabe desencadeou, no seu primeiro semestre de ocorrência, importantes transformações, como o facto do ex-Presidente da República tunisino, Ben Ali, ter abandonado o poder em Janeiro de 2011 e de na Líbia ter eclodido um conflito armado entre o Exército leal ao Líder da Revolução Khadaffi e uma rebelião conduzida por uma entidade recém-formada sediada em Benghazi, o Conselho Nacional de Transição. Neste contexto, foram aprovadas, pelo Conselho de Segurança das NU, duas Resoluções – 1970 e 1973 –, no âmbito das quais a coligação internacional “Unified Protector” empreendeu um conjunto de medidas destinadas a assegurar a protecção de civis.

<sup>57</sup> Nesse contexto, e reflectindo o acima exposto, enquanto Marrocos e Tunísia, por exemplo, têm elencado como prioridade a canalização de assistência financeira com origem na UE, a Líbia e a Argélia, que participam de forma menos entusiástica na cooperação euro-mediterrânica, terão maior interesse em usufruir de assistência técnica providenciada pela UE.

<sup>58</sup> Assim, em matéria de comércio de bens, a UE foi em 2009 o principal fornecedor de Argélia (51,3% de quota), da Tunísia (79%), da Líbia (83,6%) e de Marrocos (68,75%). Nesse mesmo ano, a UE foi também o principal cliente de todos os países magrebinos. Dados extraídos do website da Direcção-Geral do Comércio da COM, disponibilizados em <http://trade.ec.europa.eu>

<sup>59</sup> Esse calendário preveria o seguinte: (i) o estabelecimento de uma ACL (até ao final de 1992); (ii) de uma UA (antes do final de 1995); e (iii) de um MC (antes de 2000).

<sup>60</sup> O Sahara Ocidental figura entre os Territórios para Descolonização das NU, sendo que têm vindo a ter lugar, sob os auspícios das NU, diversas rondas de conversações e negociações entre as Partes – Marrocos e Frente Polisario, que ocupam militarmente, cada uma, uma parte daquele território, no qual se encontra uma força de manutenção de paz das NU, a MINURSO –, com vista à obtenção de uma solução política, duradoura e mutuamente aceite pelas Partes, que preveja a autodeterminação do povo saharauí. A Argélia, que tem participado conjuntamente com a Mauritânia nas ditas rondas na qualidade de observador, tem apoiado as posições sustentadas pela Frente Polisario.

<sup>61</sup> A título de referência, assinala-se que enquanto as trocas comerciais intra-área na UMA em 2003 ascenderam a apenas 3% do volume comercial total, na UE15 aquelas trocas alcançaram 60,2%, na ASEAN 22,3% e no MERCOSUL 19,9% (Martinez, 2006).

<sup>62</sup> Ainda assim, caberá assinalar a realização em Argel, em 20 de Junho de 2010, da I reunião ministerial UE-UMA em matéria de energia, na qual estiveram presentes, para além do Comissário da Energia europeu, os Ministros tutelando a Energia da Argélia, Tunísia e Marrocos. Segundo informações veiculadas, não terão participado representantes da Mauritânia nem da Líbia. Vide “Mise en place d’un marche intégré euroméditerranéen: Un accord stratégique est possible” in *El Watan*, 21 de Junho de 2010.

<sup>63</sup> A Política Global Mediterrânica visava sobretudo a criação de uma ACL sem reciprocidade entre a CEE e cada PTM até 1977, excluindo-se produtos sensíveis. Assim, embora o desmantelamento tarifário não se estendesse ao sector agrícola, era concedido tratamento preferencial a cerca de 80% das exportações agrícolas de cada PTM. Com vista a contraturalizar as disposições daquela política, que previa ainda a cooperação financeira, económica e técnica, foram celebrados em 1976 acordos entre as Partes, os quais entraram em vigor em 1978. Os resultados da Política Global Mediterrânica, sobretudo em matéria de impacto comercial, terão sido “desapontantes” (Luís, 2001).

<sup>64</sup> A Política Mediterrânica Renovada, estabelecida no final da década de 1980, retomava, em grande medida, as disposições da Política Global Mediterrânica, ainda que tenha introduzido algumas modificações. Assim, previa o reforço da assistência financeira e da cooperação técnica, bem como a melhoria das concessões comerciais, sobretudo no domínio agrícola, e ainda o encorajamento do investimento privado. Importará ainda destacar o facto de introduzir a cooperação horizontal, (até aí tinha sido privilegiada unicamente a de carácter vertical), prevendo o empreendimento de projectos de carácter multilateral, intitulados “MED”. Contudo, e não obstante tenha registado resultados positivos em alguns aspectos, a Política Mediterrânica Renovada viria a revelar, à semelhança do ocorrido com a sua antecessora acima referida, insuficiências críticas dos pontos de vista material e estratégico.

<sup>65</sup> Importa assinalar que na Conferência de Barcelona de 1995 participaram, pela primeira vez na mesma reunião em simultâneo, responsáveis políticos de Israel e de países árabes mediterrânicos, bem como uma delegação da Autoridade Palestiniana.

<sup>66</sup> Cabe destacar os objectivos relativamente a cada vertente do PB: (i) “política e de segurança, cujo objectivo é a definição de um espaço comum de paz e de estabilidade”; (ii) “económica e financeira, que deve permitir a construção de uma zona de prosperidade partilhada”; e (iii) social, cultural e humana, que visa desenvolver os recursos humanos, favorecer a compreensão entre as culturas e os intercâmbios entre as sociedades civis”.

<sup>67</sup> Os PTM que integraram *ab initio* a PEM foram os seguintes: Argélia, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria, Tunísia e Turquia, bem como a Autoridade Palestiniana. Até ao momento, a UE celebrou AEMAs com todos eles, à excepção da Turquia – que possui uma relação contratual com a UE de natureza diferente mas com efeitos equivalentes para a matéria em apreço –, e da Síria.

<sup>68</sup> Compete referir que tendo em vista concretizar os objectivos e compromissos assumidos nas esferas bilateral e multilateral da PEM, o PB dispunha de importantes envelopes para cooperação financeira, consubstanciados em programas plurianuais de Assistência e de Cooperação com os países do Mediterrâneo, designados por MEDA I e II.

<sup>69</sup> Constitui um testemunho dessa realidade o facto de, em 2005, a Cimeira comemorativa do 10º aniversário do PB ter sido marcada pela ausência generalizada de líderes dos PTM. Süel (2008) destaca a existência no PB de fragilidades fundamentais que terão comprometido a eficiência da iniciativa, a referir: (i) a “complexidade relativa, visibilidade e legitimidade popular limitadas” da Declaração de Barcelona; (ii) o facto do PB ter procurado “irrealisticamente” forjar laços entre países em guerra, como Israel e o Líbano; e (iii) o PB visar a criação de uma ACL numa região marcada por assimetrias económicas significativas.

<sup>70</sup> A UPM surgiu de uma iniciativa francesa que pretendia constituir, de acordo com o projecto inicial, um fórum de diálogo e de cooperação dos países ribeirinhos das margens Norte e Sul do Mediterrâneo. Contudo, acabaria por vir a integrar todos os estados-membros da UE, aquando do seu estabelecimento na Cimeira de Paris, que decorreu em Julho de 2008.

<sup>71</sup> Para além dos 27 estados-membros da UE, são membros da UPM os seguintes PTM: Albânia, Argélia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Mónaco,

---

Montenegro, Síria, Tunísia, Turquia e ainda a Autoridade Palestiniana. Participam ainda nos trabalhos da UPM, na qualidade de observadores, a Líbia e a LA.

<sup>72</sup> São seis esses grandes projectos, a saber: (i) despoluição do Mediterrâneo; (ii) auto-estadas marítimas e terrestres; (iii) protecção civil; (iv) energias alternativas: Plano Solar Mediterrânico; (v) Ensino Superior e Investigação, Universidade Euro-mediterrânica; e (vi) Iniciativa Mediterrânica para o Desenvolvimento de Negócios.

<sup>73</sup> Entre esses factores, cabe assinalar: (i) a ausência de progressos no contexto do PPMO no que respeita à resolução do conflito israelo-palestiniano e suas repercussões sobre o bloqueio do funcionamento da UPM, o que contribuiu decisivamente para o adiamento da II Cimeira daquela iniciativa prevista para 2010; (ii) o impacto da crise económica e financeira internacional; e (iii) o arrastamento das negociações para acolher a sede da iniciativa ou ocupar os seus principais cargos dirigentes (Florensa, 2010).

<sup>74</sup> Entre esses aspectos, caberá destacar: (i) a forma como serão tratados os assuntos políticos “que não sejam práticos”, sobretudo atendendo ao pragmatismo da iniciativa, assente no desenvolvimento de grandes projectos; e (ii) a clarificação sobre se a maior incidência do vector intergovernamental e da co-apropriação do processo de decisão não se traduzirá na ocorrência de bloqueios frequentes na gestão de matérias politicamente sensíveis; (Florensa, 2010; Aliboni, 2010)

<sup>75</sup> Cabe referir que embora tenha sido a CE a assinar, do lado europeu, todos os AEMAs celebrados até ao momento com PTM, os futuros convénios desse tipo que venham a ser celebrados serão firmados pela UE, em resultado das alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 2010, nomeadamente reconhecendo à UE a competência formal para celebrar convénios com países terceiros, o que até aí era competência exclusiva da CE.

<sup>76</sup> Santos (2002) acrescenta que “também no campo da implementação prática da ACL se apresenta um obstáculo da maior dificuldade, que consiste no elevado número de acordos a concluir, em consequência da metodologia por que se optou em Barcelona”. Por outro lado, sendo a ACLEM “constituída por via indirecta através da soma de inúmeras parcelas de relacionamentos bilaterais, estamos perante o enorme problema da negociação, aprovação, entrada em vigor (...) e aplicação de muitas dezenas de acordos internacionais”.

<sup>77</sup> Luís (2001) destaca que, tendo em vista a liberalização gradual das trocas comerciais euro-mediterrânicas, está previsto o empreendimento das seguintes medidas: (i) “as barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio de produtos manufacturados serão progressivamente eliminadas, de acordo com calendários a estabelecer e a negociar entre as Partes”; (ii) “o comércio de produtos agrícolas será também progressivamente liberalizado através de um acesso preferencial recíproco entre as Partes, respeitando os resultados obtidos nas negociações do AGTC”; e (iii) “o comércio de serviços, incluindo o direito de estabelecimento será igualmente liberalizado de forma gradual, no âmbito do acordo do GATS.

<sup>78</sup> Em Dezembro de 2008 foi concluído o processo negocial visando a celebração de um AEMA entre a UE e a Síria, tendo estado previsto que a respectiva assinatura ocorresse em 26 de Outubro de 2011. Contudo, as autoridades de Damasco adiaram indefinidamente a assinatura do convénio. Por outro lado, e dada a repressão empreendida pelo regime de Damasco contra manifestantes durante a Primavera Árabe, a UE decidiu também em 23 de Maio de 2011 suspender, pela sua Parte, indefinidamente, a assinatura do AEMA.

<sup>79</sup> Em Julho de 2011, encontravam-se em vigor os seguintes Acordos de Comércio Livre entre os PTM: (i) GALCA, que integra todos os países árabes, incluindo portanto os PTM Argélia, Egipto, Jordânia, Líbano, Marrocos, Mauritânia, Síria, Tunísia e ainda a Autoridade Palestiniana; (ii) ACL bilateral entre Israel e Jordânia; e (iii) ACLs bilaterais entre a Turquia, por um lado, e Israel, Egipto, Marrocos, Síria, Tunísia e ainda a Autoridade Palestiniana, por outro. Cabe assinalar que, atendendo ao conflito israelo-árabe, e aos fortes constrangimentos políticos que marcam as relações entre Israel e os países árabes com excepção de Egipto e Jordânia, se afigura por esse motivo bastante problemática uma futura celebração de ACLs bilaterais entre Israel e a generalidade dos PTM árabes.

<sup>80</sup> Dos seis países que aderiram à PEM posteriormente à Conferência de Barcelona de 1995 – nomeadamente Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Mauritânia, Mónaco, Montenegro – apenas a Mauritânia não terá ainda celebrado com a UE um convénio que preveja a criação de uma ACL em que ambas participem. Poderão ser dados passos importantes nesse sentido mediante a eventual celebração futura de um Acordo de Parceria Económica entre UE e a África Ocidental, onde se inclui a Mauritânia, que visa substituir o Acordo de Cotonou, que regulou a cooperação durante os últimos anos as relações entre a UE e o grupo ACP.

<sup>81</sup> Luís (2001) sublinha que para que a ACLEM produza efeitos globalmente positivos, será necessário que estejam reunidas três condições: (i) uma combinação de políticas macroeconómicas não recessivas; (ii) uma reconversão em termos de competitividade das economias mediterrânicas; e (iii) um aumento substancial de canalização de IDE por parte da UE.

<sup>82</sup> Consulte-se, sobre essa matéria, o website da PEV disponível em [http://ec.europa.eu/world/enp/gaq\\_en.htm](http://ec.europa.eu/world/enp/gaq_en.htm).

<sup>83</sup> A participação de um país na PEV pressupõe a verificação de três etapas: (i) elaboração de um relatório-país, efectuando-se um ponto de situação a diversos níveis; (ii) negociação e celebração pela UE com os países vizinhos de um Plano de Acção, previsto para um horizonte temporal de três a cinco anos, contendo um conjunto de compromissos assumidos por ambas as Partes – referem-se essencialmente a reformas a empreender em diversos campos, do lado dos países vizinhos, e a incentivos para a realização dessas mesmas reformas, concedidos pela UE; e (iii) monitorização periódica por subcomités daqueles compromissos.

<sup>84</sup> São esses doze países os seguintes: Arménia, Azerbaijão, Egipto, Geórgia, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Moldova, Tunísia e Ucrânia. A Autoridade Palestiniana também participa na PEV, no quadro de um Acordo de Associação provisório que se encontra em vigor desde 2005.

<sup>85</sup> Veja-se *infra* o subcapítulo 4.1.3 sobre a articulação da Argélia e a PEV.

<sup>86</sup> Assim sendo a nova abordagem prevê: (i) um maior apoio aos parceiros empenhados na edificação de democracias e no respeito pelos Direitos Humanos; (ii) um maior apoio ao desenvolvimento económico inclusivo; (iii) um reforço das dimensões regionais da PEV; e (iv) um reajustamento dos mecanismos e instrumentos, incluindo no plano do financiamento, para concretizar aqueles objectivos (COM, 2011).

<sup>87</sup> Essas reivindicações visam sobretudo a correcção de algumas falhas que se considera possuir a PEV, a destacar: (i) défice de coerência ao nível de política, dado que a PEV se refere a espaços regionais bastante diferentes entre si; (ii) pouca atractividade para os países vizinhos dos incentivos concedidos pela UE para a realização de reformas; (iii) pouca atenção conferida a matérias de escopo regional, sobretudo a conflitos pendentes; e (iv) problemas na articulação entre a PEV e a PEM/UPM. (Aliboni, 2009; Pace, 2009).

<sup>88</sup> Cumpre destacar as seguintes medidas empreendidas nesse contexto: (i) nacionalização abrangente de interesses económicos estrangeiros, sobretudo nos sectores financeiro e de extracção de recursos minerais; (ii) realização de investimentos avultados nos sectores dos hidrocarbonetos e indústrias pesadas, como a petroquímica e a metalúrgica; (iii) colectivização da agricultura; e (iv) monopólios estatais no comércio exterior, sistemas monetário e financeiro e sectores sociais de base (Rato, 1998).

<sup>89</sup> Entre esses domínios, caberá destacar os seguintes: (i) reconciliação nacional; (ii) promoção de desenvolvimento económico e social; (iii) abertura política e consolidação de princípios democráticos e do Estado de Direito e respeito pelos Direitos Humanos; e (iv) modernização da economia e sua abertura ao exterior. O ritmo das reformas introduzidas em cada um desses domínios e o sucesso da sua implementação não tem sido uniforme, persistindo assim ainda um significativo caminho a percorrer no sentido da convergência da Argélia com os resultados alcançados por outros países desenvolvidos.

<sup>90</sup> Cumprirá assinalar, como marco inicial nesse contexto de liberalização gradual da economia argelina, o facto da Argélia se ter visto forçada a celebrar em 1994 um programa de assistência com o FMI, com duração inicialmente prevista de um ano, mas que se acabaria por estender até 1998.

<sup>91</sup> Essas diferenças entre indicadores do PIB explicar-se-ão, em grande medida, pelo facto de o PIB real ponderar, contrariamente ao PIB nominal, os altos níveis de inflação registados sobretudo nas décadas de 1980 e 1990 na Argélia.

<sup>92</sup> Caberá referir que no período analisado, os dados relativos a 2010 se referem apenas a estimativas e os referentes a 2011-2016 a previsões.

<sup>93</sup> Caberá referir que no período analisado, os dados relativos a 2010 se referem apenas a estimativas e os referentes a 2011-2016 a previsões.

<sup>94</sup> Do total das receitas públicas argelinas obtidas em 2009, caberá referir que 65,7% tiveram origem no sector dos hidrocarbonetos, e 34,3% noutros sectores. Destas últimas, 30,3% representaram receitas fiscais, dividindo-se em impostos sobre rendimentos e mais-valias (12,5%); impostos sobre bens e serviços (13%) e direitos alfandegários (4,6%) (FMI, 2011).

---

<sup>95</sup> Para compensar essa perda, o Executivo argelino deverá recorrer, naqueles dois anos, ao Fundo para a Regulação de Receitas da Argélia, constituído a partir dos superávites orçamentais acumulados na década de 2000 (OCDE, 2011).

<sup>96</sup> Em 2009, como componentes da despesa pública, caberá destacar a despesa corrente, com um peso de 52%, e a despesa com capital, que representou mais de 44%.

<sup>97</sup> Entre esses factores, de destacar: (i) um significativo aumento dos preços dos produtos alimentares, que representam cerca de 44% do cabaz de compras; (ii) o crescimento da pressão derivada do aumento significativo de ganhos oriundos das exportações e dos planos quinquenais argelinos; e (iii) a apreciação do dinar argelino face ao dólar norte-americano, entre 2006-08. Não obstante, de salientar que a taxa de inflação na Argélia se tem mantido nos últimos anos a níveis muito inferiores aos registados nas décadas anteriores, sobretudo na década de 1990.

<sup>98</sup> A convertibilidade de unidades monetárias é restrita na Argélia, encontrando-se a moeda nacional argelina, o DZ, indexada a um cabaz de unidades monetárias, sendo que, para determinar o valor do DZ, as autoridades monetárias de Argel controlam a tendência registada na taxa de câmbio efectiva real, de modo a manter o seu nível de equilíbrio.

<sup>99</sup> Entre aquelas fragilidades estruturais, compete assinalar: (i) o facto da abertura do sector à iniciativa privada se encontrar ainda numa fase inicial, mantendo os bancos de capital público uma presença dominante; e (ii) o facto de os bancos privados assumirem, à semelhança dos seus homólogos públicos, estratégias financeiras mais orientadas para a poupança do que para o investimento (Bertelsmann Stiftung, 2009).

<sup>100</sup> Neste contexto, o *Relatório sobre a Competitividade Global 2010-11* classifica a Argélia no 134º lugar entre 139 países no que respeita ao desenvolvimento do sistema financeiro (FEM, 2010), e destaca o acesso ao financiamento como a segunda principal dificuldade para a abertura de um negócio na Argélia.

<sup>101</sup> Não obstante, a descida abrupta da contribuição do sector dos hidrocarbonetos para o produto argelino registada na transição de 2008 para 2009 será, muito provavelmente, revertida, se não totalmente pelo menos de forma parcial, ao longo dos anos seguintes, sobretudo tendo em conta a esperada recuperação parcial das cotações internacionais do petróleo nesses anos.

<sup>102</sup> As reservas argelinas de petróleo estão estimadas em cerca de 12,2 mil milhões de barris, sendo que, em 2010, a produção de petróleo na Argélia representou cerca de 2% do total mundial nesse ano, cifrando-se num volume diário de 1,8 milhões de barris/dia.

<sup>103</sup> Em 2005, o Ministro da Energia e Minas anunciou um programa ambicioso de incremento de exportações de gás natural, de modo a passar de 60 mil milhões de m<sup>3</sup> daquele recurso em 2005 para 85 mil milhões de m<sup>3</sup> em 2010, o que não se verificou, forçando as autoridades argelinas a estender para 2012 a meta para concretização daquele objectivo. De referir que as reservas argelinas de gás natural corresponderão a cerca de 4,5 biliões de m<sup>3</sup> (Parlamento Europeu, 2011).

<sup>104</sup> A Argélia tem-se manifestado interessada na formação de um cartel internacional para o sector do gás natural, em moldes similares aos da OPEP para o petróleo. Com esse intuito, as autoridades argelinas têm participado em diversas reuniões do Fórum de Países Exportadores de Gás Natural, que inclui a Rússia, o Irão e o Qatar, ainda que por ora não se tenha chegado a acordo para o estabelecimento formal de tal organização. De referir ainda que da agenda daquelas reuniões têm constado temas como uma eventual substituição dos contratos de longo prazo – actualmente predominantes na comercialização do gás natural – por outros de médio prazo no que ao fornecimento daquele recurso energético diz respeito, bem como a fixação de quotas na produção de gás, por oposição à adaptação dos níveis em função da procura internacional (Bertelsmann Stiftung, 2009).

<sup>105</sup> Esse aumento significativo registado entre 2009 e 2010 poderá estar interligado com uma estratégia do Executivo de Argel – similar a outras observadas em países como o Egipto – visando incrementar a utilização do gás natural para geração de electricidade, de modo a poder disponibilizar para exportação a maior quantidade possível de petróleo (Parlamento Europeu, 2011).

<sup>106</sup> Entre as principais motivações para o lançamento desses concursos, destacar-se-ão: (i) a necessidade de modernização e/ou construção da infra-estrutura de extracção, refinação (no referente ao petróleo), liquefacção (no que respeita ao gás natural) e transporte; e (ii) a exploração de novos campos para substituir os actualmente em declínio, tendo em vista permitir a manutenção dos actuais níveis de produção.



<sup>107</sup> O plano quinquenal presentemente vigente, referente ao período 2010-2014, prevê a alocação de um montante superior a 285 mil milhões de USD, orientado sobretudo para a construção de grandes obras públicas, nomeadamente infra-estruturas de abastecimento água, transportes públicos e produção de electricidade.

<sup>108</sup> Os resultados desses planos quinquenais têm sido particularmente visíveis no aumento de produção de algumas indústrias para além do sector dos hidrocarbonetos, nomeadamente as indústrias metalúrgica, siderúrgica, mecânica, de componentes eléctricos e electrónicos e da construção civil. Em sentido inverso, as indústrias têxtil e do couro têm mantido índices de produção bastante aquém do desejado.

<sup>109</sup> Esse plano de renovação rural visa os seguintes objectivos: (i) o desenvolvimento de um ambiente propício à actividade agrícola e de operadores agro-alimentares; (ii) a intensificação da produção; e (iii) desenvolvimento de instrumentos de regulação. Aquele plano atingiu índices de concretização dos seus objectivos bastante elevados entre 2005 e 2009, a referir: (a) um crescimento de 50% na produção dos três principais cereais; (b) um crescimento de 22% na produção de batatas; e (c) um aumento de 33% na produção das duas principais leguminosas. Compete referir que, do total de área agrícola potencialmente utilizável, em 2009 apenas 71% se encontrava cultivada, da qual se destacam as seguintes utilizações: (i) produção cerealífera, cerca de 38%; (ii) árvores de fruto, cerca de 10%; e (iii) vegetação para alimentação animal, mais de 8%; e (iv) vegetais, cerca de 4% (FMI, 2011).

<sup>110</sup> A AICEP elenca alguns factores que terão contribuído para essa situação, a saber: (i) “reforço do controlo da conformidade dos produtos importados por parte das autoridades locais (para combater a fraude e assegurar a defesa dos consumidores)”;

(ii) “a tomada de múltiplas e variadas medidas administrativas por diferentes organismos governamentais, sem que entre eles tenha havido a necessária coordenação, com consequências preocupantes para os exportadores (nomeadamente comunitários) ao nível do ambiente legislativo (confuso e pouco transparente) e da realização das operações de importação (atrasos no desalfandegamento de mercadorias, aumento dos custos nas transacções comerciais, incerteza quanto aos procedimentos em vigor, dúvidas quanto à documentação a apresentar e quanto às respectivas entidades competentes emissoras, etc.)”.

<sup>111</sup> O Acordo estabelecendo a GALCA, assinado em 1997 em Amã, prevê que sejam isentados de direitos alfandegários e outras taxas de efeito semelhantes, bem como de restrições não-tarifárias à importação, os seguintes bens de origem nacional intra-zona: (i) produtos agrícolas e animais; (ii) matérias-primas minerais e não-minerais; (iii) bens intermédios discriminados em listas aprovadas pelo Conselho Económico e Social da LA; e (iv) bens produzidos em *joint ventures* árabes estabelecidas no quadro da LA, ou de organizações árabes operando no seu contexto.

<sup>112</sup> Os membros fundadores da GALCA que assinaram em 1997 o Acordo estabelecendo essa ACL foram catorze, a saber: Arábia Saudita, Bahrein, Egipto, Emiratos Árabes Unidos, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Qatar, Síria, Tunísia. Outros dois países aderiram posteriormente, nomeadamente o Iémen e o Sudão, bem como a Autoridade Palestiniana. Com a sua adesão em 2009, a Argélia passou a ser o décimo oitavo membro da GALCA.

<sup>113</sup> Embora o acordo de 1997 estabelecendo a GALCA preveja que um conjunto muito alargado de bens de origem nacional intra-zona seja isentado de direitos alfandegários e outras taxas de efeito semelhantes, bem como de restrições não tarifárias à importação, apenas a remoção de obstáculos tarifários terá já sido concluída, permanecendo, em larga escala, por efectuar o desmantelamento de restrições não tarifárias pela maioria dos países integrantes daquela ACL (Abedini e Péridy, s.d.).

<sup>114</sup> Neste cômputo, de destacar a Lei Complementar de Finanças de 2009, que consagra limitações à participação de capital estrangeiro, decretando, por exemplo, um mínimo de 30% de capital argelino no exercício de actividades de comércio externo. Em 2010, foram introduzidas novas medidas de carácter restritivo, a saber: imperatividade de “obtenção de autorizações prévias na importação de alguns bens industriais por promotores estrangeiros; validade limitada do registo de comércio de certas actividades exercidas por investidores externos; proibição de vender a estrangeiros bens nacionalizados” (AICEP, 2011).

<sup>115</sup> Refira-se que essa realidade reflectirá ainda, em boa medida, a herança de modelo de economia planificada de inspiração socialista que caracterizou a Argélia durante várias décadas.

<sup>116</sup> Em 2010, a Argélia ficou classificada em 105º lugar em 178 países no Índice de Percepções da Corrupção (Transparência Internacional, 2010).

<sup>117</sup> Martín (2003) destaca a íntima interligação entre a normalização económica e a normalização política na Argélia e salienta que a obtenção de progressos em cada um desses campos estará dependente, pelo menos em grande medida, da sua verificação recíproca.

<sup>118</sup> Essa tendência de descida dever-se-á a vários motivos principais, com destaque para a criação de emprego motivada pelo clima de expansão económica registado na última década, mas também a persistência de fluxos elevados de emigração, sobretudo com destino ao continente europeu.

<sup>119</sup> Entre eles, caberá destacar: (i) a elevada proporção de desempregados abaixo dos 30 anos, que em finais de 2009 terá ultrapassado os 73% do total de desempregados (AICEP, 2011); (ii) a elevada taxa de emprego não formal, que se terá situado em 35,2% em 2008 (PNUD, 2011); e (iii) o facto do sector dos hidrocarbonetos, que representa 31% do PIB, só empregar, em finais de 2009, cerca de 2% do total da população activa.

<sup>120</sup> A população da Argélia é significativamente jovem, reflectindo o elevado crescimento demográfico registado nesse país nas últimas décadas, passando de cerca de 25,3 milhões de pessoas em 1990 para 35,4 milhões em 2010. Todavia, a idade mediana da população argelina aumentou entre aqueles anos de 18,2 para 26,2 anos (PNUD, 2011).

<sup>121</sup> Nos primeiros anos de integração europeia, a Argélia, então ainda parte integrante de França, usufruiu do mesmo regime aplicável aos estados-membros das Comunidades Europeias em matéria comercial. Porém, esse regime excepcional terminaria com a independência argelina em 1962 e a ocorrência de outros desenvolvimentos políticos posteriores – onde se destaca o golpe de estado empreendido em 1965 por Boumédiène, dando início a um período de coabitação conturbada com o Ocidente, devido a políticas empreendidas de nacionalização de interesses estrangeiros na Argélia –, o que propiciaria que, nos dez anos seguintes, as relações das Comunidades Europeias com a Argélia se circunscrevessem, no plano contratual, à assinatura de vários acordos circunscritos ao domínio comercial.

<sup>122</sup> Luís (2001) assinala que na génese desses Acordos estiveram factores como: “o choque petrolífero de 1973, a exigência generalizada dos PVD e de uma NOEI, e a promoção do diálogo euro-árabe após 1973 em parte como resposta política a esses acontecimentos”.

<sup>123</sup> No plano da cooperação financeira, a Argélia beneficiou entre 1978-95 de uma dotação total de 949 milhões € – dos quais 309 milhões de € de fundos orçamentais comunitários e 640 milhões de € de empréstimos do BEI –, sendo que, no quadro mediterrânico, o nível de execução dos Protocolos CE/Argélia naquele âmbito foi dos mais baixos (COM, 2002). Cabe assinalar que a assistência financeira nos quadros da Política Global Mediterrânica e da Política Mediterrânica Renovada se efectivou, entre 1978 e 1995, sob a forma de protocolos quinquenais.

<sup>124</sup> No plano comercial, o Acordo estabelecia que, salvo excepções especificadas, os produtos industriais argelinos, à semelhança do petróleo e do gás natural, seriam “admitidos à importação na Comunidade sem restrições quantitativas nem medidas de efeito equivalente e com isenção de direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente”. No que respeita aos produtos agrícolas, os direitos aduaneiros de importação na Comunidade seriam reduzidos em proporções indicadas para cada um deles, de 20% até 100%. Contudo, aqueles produtos encontravam-se sujeitos a um conjunto de limitações não tarifárias – como quotas, calendários de importação, cláusulas de salvaguarda, preços de referência –, sendo que “a manutenção do perfil proteccionista da PAC impossibilitava qualquer exportação magrebina que ameaçasse os interesses europeus” (Luís, 2001).

<sup>125</sup> Darbouche (2010) aponta como principal factor para essa desmobilização o facto da UE ter prestado um “apoio tímido” à estratégia do Executivo de Argel para enfrentar a insurreição islamista.

<sup>126</sup> Sobre as três etapas que pautam a participação dos parceiros da UE na PEV, entre as quais se destaca a celebração de Planos de Acção, *vide supra* o subcapítulo 2.4.4.

<sup>127</sup> Darbouche (2010) destaca que, no entendimento das autoridades argelinas, seria necessário proceder a uma revisão dos “termos de compromisso” que codificaram a interacção euro-argelina.

<sup>128</sup> Destacar-se-ão, entre esses sectores prioritários, os seguintes: reforma económica; comércio; energia; circulação de pessoas e luta contra o terrorismo.

<sup>129</sup> Martínez (2010) assinala que tal se deve sobretudo à “indiferença calculada” da Argélia face à PEV, que constitui um “recurso formidável para as negociações com a UE, dado que força esta a reduzir significativamente as suas solicitações e expectativas políticas, ou mesmo a evitar lidar com problemas fundamentais como a falta de democracia e a governação pobre”.

<sup>130</sup> São esses cinco objectivos os seguintes: (i) “proporcionar um enquadramento adequado para o diálogo político entre as partes”; (ii) “desenvolver as trocas comerciais e assegurar o desenvolvimento de relações económicas e sociais equilibradas entre as partes e definir as condições para uma liberalização progressiva do comércio de bens, serviços e capitais”; (iii) “favorecer os contactos humanos, nomeadamente no âmbito dos procedimentos entre as partes”; (iv) “incentivar a integração magrebina, promovendo os intercâmbios e a cooperação na região e entre esta última e a Comunidade e os seus Estados-Membros”; e (v) “promover a cooperação nos domínios económico, social, cultural e financeiro” (art.º 1º).

<sup>131</sup> São esses nove títulos os seguintes: (i) diálogo político; (ii) livre circulação das mercadorias; (iii) comércio de serviços; (iv) pagamentos, capitais, concorrência e outras disposições em matéria económica; (v) cooperação económica; (vi) cooperação social e cultura; (vii) cooperação financeira; (viii) cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos; (ix) disposições institucionais, gerais e finais.

<sup>132</sup> Cabe referir os locais e datas das seis reuniões do Conselho de Associação UE/Argélia que tiveram lugar até à data: I – Bruxelas, 16/05/2006; II – Luxemburgo, 27/04/2007; III – Bruxelas, 10/03/2008; IV – Luxemburgo, 16/06/2009; V – Luxemburgo, 15/06/2010; e VI – Luxemburgo, 20/06/2011.

<sup>133</sup> Em matéria de questões bilaterais que têm vindo a ser debatidas nos vários Conselhos de Associação UE/Argélia que têm tido lugar, e tendo por referência as Declarações emitidas pela UE e pela Argélia por ocasião dessas reuniões, caberá destacar as seguintes: cooperação económica; questões comerciais, com enfoque para o desmantelamento tarifário no quadro da criação de uma ACL UE/Argélia; cooperação financeira; migrações e mobilidade; segurança e cooperação contra o terrorismo e criminalidade organizada; questões energéticas, entre outras.

<sup>134</sup> Tendo por referência as Declarações emitidas pela UE e pela Argélia por ocasião dos vários Conselhos de Associação UE/Argélia realizados até à data, caberá destacar as seguintes questões regionais que terão vindo a constar, no âmbito do diálogo político, das agendas daquelas reuniões: (i) Sahara Ocidental; (ii) Sahel; (iii) integração regional magrebina/UMA; (iv) PPMO; (v) Estratégia Conjunta UE/África; (vi) situação na Tunísia, Egipto e Líbia.

<sup>135</sup> Esses órgãos de âmbito sectorial dependentes do Comité de Associação, que se reúnem regularmente, são os seguintes: (i) Grupo de Trabalho sobre os Assuntos Sociais; (ii) Subcomité “Indústria, Comércio e Serviços”; (iii) Subcomité “Transportes, Ambiente e Energia”; (iv) Subcomité “Sociedade da Informação, investigação, inovação, educação, sector audiovisual e cultura”; (v) Subcomité “Agricultura e pesca”; (vi) Subcomité “Justiça e Assuntos Internos”; (vii) Subcomité “Cooperação aduaneira”; e (viii) Subcomité “Diálogo político, segurança e Direitos Humanos”.

<sup>136</sup> Em Dezembro de 2009, o Ministro da Energia da Argélia, Chakib Khelil, anunciou que a Argélia tinha colocado em cima da mesa das negociações sobre o Protocolo bilateral de energia a celebrar entre UE e Argélia a questão da livre-circulação de pessoas entre UE e Argélia, matéria que a Argélia tem abordado recorrentemente nos Conselhos de Associação UE/Argélia. *Apud* M. Saadoune “Algérie-UE: De la libre circulation du gaz et des personnes” in *Le Quotidien d’Oran*, 17 de Dezembro de 2009.

<sup>137</sup> Deverá ser assinalado que, conforme refere o Art.º 7º do AEMA, as disposições relativamente aos produtos industriais “são aplicáveis aos produtos originários da Comunidade e da Argélia classificados nos capítulos 25 a 97 da Nomenclatura Combinada e na pauta aduaneira argelina, com excepção dos produtos enumerados no anexo 1”.

<sup>138</sup> No referente às disposições do AEMA relativas a produtos agrícolas, caberá referir o seguinte: (i) importação pela UE de produtos argelinos – os direitos aduaneiros de importação serão, conforme os produtos, abolidos – nalguns casos dentro dos limites dos contingentes pautais indicados relativamente a cada um deles; quanto excederem os contingentes, os direitos da pauta aduaneira comum serão aplicados na totalidade – ou reduzidos nas proporções indicadas para cada produto (Protocolo nº1); (ii) importação pela Argélia de produtos originários da UE – os direitos aduaneiros não serão superiores aos indicados na coluna a) reduzidos nas proporções indicadas na coluna b) e dentro dos limites dos contingentes pautais indicados na coluna c) (Protocolo nº2).

<sup>139</sup> No respeitante aos produtos de pesca, caberá assinalar as seguintes disposições do AEMA: (i) importação pela UE de produtos argelinos – concessão de isenção de direitos aduaneiros a um conjunto de produtos (Protocolo 3º); (ii) importação pela Argélia de produtos da UE – concessão de isenção de direitos aduaneiros a um conjunto de produtos nas condições indicadas (Protocolo 4º).

<sup>140</sup> O AEMA refere que as importações de produtos agrícolas transformados, quer por Argélia, quer por UE, se encontram sujeitas a direitos de aduaneiros de importação e encargos de efeito equivalentes mencionados nos Anexos 1 e 2 do Protocolo 5º.

<sup>141</sup> Veja-se Art.º 7º do referido Acordo.

<sup>142</sup> O Director da ALGEX, homóloga argelina da AICEP, Chérif Zaaf, indicou em 2011 que, se não fossem tidas em conta as exportações argelinas de hidrocarbonetos, “por cada dólar exportado para a UE, a Argélia importa vinte” para o que contribuiria, em grande medida, o facto de “os operadores argelinos serem confrontados com constrangimentos relacionados com condições técnicas e regulamentares de acesso ao mercado europeu das mais restritivas”. *Apud* “Les négociations butent sur la liste de produits industriels”, in *El Watan*, 27 de Julho de 2011.

<sup>143</sup> No início de 2010, o Ministro das Finanças argelino efectuou um balanço, marcadamente negativo, sobre as repercussões para a Argélia da implementação do AEMA com a UE: “Em última instância, menos recursos fiscais, poucos investimentos, poucas exportações extra-hidrocarbonetos e uma economia que privilegia o acto de comerciar ao de produzir”. *Apud* Ferdi (2010).

<sup>144</sup> Segundo declarações do Ministro do Comércio argelino, Mustapha Benbada, proferidas em 2011, para além de ter notificado o Comité de Associação do pedido de revisão do calendário de desmantelamento tarifário no quadro do AEMA, a Argélia teria também agido no quadro do art.º 11º do mesmo Acordo, o qual prevê a adopção pela Argélia de “medidas excepcionais de duração limitada” como o aumento ou restabelecimento dos direitos aduaneiros, “aplicadas unicamente a indústrias nascentes ou a determinados sectores em reestruturação”. *Apud* Ferdi (2010).

<sup>145</sup> *Apud* “Les négociations butent sur la liste de produits industriels”, in *El Watan*, 27 de Julho de 2011.

<sup>146</sup> A Chefe da Delegação da UE em Argel, Embaixadora Laura Baeza, esclareceu em Julho de 2011 que o referido processo de consultas/negociações técnica euro-argelino se afigurava moroso, atendendo à necessidade da Argélia demonstrar, no que respeita a cada um dos 1740 produtos industriais discriminados na lista que entregou à UE, quais serão os prejuízos que representará para a Parte argelina a manutenção do actual calendário de desmantelamento tarifário. *Apud* “Les négociations butent sur la liste des produits industriels”, in *El Watan*, 27 de Julho de 2011.

<sup>147</sup> São essas propostas argelinas as seguintes: (i) revisão do calendário de desmantelamento tarifário sobre a importação pela Argélia de 1740 produtos industriais com origem na UE; (ii) supressão de contingentes tarifários na importação pela Argélia de alguns produtos agrícolas originários da UE; e (iii) revisão dos calendários de exportação e dos contingentes tarifários preferenciais de alguns produtos agrícolas argelinos exportados para a UE. Cabe assinalar que a União já terá comunicado aos argelinos a sua indisponibilidade para renegociar a lista de serviços e das quotas de produtos agrícolas. *Vide* Oukazi, (2011).

<sup>148</sup> Esta questão tem sido das mais controversas no âmbito das negociações bilaterais e multilaterais para a adesão da Argélia à OMC. Assim, às recorrentes solicitações apresentadas por muitos estados-membros da UE e pelos EUA junto da Argélia para que reduza o protecçãoismo nesse contexto, de modo a promover um alinhamento dos preços domésticos do gás com os do mercado mundial, a Argélia terá vindo a responder negativamente. O principal intuito argelino nesse sentido será o de manter o preço doméstico do gás natural a um nível bastante baixo para atrair investidores estrangeiros e desenvolver uma forte indústria petroquímica. *Vide* Guemache (2007).

<sup>149</sup> Conforme é referido pela Argélia (2010), a UE terá aceite em 2010 um argumentário argelino sobre a questão do preço do gás naquele país magrebino, o que terá contribuído decisivamente para a resolução da questão. Porém, de referir que a Argélia (2011) tem insistido em receber uma notificação, por escrito, da parte da UE, quanto àquela aceitação.

<sup>150</sup> Cabe referir que a decisão de reintegrar a Argélia no SPG da UE, na secção V “Produtos Minerais” foi tomada em 2008 em resultado do mecanismo de “desgradação” do SPG da UE. Cabe referir que este sistema prevê a integração ou reintegração de um país através de um mecanismo de “desgradação” sempre que o desempenho de um país no mercado da UE nos três últimos anos se mantenha abaixo de um valor pré-determinado, obtido com base nas Secções de Produtos estabelecidas no Sistema Harmonizado. Caso se verifique situação inversa, o SPG da UE prevê a retirada do país. *Vide* <http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=707&serie=423&langId=en>.

<sup>151</sup> *Vide* AGCS, art.º 2º, nº 1.

<sup>152</sup> Nessa Declaração, “a Argélia considera que o aumento do fluxo de investimentos directos europeus na Argélia constitui um dos objectivos essenciais do Acordo de Associação. Convida a Comunidade e os seus estados-membros a prestar todo o apoio tendente à concretização desse objectivo, nomeadamente no contexto da liberalização do comércio e do desmantelamento pautal”. *Vide* “Declaração da Argélia relativa ao artigo 9º do Acordo”.

<sup>153</sup> Cumpre acrescentar que, com vista a modificar esse cenário, a Argélia tem reiterado o seu interesse no empreendimento de medidas destinadas a melhorar o conhecimento mútuo entre os meios empresarial europeu e argelino, como a organização em Argel de Fóruns de Investidores europeus (Argélia, 2010).

<sup>154</sup> Darbouche (2010) acrescenta que, considerando apenas os sectores extra hidrocarbonetos, “as tendências de investimento europeu na Argélia têm sido conspicuamente limitadas a parcerias comerciais na indústria de bens de consumo, estando em forte contraste com o IDE proveniente dos operadores do Médio Oriente e Ásia”.

<sup>155</sup> Segundo o AEMA (art.º 54º), o estabelecimento de um clima favorável aos fluxos de investimento efectuar-se-ia através de três vertentes: (i) “a criação de procedimentos harmonizados e simplificados, de mecanismos de co-investimento (...), bem como de dispositivos de identificação e de informação sobre as oportunidades de investimento”; (ii) “a criação de um enquadramento jurídico favorável aos investimentos, se necessário através da celebração de acordos de protecção de investimentos e de acordos destinados a evitar a dupla tributação entre a Argélia e os estados-membros”; e (iii) a assistência técnica a acções de promoção e garantia dos investimentos nacionais e estrangeiros.

<sup>156</sup> Destaca-se nesse contexto: (i) a adaptação progressiva de todos os monopólios estatais para que deixe de existir, até 2010, qualquer “discriminação relativamente às condições de fornecimento e de comercialização das mercadorias entre os nacionais dos estados-membros e da Argélia” (art.º 42º); e (ii) compromisso no sentido da interdição de adopção ou manutenção de “qualquer medida que perturbe as trocas comerciais entre a Comunidade e a Argélia numa medida contrária aos interesses das Partes”, no que respeita às empresas públicas e às quais foram concedidos direitos especiais ou exclusivos (art.º 43º); (iii) protecção eficaz da propriedade intelectual, industrial e comercial (art.º 44º); e (iv) estabelecimento, como objectivo, da liberalização recíproca e progressiva de contratos públicos (art.º 46º).

<sup>157</sup> *Vide supra* o subcapítulo 3.3.3.

<sup>158</sup> Os instrumentos e modalidades previstos no AEMA para efectivar a cooperação económica euro-argelina são os seguintes: (i) “diálogo económico regular entre as partes que abranja todos os domínios da política macroeconómica”; (ii) “intercâmbio de informações e acções de comunicação”; (iii) “acções de aconselhamento, assessoria e formação”; (iv) “execução de acções conjuntas”; (v) “prestação de assistência técnica, administrativa e regulamentar”; e (vi) “acções de apoio à parceria e ao investimento directo, nomeadamente por parte de operadores privados, bem como os programas de privatização” (art.º 49º).

<sup>159</sup> São esses treze domínios os seguintes: (i) cooperação regional; (ii) cooperação científica, técnica e tecnológica; (iii) ambiente; (iv) cooperação industrial; (v) promoção e protecção de investimentos; (vi) normalização e avaliação de conformidade; (vii) serviços financeiros; (viii) agricultura e pesca; (ix) transportes; (x) energia e minas; (xi) turismo e artesanato; (xii) cooperação no domínio estatístico; e (xiii) cooperação em matéria de protecção dos consumidores (art.ºs 50º a 66º).

<sup>160</sup> São esses seis temas os seguintes: (i) promoção de reformas destinadas à modernização económica; (ii) melhoria de infra-estruturas económicas; (iii) promoção do investimento privado e das actividades criadoras de emprego; (iv) ponderação das consequências para a economia argelina da instauração progressiva de uma ACL; (v) acompanhamento das políticas desenvolvidas nos sectores sociais; e (vi) cooperação social e cultural (art.º 79º).

<sup>161</sup> Os programas MEDA constituíram o principal instrumento financeiro da PEM entre 1997 e 2006, tendo sido substituídos pelo IEPV. O período de aplicação do programa MEDA 1 estendeu-se de 1996 e 1999 e o programa II de 2000 a 2006.

<sup>162</sup> Cabe esclarecer que, no contexto de cada período de vigência do IEPV – o actual compreende os anos de 2007 a 2013 – a COM elabora um Documento Estratégico para cada país enquadrado nos âmbitos PEM e/ou PEV que elenca os domínios elegíveis em que aquela instituição poderá intervir em matéria de assistência financeira. Como passo seguinte, a COM elabora um PIN, que constitui a resposta operacional da UE naquele sentido.

<sup>163</sup> Esses objectivos elencados como prioritários pela COM no Documento Estratégico relativo à Argélia para o período compreendido entre 2007 e 2013 são os seguintes: (i) reformas políticas nas áreas da democracia e Direitos Humanos, Estado de Direito e boa governação; (ii) reformas no sistema de justiça, gestão de fluxos migratórios e a luta contra o crime organizado; (iii) diversificação económica e desenvolvimento de condições condutoras ao investimento privado, desenvolvimento de empresas competitivas, crescimento e redução do desemprego; (iv) desenvolvimento de condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável; (v) desenvolvimento da educação, formação profissional e investigação científica; (vi) fortalecimento de programas sociais; (vii) facilitação de comércio de bens e serviços; (viii) desenvolvimento de transportes seguros e fortalecimento da infra-estrutura nacional e regional.

<sup>164</sup> Importa mencionar que a Parte argelina solicitou a possibilidade de parte desse montante poder ser disponibilizada para o financiamento de outros projectos que venham a ser estabelecidos, o que terá merecido a concordância da UE no 5º Conselho de Associação UE/Argélia (Argélia, 2010).

<sup>165</sup> Cabe referir que embora o programa MEDA 1 tivesse tido um período de implementação compreendido entre 1995 e 1999, só em 1997 foram alocados à Argélia os primeiros compromissos de natureza financeira.

<sup>166</sup> Sobre a relevância estratégica das matérias de energia para a UE no seu relacionamento com o Magrebe, *vide supra* o subcapítulo 2.2.1.

<sup>167</sup> Para além desse objectivo, o AEMA UE/Argélia prevê mais os seguintes dois a prosseguir no âmbito da cooperação no âmbito da energia e minas: (i) “desenvolvimento institucional, legislativo e regulamentar, a fim de assegurar a regulamentação das actividades e a promoção dos investimentos”; (ii) a modernização técnica e tecnológica, a fim de preparar as empresas do sector energético e mineiro para as exigências da economia de mercado e da concorrência (art.º 61º)

<sup>168</sup> Cabe referir que para a UE (2010) a cooperação institucional euro-argelina no domínio da energia “deverá cobrir todos os temas de interesse comum visando uma harmonização entre o mercado energético argelino e o da UE e a aproximação da política energética argelina à UE, em particular em matéria de reformas, gestão da procura e desenvolvimento de energias renováveis”.

<sup>169</sup> De referir que a Argélia (2010) apelou a que a UE levantasse “todos os entraves para o acesso das empresas argelinas ao mercado energético europeu, em aplicação do princípio do tratamento nacional consagrado no Acordo de Associação”.

<sup>170</sup> A empresa pública argelina que detém o monopólio do sector dos hidrocarbonetos, a Sonatrach, tem manifestado interesse em penetrar nalguns mercados europeus para comercializar e não apenas fornecer gás natural. Contudo, ter-se-á vindo a defrontar, nesse sentido, com a resistência por parte de alguns estados-membros, sendo o caso mais mediático a disputa hispano-argelina de 2007, na qual as empresas espanholas Repsol e Gas Natural constituíram uma “frente de oposição aos interesses da empresa pública argelina, sem pretexto racional” (Darbouche, 2008). Não obstante o diferendo ter ficado aparentemente sanado, algum tempo mais tarde a Sonatrach decidiu terminar um contrato relativo à exploração de um projecto de extracção de gás natural que aquelas duas empresas espanholas se encontravam a desenvolver.

<sup>171</sup> Sobre essa matéria, consulte-se *supra* o subcapítulo 4.2.2.

<sup>172</sup> A Parceria Euro-Mediterrânica de Energia foi estabelecida em 1996 no contexto da PEM com o propósito de constituir um enquadramento para a materialização de uma parceria estratégica em matéria de energia no espaço euro-mediterrânico. Em 2007, a Conferência Ministerial de Limassol adoptou um plano de acção para cinco anos, visando: (i) a implementação de reformas no mercado de energia e a harmonização gradual de quadros reguladores entre parceiros euro-mediterrânicos; (ii) o compromisso em políticas energéticas mais sustentáveis; e (iii) a melhoria do clima de investimento para assegurar a diversificação de fontes de energia. Em 2008, a UPM agregou a parceria euro-mediterrânica de energia, da qual o projecto “Plano Solar Mediterrânico” constitui o principal mecanismo.

<sup>173</sup> Esta asserção poderá, de certa forma, ser atestada pelo facto da Argélia não referir esse quadro de cooperação nas suas Declarações relativas aos últimos Conselhos de Associação UE/Argélia.

<sup>174</sup> *Apud* Saadoune (2009).

<sup>175</sup> Importará ainda assinalar que, no contexto do relacionamento entre estruturas empresariais UE e Argélia, subsistirão importantes contrastes entre ambas, não só em termos de tipologia produtiva, nível de incorporação tecnológica ou orientações estratégicas, mas sobretudo no que diz respeito à intervenção, formal ou informal, do Estado na condução das acções das suas empresas nacionais, o que se verifica de

---

forma vinculada na Argélia (AICEP, 2011). Diferenças essas que, como vimos, as disposições AEMA em vigor entre UE/Argélia visam esbater, no sentido de uma harmonização das normas e práticas dos dois actores e da liberalização económica. Contudo, em sectores estratégicos como o do petróleo, que como veremos, desempenha um papel absolutamente fundamental no relacionamento bilateral UE/Argélia, as diferenças entre os posicionamentos ambos os actores naquele último ponto – e sobretudo no caso da UE, ao nível dos seus estados-membros – serão menos esbatidas, reflectindo a existência de “geopolíticas internacionais do petróleo” (Sébille-Lopez, 2007).

<sup>176</sup> Em 2009, o fornecimento de gás natural argelino aos países da orla mediterrânica da UE – i.e. Portugal, Espanha, França, Itália, Eslovénia e Grécia – foi efectuado 67% por gasodutos e 33% por GNL (PE, 2011).

<sup>177</sup> Cabe assim referir as datas de entrada em vigor dos diferentes AEMAs celebrados pela UE e os PTM: (i) Tunísia, Dezembro de 1997; (ii) Marrocos, Março de 2000; (iii) Israel, Junho de 2000; (iv) Jordânia, Maio de 2002; (v) Egipto, Junho de 2004; (vi) Argélia, Setembro de 2005; e (vii) Líbano, Abril de 2006. Não obstante a Autoridade Palestiniana ter celebrado um AEMA provisório com a UE, que entrou em vigor em Julho de 1997, optou-se, tendo presente a especificidade do caso palestino no quadro político, por não o considerar na análise em apreço.

<sup>178</sup> Importará esclarecer que, atendendo não ter sido possível aceder a dados relativamente ao primeiro ano de vigência do AEMA UE/Tunísia, i.e. 1998, foram apenas considerados os valores entre 1999 e 2003. No caso do Líbano, atendendo a que o respectivo AEMA com a UE entrou em vigor em 2006, foi apenas possível considerar os primeiros quatro anos de vigência do Acordo, ou seja desde aquele ano até 2010.

<sup>179</sup> Importa esclarecer que, não obstante o desenvolvimento de esforços nesse sentido, não foi possível dispor de dados relativos a 2009 e 2010 respeitantes ao comércio de bens UE/Argélia nos sectores objecto do processo de desmantelamento tarifário visando a criação de uma ACL.

<sup>180</sup> Cabe assinalar que a existência de diferentes calendários de desmantelamento tarifário entre os anexos 2 e 3 constituirá um factor significativo para explicar a ocorrência de contrastes em matéria de tendência evolutiva no período considerado.

<sup>181</sup> Chame-se ainda a atenção para a existência de dois padrões no Magrebe em matéria de saldo comercial de serviços com a UE, revelando, por um lado, Argélia e Marrocos tendências semelhantes, e por outro, existindo similaridades entre Tunísia e Líbia.

<sup>182</sup> Em particular se em comparação com outros países exploradores de hidrocarbonetos.

<sup>183</sup> Cabe assinalar que não foi também possível obter dados nem relativos a fluxos de saída, nem a stocks de IDE na Argélia.

## **Bibliografia**

### **A. - Livros, capítulos e artigos:**

#### **a) Livros, capítulos e artigos publicados**

- ABDELMALKI (1999), Lahsem, “Enjeux et limites de la coopération industrielle et technologique entre zones d’inégal développement: l’exemple de l’Union Européenne et du Maghreb” in Philippe Béraud e Jean-Louis Pérrault (dir.) *Géoeconomie de la coopération européenne, De Yaoundé à Barcelone*, Paris: Éditions Maisonneuve-Larose.
- ADDA, Jacques (1997), *A mundialização da economia*, Lisboa: Teorema.
- AFONSO, Óscar (2001), *The Impact of International Trade on Economic Growth*, Porto: Faculdade de Economia da Universidade de Porto.
- AKIN, Çigdem e KOSE, M. Ayhan (2007), *Changing Nature of North-South Linkages: Stylized Facts and Explanations*, FMI: Washington.
- ALIBONI, Robert (2009), “The ENP in the Mediterranean: Evaluating the Political and Strategic Dimensions”, in Michele Comelli (ed.), *The European Neighbourhood Policy and the Southern Mediterranean. Drawing from the Lessons of Enlargement*, Ankara: Middle East Technical University Press, pp. 13-29.
- \_\_\_\_\_ (2010), *The State of Play of the Union for the Mediterranean in the Euro-Med Context*, Roma: Istituto Affari Internazionali.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J.; BREWER, Benjamin D.(2003), “Industrial Convergence, Globalization and the Persistence of the North-South Divide”, *Studies in Comparative International Development*, Vol. 38, No.1, Primavera de 2003, Providence: Watson Institute for International Affairs/Brown University, pp. 3-31.
- ASHTON, Catherine (2010), “The Mediterranean, an Absolute Priority for Europe”, *IEMed Mediterranean Yearbook Med.2010*, Barcelona: IEMed, pp. 13-14.
- BCHIR, Mohammed Hedi *et alii* (2006), *The Cost of non-Maghreb: Achieving the Gains from Economic Integration*, Adis Abeba: Comissão das NU para África.
- BHAGWATI, Jagdish (2004), *In Defense of Globalization*, Oxford: Oxford University Press.
- BENTO, Vítor (2004), *Os Estados Nacionais e a Economia Global*, Coimbra: Almedina.
- BRUNEL, Sylvie (1997), *La coopération Nord-Sud*: Paris, PUF.
- CARKOVIC, Maria; LEVINE, Ross (2002), *Does Foreign Direct Investment Accelerate Economic Growth?*, Minneapolis: Universidade do Minnesota.



- COCKAYNE, James; IPE, Jason; MILLAR, Alistaire (2010), *Implementing the UN Global Counter-Terrorism Strategy in North Africa*, Washington: Center on Global Counterterrorism Cooperation.
- DARBOUCHE, Hakim (2008), “Natural Gas in the Mediterranean: More than Just a Commodity. Less than a Factor of Independence?”, *IEMed Mediterranean Yearbook Med.2008*, Barcelona: IEMed, pp. 233-236.
- \_\_\_\_\_, (2010) “Energizing EU-Algerian Relations”, *The Maghreb Center Journal*, n.º 1, Primavera/Verão de 2010, Washington: Maghreb Center.
- DUNNING, John H.; HOESEL, Roger Van; NARULA, Rajneesh (2007), “Third World Multinationals Revisited: New Developments and Theoretical Implications”, in John H. Dunning (ed.), *Globalization, Trade and Foreign Direct Investment*, Bingley: Emerald Group Publishing, pp. 255-286.
- FINDLAY, R. (1980), “The Terms of Trade and the Equilibrium Growth in the World Economy”, *American Economic Review*, vol. 70, n.º 3, Junho de 2010, Pittsburgh: American Economic Association, pp. 291-299.
- FLORENSA, Senén (2010), “Union for the Mediterranean: Challenges and Ambitions” *IEMed Mediterranean Yearbook Med.2010*, Barcelona: IEMed, pp. 58-71.
- FONTOURA, Paula (1997), “Aspectos teóricos do Investimento Internacional” in António Romão (coord.), *Comércio e Investimento Internacional*, 2ª ed., Lisboa: ICEP, pp. 39-60.
- GOMES, Leonard (2003), *The Economics and Ideology of Free Trade. A Historical Review*, Cheltenham, Reino Unido/Northampton, EUA: Edward Elgar.
- HASS, Hein de (2008), *Irregular Migration from West Africa to the Maghreb and the European Union. An Overview of Recent Trends*, Genebra: Organização Internacional para as Migrações.
- HELLEINER, G.K. (1991), *The new global economy and the developing countries: essays in international economics and development*, Aldershot: Edward Elgar.
- HUGON, Philippe (1989), *Économie du développement*, Paris: Dalloz.
- KÉBABDJIAN, Gérard (1994), *L'Économie mondiale: enjeux nouveaux, nouvelles théories*, Paris: Seuil.
- JAULIN, Thibaut (2010), *The Impact of EU Migration Policy in the Southern and Eastern Mediterranean*, Estocolmo: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- JOFFÉ, George (2002), “European Multilateralism and Soft Power Projection in the Mediterranean”, *Nação e Defesa*, 2ª série, n.º 101, Primavera de 2002, Lisboa: IDN.
- LACOSTE, Yvan (2008), *Geopolítica do Mediterrâneo*, Lisboa: Edições 70.

- LANNON, Erwan (1999), “Le cadre juridique de la coopération avec les pays tiers méditerranéens” in Philippe Béraud e Jean-Louis Pérrault (dir.) *Géoeconomie de la coopération européenne, De Yaoundé à Barcelone*, Paris: Éditions Maisonneuve-Larose.
- LUÍS, Ana de Matos (2001), *Relações externas da União Europeia com o Magrebe: aplicação de um modelo gravitacional*. Dissertação de Mestrado em Economia Internacional apresentada ao ISEG/UTL. Exemplar policopiado.
- MARTÍN, Ivan (2003), *La Política Económica en Argelia (1999-2002): Hacia una solución económica a la crisis?*, Madrid: Universidade Complutense de Madrid.
- \_\_\_\_\_ (2010a), “Economic Integration in the Mediterranean: Beyond the 2010 Free Trade Area” *IEMed Mediterranean Yearbook Med.2010*, Barcelona: IEMed, pp. 73-78.
- \_\_\_\_\_ (2010b), “Algeria’s economic nationalism: Vintage 2010” in *IPRIS Maghreb Review*, nº4, Julho de 2010, Lisboa: IPRIS, pp. 2-3.
- MARTINEZ, Luis (2006), *Algeria, the Arab Maghreb Union and Regional Integration*, Lisboa: EuroMeSCo.
- \_\_\_\_\_ (2010), “Algeria’s Position Regarding Mediterranean Integration”, *IEMed Mediterranean Yearbook Med.2010*, Barcelona: IEMed, pp. 178-181.
- MENDONÇA, António (1997), “Aspectos teóricos do Comércio Internacional”, in António Romão (coord.), *Comércio e Investimento Internacional*, 2ª ed., Lisboa: ICEP, pp. 13-35.
- MOON, Bruce E. (2007), “Reproducing the North-South Divide: The Role of Trade Deficits and Capital Flows”, *International Studies Review*, vol. 9, n.º 4, Inverno de 2007, Tucson: The International Studies Association, pp. 581-600.
- PACE, Roderick (2009), “The European Neighborhood Policy: The Southern Dimensions” in Michele Comelli (ed.), *The European Neighbourhood Policy and the Southern Mediterranean. Drawing from the Lessons of Enlargement*, Ankara: Middle East Technical University Press, pp. 31-52.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (2010), *Globalization and Competition. Why Some Emergent Countries Succeed while Others Fall Behind*, Cambridge: Cambridge University Press.
- PIETERSE, Jan Nederveen (2000), “Globalization North and South. Representations of Uneven Development and the Interaction of Modernities” in *Theory, Culture and Society*, Vol. 17, n.º 1, Thousand Oaks and New Delhi: SAGE, pp. 129-137.
- RATO (1998), Helena, *Os países do Magrebe e a Política de Cooperação da União Europeia*, Lisboa: INA.
- RODRIK, Dani (2001), *The Global Governance of Trade as if Development really mattered*, Nova Iorque: PNUD.

- ROMÃO, António (2010), “Que Nova NOEI” in António Romão, Joaquim Ramos Silva e Manuel Ennes Ferreira (coord.), *Homenagem ao Professor Doutor Adelino Torres*, Coimbra: Edições Almedina.
- SANTOS, João Poças (2002), *Parceiros de Hoje, Vizinhos de Sempre. O Quadro Jurídico e Institucional da Parceria Euro-mediterrânica*, Lisboa: Assembleia da República.
- SÉBILLE-LOPEZ, Philippe (2007), *Geopolíticas do Petróleo*, Lisboa: Instituto Piaget.
- SILVA, Joaquim Ramos Silva (2002), *Estados e Empresas na Economia Mundial*, Lisboa: Editora Vulgata.
- SMITH, Michael (2007), “European Union External Relations” in Michelle Cini (ed.), *European Union Politics*, Oxford: Oxford University Press, pp. 225-236.
- STIGLITZ, Joseph E. (2004), *Globalização: a grande desilusão*, 3ª ed., Lisboa: Terramar.
- SÜEL, Asli (2008), “From the Euro-Mediterranean Partnership to the Union for the Mediterranean”, *Perceptions. Journal of International Affairs*, vol. XIII, Inverno de 2008, Ankara: Center for Strategic Research of the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Turkey, pp. 87-115.
- THIRLWALL, Anthony P. (2000), *Trade, Trade Liberalization and Economic Growth: Theory and Evidence*, Abidjan: African Development Bank.
- TODARO, Michael P.; SMITH, Stephen C. (2009); *Economic development*, 10ª ed., Harlow: Addison-Wesley.
- WINTERS, L. Alan; McCULLOCH, Neil; McKAY, Andrew (2004), “Trade Liberalization and Poverty: The Evidence So Far”, *Journal of Economic Literature*, vol. XLII, n.º 2, Março de 2004, Sidney, EUA: American Economic Association Publications, pp. 72-115.

b) Estudos disponibilizados em websites:

- ABEDINI, Javad; PÉRIDY, Nicolas [s.d.], *The Greater Arab Free Trade Area (GAFTA): An Estimation of the Trade Effects*. Disponível em <http://economics.ca/2007/papers/0300.pdf>.
- ALFARO, Laura (2003), *Foreign Direct Investment and Growth: Does the Sector Matter?*. Disponível em <http://www.people.hbs.edu/lalfaro/fdisectorial.pdf>.
- DOLLAR, David; KRAAY, Aart (2002), *Trade, Growth and Poverty*. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/TradeGrowthPovertyEJFeature.pdf>.
- FONTOURA, Paula; CRESPO, Nuno (s.d.), *Efeitos Indirectos do IDE para as Empresas Nacionais – o que nos diz a Evidência Empírica?*. Disponível em <http://www.iseg.utl.pt/aula/cad1420/Artigo%20spillovers%20livro.pdf>.

- RODRIGUEZ, Francisco; RODRIK, Dani (2000), *Trade Policy and Economic Growth: a Skeptic's Guide to the Cross-national evidence*. Disponível em <http://www.hks.harvard.edu/fs/drodrik/Research%20papers/skepti1299.pdf>.
- STEIN, Ilan (2011), *EU Energy Policy vis-à-vis Algeria: Challenges and Opportunities*. Disponível em <http://bcjournal.org/volume-11/eu-energy-policy-vis-a-vis-algeria.html>.
- TONG, Sarah; HU, Angela (2003) *Do Domestic Firms Benefit from Foreign Direct Investment? Initial Evidence from Chinese Manufacturing*. Disponível em [http://www.hiebs.hku.hk/events\\_updates/pdf/tongyueting.pdf](http://www.hiebs.hku.hk/events_updates/pdf/tongyueting.pdf).

#### **B. - Relatórios e outros documentos:**

- AICEP (2011), *Argélia. Ficha de Mercado*, Lisboa: AICEP.
- ARGÉLIA (2009) *Déclaration de l'Algérie. Quatrième session du Conseil d'association Algérie-Union européenne*, Luxemburgo, 16 de Junho de 2009. Disponível em [http://www.mae.dz/ma\\_fr/stories.php?page=5&topic=05/02/06/4784345](http://www.mae.dz/ma_fr/stories.php?page=5&topic=05/02/06/4784345).
- \_\_\_\_\_ (2010), *Déclaration de l'Algérie. 5ème session du Conseil d'association Algérie-Union européenne*, Luxemburgo, 15 de Junho de 2010. Disponível em [http://www.eu2010.es/export/sites/presidencia/comun/descargas/AAEE/15\\_consejodeasociacixnUEArgeliaFR.pdf](http://www.eu2010.es/export/sites/presidencia/comun/descargas/AAEE/15_consejodeasociacixnUEArgeliaFR.pdf).
- \_\_\_\_\_ (2011), *Sixième session du Conseil d'association (Luxembourg, les 19 et 20 juin 2011)*, Luxemburgo, 20 de Junho de 2011. Disponível em [http://www.mae.dz/ma\\_fr/prnt.php?story=11/06/23/5534617](http://www.mae.dz/ma_fr/prnt.php?story=11/06/23/5534617).
- BM (2011), *World Development Report 2011. Conflict, Security and Development*, Washington: BM.
- BERTELSMANN STIFTUNG, *BTI 2010 – Algeria Country Report*, Gütersloh: Bertelsmann Stiftung.
- BP (2011), *BP Statistical Review of World Energy*, Londres: BP.
- COM (2002), *Algérie. Document de Stratégie 2002-2006 & Programme Indicatif National 2002-2004, Partenariat Euro-Med*. Disponível em [http://eeas.europa.eu/algeria/csp/02\\_06\\_fr.pdf](http://eeas.europa.eu/algeria/csp/02_06_fr.pdf).
- \_\_\_\_\_ (2005), *Algérie. Programme Indicatif National 2005-2006, Partenariat Euro-Med*. Disponível em [http://www.eeas.europa.eu/algeria/csp/nip\\_05\\_06\\_fr.pdf](http://www.eeas.europa.eu/algeria/csp/nip_05_06_fr.pdf).
- \_\_\_\_\_ (2007), *Algeria. Strategy Paper 2007-2013 & National Indicative Programme 2007-2010, European Neighbourhood and Partnership Instrument*. Disponível em [http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/enpi\\_csp\\_nip\\_algeria\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/enpi_csp_nip_algeria_en.pdf).
- \_\_\_\_\_ (2008), *European Union – Mediterranean countries: growing trade in services and investment*, Luxemburgo: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias.

- \_\_\_\_\_ (2009), *European Neighbourhood. A statistical review*, Luxemburgo: Serviço de Publicações das Comunidades Europeias.
- \_\_\_\_\_ (2011a), *A New Response to a Changing Neighborhood. A review of European Neighbourhood Policy. Joint Communication by the High Representative of The Union for Foreign Affairs and Security Policy and the European Commission*, Bruxelas, COM e Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Disponível em [http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/com\\_11\\_303\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/com_11_303_en.pdf).
- \_\_\_\_\_ (2011b), *Algérie. Programme Indicatif National 2011-2013, Instrument Européen de Voisinage et de Partenariat*. Disponível em [http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/2011\\_enpi\\_nip\\_algeria\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/2011_enpi_nip_algeria_en.pdf).
- \_\_\_\_\_ (2011c), *Registration of Crude Oil Imports and Deliveries in the European Union (EU27) Extra EU*. Disponível em <http://ec.europa.eu/energy/observatory/oil/doc/import/coi/eu-coi-2010-01-12.pdf>.
- CNUCED (2008), *Globalization for Development: the international trade perspective*, Nova Iorque e Genebra: CNUCED.
- \_\_\_\_\_ (2010a), *Trade and Development Report, 2010*, Nova Iorque e Genebra: CNUCED.
- \_\_\_\_\_ (2010b), *The Least Developed Countries Report 2010. Toward a New International Development Architecture for LDCs*, Nova Iorque e Genebra: CNUCED.
- \_\_\_\_\_ (2011), *World Investment Report*, Nova Iorque e Genebra: CNUCED.
- *Declaração de Barcelona e parceria euro-mediterrânica*. Disponível em [http://europa.eu/legislation\\_summaries/external\\_relations/relations\\_with\\_third\\_countries/mediterranean\\_partner\\_countries/r15001\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/external_relations/relations_with_third_countries/mediterranean_partner_countries/r15001_pt.htm).
- FEM (2010), *The Global Competitiveness Report, 2010-2011*, Genebra: FEM.
- FMI (2011), *World Economic Outlook 2011*, Washington: FMI.
- INVESTISSEMENT DÉVELOPPEMENT CONSEIL (IDC). (2009), *Evaluation de l'état de execution de l'Accord d'Association Algérie-UE. Rapport Final*, Argel: Investissement Développement Conseil S.A.
- OCDE (2011), *The African Economic Outlook 2011*, Paris: Centro de Desenvolvimento da OCDE.
- OMC (2011), *Algeria*, Genebra: OMC.
- PE (2011), *EU Energy Strategy in the South Mediterranean*, Bruxelas: PE.
- PNUD (2011), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. A Verdadeira Riqueza das Nações. Vias para o Desenvolvimento Humano*, Nova Iorque: PNUD.

- TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, *Corruption Perception Index 2010*, Berlim: Transparência Internacional. Disponível em [http://www.transparency.org/policy\\_research/surveys\\_indices/cpi/2010](http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010).
- UE (2009), *Déclaration de l'Union européenne. Quatrième session du Conseil d'Association UE-Algérie*, Luxemburgo, 15 de Junho de 2010. Disponível em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_Data/docs/pressdata/en/er/100344.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/er/100344.pdf).
- \_\_\_\_\_ (2010) *Déclaration de l'Union européenne. Cinquième session du Conseil d'Association UE-Algérie*, Luxemburgo, 15 de Junho de 2010. Disponível em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_Data/docs/pressdata/en/er/115219.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/er/115219.pdf).
- \_\_\_\_\_ (2011), *Déclaration de l'Union européenne. Sixième session du Conseil d'Association UE-Algérie*, Luxemburgo, 20 de Junho de 2011. Disponível em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/fr/er/122961.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/fr/er/122961.pdf).

### **C. – Acordos e outros instrumentos legais:**

- Acordo de Cooperação entre a Comunidade Económica Europeia e a República Argelina Democrática e Popular, *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* n.º L 263 de 27/09/1978, Luxemburgo: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias.
- Acordo Euro-Mediterrânico que cria uma associação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Argelina Democrática e Popular, por outro, *Jornal Oficial da União Europeia* n.º L 265 de 10/10/2005, Luxemburgo: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias.
- Decisão n.º 1/2007 do Conselho de Associação UE-Argélia de 24 de Abril de 2007 que aprova o Regulamento Interno do Conselho de Associação (2007/262/CE), *Jornal Oficial da União Europeia* n.º L 111 de 28/04/2007, Luxemburgo: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias.
- Decisão n.º 2/2007 do Conselho de Associação UE-Argélia de 16 de Outubro de 2007 que altera o Protocolo n.º 6 do Acordo Euro-Mediterrânico, relativo à definição de noção de “produtos originários” e aos métodos de cooperação administrativa (2007/713/CE), *Jornal Oficial da União Europeia* n.º L 297 de 15/11/2007, Luxemburgo: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias.
- Decisão n.º 3/2007 do Conselho de Associação UE-Argélia de 29 de Novembro de 2007 relativa à criação de subcomités do Comité de Associação e de um grupo de trabalho sobre os assuntos sociais (2007/835/CE), *Jornal Oficial da União Europeia* n.º L 330 de 15/12/2007, Luxemburgo: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias.
- Decisão n.º 1/2010 do Conselho de Associação UE-Argélia de 3 de Agosto de 2010 que altera o n.º 7 do artigo 15.º do Protocolo n.º 6 do Acordo Euro-Mediterrânico que cria uma

Associação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Argelina Democrática e Popular, por outro, relativo à definição da noção de “produtos originários” e aos métodos de cooperação administrativa (2010/566/UE), *Jornal Oficial da União Europeia* nº L 248 de 22/09/2010, Luxemburgo: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias.

- Decisão n.º 1/2011 do Conselho de Associação UE-Argélia de 20 de Maio de 2011 relativa à criação do subcomité “Diálogo político, segurança e Direitos Humanos” (2011/325/UE), *Jornal Oficial da União Europeia* nº L 146 de 01/06/2011, Luxemburgo: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias.
- General Agreement on Tariffs and Trade. Disponível em [http://www.wto.org/english/docs\\_e/legal\\_e/gatt47\\_01\\_e.htm](http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/gatt47_01_e.htm).
- General Agreement on Trade in Services. Disponível em [http://www.wto.org/english/docs\\_e/legal\\_e/26-gats.pdf](http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/26-gats.pdf).

#### **D – Artigos de imprensa publicados em periódicos online:**

- FERDI, Salem (2010), “Alger demande un sursis de trois ans à Bruxelles”, in *Le Quotidien d’Oran*, 20 de Dezembro de 2010., disponível em [http://www.algeria-watch.org/fr/article/pol/dz\\_ue/sursis\\_trois\\_ans.htm](http://www.algeria-watch.org/fr/article/pol/dz_ue/sursis_trois_ans.htm).
- GUEMACHE, Hamid (2007), “Renégociation de l’accord d’association sur les engrais” in *Le Quotidien d’Oran*, 5 de Setembro de 2007, disponível em [http://www.algeria-watch.org/fr/article/pol/dz\\_ue/renegociation\\_engrais.htm](http://www.algeria-watch.org/fr/article/pol/dz_ue/renegociation_engrais.htm).
- “Les négociations butent sur la liste de produits industriels”, in *El Watan*, 27 de Julho de 2011, disponível em [http://www.algeria-watch.org/fr/article/pol/dz\\_ue/negociations\\_butent.htm](http://www.algeria-watch.org/fr/article/pol/dz_ue/negociations_butent.htm).
- “Mise en place d’un marché intégré euroméditerranéen: Un accord stratégique est possible” in *El Watan*, 21 de Junho de 2010, disponível em <http://www.e-joussour.net/fr/node/5088>.
- OUKAZI, Ghania (2011), “L’Algérie peine à convaincre L’Europe” *Le Quotidien d’Oran*, 20 de Junho de 2011, disponível em [http://www.algeria-watch.org/fr/article/pol/dz\\_ue/pas\\_daccord.htm](http://www.algeria-watch.org/fr/article/pol/dz_ue/pas_daccord.htm).
- SAADOUNE, M (2009), “Algérie-UE: De la libre circulation du gaz et des personnes” in *Le Quotidien d’Oran*, 17 de Dezembro de 2009., disponível em [http://www.algeria-watch.org/fr/article/pol/dz\\_ue/libre\\_circulation.htm](http://www.algeria-watch.org/fr/article/pol/dz_ue/libre_circulation.htm).

#### **E – Sítios internet:**

- *CIA World Factbook*, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook>.
- Direcção-Geral do Comércio, Comissão Europeia, <http://ec.europa.eu/trade>.

- Eurostat, <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home>.
- Fundo Monetário Internacional, <http://www.imf.org/external/index.htm>.
- Ministério do Comércio da Argélia, <http://www.mincommerce.gov.dz>.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros da Argélia, <http://www.mae.dz>.
- Organização Mundial do Comércio, [www.wto.org](http://www.wto.org).
- Gabinete Nacional de Estatística, Argélia, <http://www.ons.dz>.
- Política Europeia de Vizinhança, Comissão Europeia  
[http://ec.europa.eu/world/enp/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/world/enp/index_en.htm).



## **Anexos**

### **Índice de Anexos**

<b>Anexo 1</b> – Indicadores relativos à economia, comércio e investimento da Argélia.....	<b>106</b>
<b>Anexo 2</b> – Indicadores relativos ao comércio de bens UE/Argélia.....	<b>109</b>
<b>Anexo 3</b> – Evolução comércio UE/Argélia nos grupos de bens objecto do desmantelamento tarifário visando a criação de uma ACL.....	<b>111</b>
<b>Anexo 4</b> – Dados relativos ao comércio de serviços e as trocas de investimento entre UE e Argélia.....	<b>113</b>
<b>Anexo 5</b> – Outros indicadores relativos à Argélia.....	<b>114</b>

## Anexo 1 – Indicadores relativos à economia, comércio e investimento da Argélia

### 1.1 – Indicadores relativos à economia argelina, 1999-2016 (FMI, 2011)<sup>1</sup>

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB real (variação %)	3,2	2,2	2,7	4,7	6,9	5,2	5,1	2,0	3,0	2,4	2,4	3,3	3,6	3,2	3,2	3,2	3,2	3,5
PIB nominal (variação %)	1,4	10,8	0,0	3,6	16,4	20,5	17,3	12,0	12,7	21,1	-21,8	14,7	20,0	4,4	3,1	3,8	4,4	1,4
PIB p/c PPP (USD)	4.390	4.514	4.669	4.892	5.260	5.623	6.060	6.214	6.473	6.762	6.762	6.950	7.180	7.405	7.636	7.891	8.169	8.484
PIB p/c PPP (variação %)	3,1	2,8	3,4	4,8	7,5	6,9	7,8	2,5	4,2	4,5	0,0	2,8	3,3	3,1	3,1	3,3	3,5	3,9
PIB p/c preços correntes (USD)	1.630	1.800	1.773	1.810	2.131	2.637	3.137	3.470	3.904	4.940	3.926	4.435	5.245	5.396	5.480	5.603	5.760	5.753
PIB p/c preços correntes (variação %)	-0,2	10,4	-1,5	2,1	17,7	23,7	19,0	10,6	12,5	26,5	-20,5	13,0	18,3	2,9	1,6	2,3	2,8	-0,1
Saldo orçamental público (% PIB)	-1,9	9,8	3,7	1,2	4,9	5,3	13,7	13,9	6,2	9,1	-5,4	-2,7	5,0	5,7	6,5	6,4	6,3	6,2
Receitas públicas (% PIB)	29,9	38,5	35,0	35,5	37,1	36,1	40,9	42,7	39,6	47,2	36,3	38,9	42,2	41,1	39,9	39,0	38,3	38,7
Despesas públicas (% PIB)	31,8	28,7	31,3	34,3	32,2	30,8	27,2	28,8	33,5	38,1	41,7	41,6	37,2	35,4	33,4	32,7	32,0	32,4
Dívida pública (% PIB)	56,7	44,9	39,8	32,0	25,2	20,3	13,5	1,9	0,7	1,6	1,5	1,2	0,8	0,7	0,6	0,6	0,4	0,4
Balança de Pagamentos (% PIB)	0,0	16,7	12,9	7,7	13,0	13,0	20,5	24,7	22,8	20,2	0,3	9,4	17,8	17,4	15,8	15,4	15,6	14,6
Investimento (% PIB)	28,7	25,0	26,8	30,8	30,3	33,3	31,3	30,0	34,4	38,3	50,0	44,0	38,7	38,0	38,9	39,4	39,2	39,0
Poupança Nacional Bruta (% PIB)	28,8	41,7	39,7	38,5	43,3	46,3	51,9	54,7	57,2	58,6	50,3	53,4	56,6	55,3	54,7	54,9	54,8	53,5
Taxa de inflação (%)	2,6	0,3	4,2	1,4	2,6	3,6	1,6	2,3	3,6	4,9	5,7	4,3	5	4,3	4	3,7	3,7	3,7
Taxa de desemprego (%)	29,2	29,4	27,3	25,6	23,7	18,6	15,3	12,3	11,8	11,2	10,2	10	9,8	9,5	9,1	8,8	8,4	8,1
Dívida Externa (% PIB)	59,4	46,7	41,1	39,7	34,3	25,7	16,7	4,8	4,2	3,3	3,8							

<sup>1</sup> Dados estimados para 2010 e previstos a partir desse ano até 2016.

1.2 – Indicadores relativos ao comércio argelino, 1999-2016 (FMI, 2011)<sup>2</sup>

1.2.1 – Indicadores Gerais

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações de bens fob (mil milhões USD)	12,32	21,65	19,09	18,71	24,46	32,22	46,33	54,74	60,59	78,63	45,19
Exportações de bens fob (variação %)	21,5	75,7	-11,8	-2,0	30,7	31,7	43,8	18,1	10,7	29,8	-42,5
Importações de bens fob (mil milhões USD)	8,96	9,35	9,48	12,01	13,35	17,95	19,87	20,68	26,35	37,39	37,40
Importações de bens fob (variação %)	3,8	4,4	1,4	26,7	11,2	34,5	10,7	4,1	27,4	41,9	0,0
Saldo comercial de bens fob (mil milhões USD)	3,36	12,30	9,61	6,70	11,11	14,27	26,46	34,06	34,24	41,24	7,78
Saldo comercial de bens fob (variação %)	122,5	266,1	-21,9	-30,3	65,8	28,4	85,4	28,7	0,5	20,4	-81,1
Exportações de serviços (mil milhões USD)	0,72	0,91	0,91	1,30	1,57	1,85	2,51	2,60	2,90	3,50	3,00
Exportações de serviços (variação %)	-2,7	26,4	0,0	42,9	20,8	17,8	35,7	3,6	11,5	20,7	-14,3
Importações de serviços (mil milhões USD)	2,56	2,36	2,44	2,48	2,92	3,86	4,78	4,80	6,90	11,10	11,70
Importações de serviços (variação %)	15,3	-7,8	3,4	1,6	17,7	32,2	23,8	0,4	43,8	60,9	5,4
Saldo comercial de serviços (mil milhões USD)	-1,84	-1,45	-1,53	-1,18	-1,35	-2,01	-2,27	-2,20	-4,00	-7,60	-8,70
Saldo comercial de serviços (variação %)	24,3	21,2	-5,5	22,9	-14,4	-48,9	-12,9	3,1	-81,8	-90,0	-14,5
Total exportações (mil milhões USD)	13,04	22,56	20,00	20,01	26,03	34,07	48,84	57,34	63,49	82,13	48,19
Total exportações (variação %)	19,9	73,0	-11,3	0,1	30,1	30,9	43,4	17,4	10,7	29,4	-41,3
Total importações (mil milhões USD)	11,52	11,71	11,92	14,49	16,27	21,81	24,65	25,48	33,25	48,49	49,10
Total importações (variação %)	6,2	1,6	1,8	21,6	12,3	34,1	13,0	3,4	30,5	45,8	1,3
Saldo total (mil milhões USD)	1,52	10,85	8,08	5,52	9,76	12,26	24,19	31,86	30,24	33,64	-0,92
Saldo total (variação %)	4966,7	613,8	-25,5	-31,7	76,8	25,6	97,3	31,7	-5,1	11,2	-102,7

<sup>2</sup> Dados estimados para 2010 e previstos a partir desse ano até 2016.

1.2.2 – Estrutura sectorial das exportações de bens da Argélia, 1999-2009, em % (FMI, 2011)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Hidrocarbonetos (% total)	96,59	97,14	97,08	96,84	98,06	97,95	98,40	97,93	98,36	98,18	98,30
Bens intermédios (% total)	2,21	2,20	2,16	2,16	1,29	1,34	1,04	1,40	1,06	1,08	0,87
Matérias-primas (% total)	0,36	0,19	0,20	0,30	0,20	0,30	0,29	0,36	0,28	0,43	0,37
Bens alimentares (% total)	0,18	0,14	0,16	0,19	0,19	0,20	0,14	0,13	0,15	0,16	0,25
Bens de consumo (% total)	0,15	0,07	0,07	0,14	0,14	0,05	0,04	0,08	0,06	0,04	0,11
Equipamento industrial (% total)	0,29	0,22	0,22	0,27	0,12	0,16	0,08	0,08	0,08	0,10	0,09
Outros (% total)	0,22	0,04	0,11	0,10	0,00	0,00	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01
Total (% total)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

1.2.3 – Estrutura sectorial das importações de bens pela Argélia, 1999-2009, em % (FMI, 2011)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Equipamento industrial	32,91	29,66	34,74	34,52	34,86	37,22	40,1	38,76	35,53	37,7	37,81
Bens intermédios	17,37	18,07	18,43	18,20	20,10	19,06	19,35	22,42	25,34	24,74	25,55
Bens de consumo	14,83	19,69	14,77	13,73	14,86	14,54	14,71	13,68	13,46	11,03	15,69
Bens alimentares	27,21	25,2	24,75	21,42	18,85	18,86	16,98	17,27	17,67	19,45	14,74
Matérias-primas	5,49	5,29	4,69	4,08	4,55	4,08	3,55	3,83	4,72	0,36	3,02
Energia	1,33	1,13	1,02	1,10	0,31	0,88	1,00	1,11	1,16	4,61	1,38
Outros	0,86	0,96	1,60	6,95	6,47	5,36	4,31	2,93	2,12	2,11	1,81
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

1.3 – Indicadores relativos ao IDE na Argélia e IDE argelino, 2000-2010 (FMI, 2011)

	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Fluxos de IDE na Argélia (milhões USD)	438	1196	1065	634	882	1.081	1.795	1.662	2.646	2.847	2.291
Fluxos de IDE na Argélia (variação anual %)	-13,6	173,1	-11,0	-40,5	39,1	22,6	66,0	-7,4	59,2	7,6	-19,5
Stocks de IDE na Argélia (milhões USD)	3.497	3.441	5.002	6.541	7.191	8.355	10.151	11.852	14.498	17.344	19.498
Stocks de IDE na Argélia (variação anual %)	0,0	-1,6	45,4	30,8	9,9	16,2	21,5	16,8	22,3	19,6	12,4
Stocks de IDE na Argélia (% PIB)	6,4	8,5	10,5	10	9,1	8,2	8,8	8,9	8,5	12,3	4,9
Fluxos de IDE argelino (milhões USD)	18	9	100	14	258	57	35	295	318	309	226
Fluxos de IDE argelino (variação anual %)	-61,7	-50,0	1011,1	-86,0	1742,9	-77,9	-38,6	742,9	7,8	-2,8	-26,9
Stocks de IDE argelino (milhões USD)	249	343	452	649	630	687	687	1.017	1.335	1.644	1.814
Stocks de IDE argelino (variação anual %)	0,0	37,8	31,8	43,6	-2,9	9,0	0,0	48,0	31,3	23,1	10,3

**Anexo 2 – Indicadores relativos ao comércio entre UE e Argélia**

2.1. Comércio de bens entre a UE e a Argélia

2.1.1 – Comércio de bens UE/Argélia, 1995-2010, em milhões € (Eurostat, 2011)

	<b>1995</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Exportações de bens da UE para Argélia	4.700	5.351	6.240	7.748	8.332	8.020	9.511	10.494	9.968	11.244	15.363	14.777	15.537
Importações de bens argelinos pela UE	4.800	7.894	16.620	16.170	14.410	14.594	15.253	20.887	24.156	20.584	28.259	17.407	20.887
Saldo comercial de bens UE/Argélia	-100	-2.543	-10.381	-8.423	-6.078	-6.574	-5.742	-10.393	-14.188	-9.340	-12.895	-2.631	-5.349
Volume comercial de bens UE/Argélia	9.500	13.245	22.860	23.918	22.742	22.614	24.764	31.381	34.124	31.828	43.622	32.184	36.424

2.1.2 – Exportações pela UE de bens destinados à Argélia, por sector, 2005-2010, em %  
(Eurostat, 2011)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Combustíveis minerais e derivados</b>	1,71	2,27	3,77	3,1	3,17	4
<b>Bens alimentares, bebidas e tabaco</b>	11,30	12,44	12,88	14,29	11,15	12,11
<b>Maquinaria e equipamento de transporte</b>	53,56	43,09	41,45	39,07	42,49	40,21
<b>Matérias-primas</b>	2,26	2,94	3,77	2,82	3,08	3,40
<b>Outros bens manufacturados</b>	17,31	24,82	23,71	27,00	26,31	25,68
<b>Produtos químicos</b>	12,77	13,39	13,07	12,23	12,05	13,39
<b>Outros</b>	1,09	1,05	1,35	1,49	1,75	1,21

2.1.3 – Importações pela UE de bens originários da Argélia, por sector, 2005-2010, em %  
(Eurostat, 2011)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Combustíveis minerais e derivados</b>	73,48	71,06	71,68	70,80	97,91	96,45
<b>Bens alimentares, bebidas e tabaco</b>	0,24	0,19	0,23	0,16	0,20	0,16
<b>Maquinaria e equipamento de transporte</b>	2,45	0,22	0,16	0,09	0,19	0,22
<b>Matérias-primas</b>	0,39	0,65	0,51	0,62	0,21	0,38
<b>Outros bens manufacturados</b>	0,34	0,58	0,68	0,45	0,35	0,56
<b>Produtos químicos</b>	0,91	0,87	0,91	1,11	1,09	1,36
<b>Outros</b>	21,19	26,43	25,83	26,77	0,05	0,87

2.2 – Variação anual média do comércio de bens UE/países do Magrebe, 2005/2010, em %  
(Eurostat, 2011)

	Argélia	Líbia	Marrocos	Tunísia
Exportações (%)	9,6	17,6	3,0	7,8
Importações (%)	0,0	9,1	-5,0	7,9
Saldo Comercial (%)	9,7	-7,2	23,1	6,9
Volume Comercial (%)	3,2	10,4	0,4	7,8

2.3 – Variação anual média do comércio de bens UE/ PTM, nos primeiros cinco anos da vigência dos respectivos AEMA, em % (Eurostat, 2011)

	Jordânia	Egipto	Líbano	Marrocos	Israel	Tunísia	Argélia
<b>Exportações (%)</b>	5,9	13,29	9,5	10,2	-3,4	3,9	9,6
<b>Importações (%)</b>	-5,7	9,2	9,2	9,6	-6,7	5,8	0,0
<b>Saldo Comercial (%)</b>	8	18,5	9,5	12,4	-6,7	-3,9	9,7
<b>Volume Comercial (%)</b>	4,4	11,8	9,5	9,9	-2,7	4,7	3,2

**Anexo 3 – Comércio de bens bilateral UE/Argélia nos grupos de bens objecto do desmantelamento tarifário visando a criação de uma ACL**

3.1. – Bens industriais

3.1.1 – Comércio de bens industriais UE/Argélia, 2005-2008, em milhões DZ (IDC, 2009)

	2005	2006	2007	2008
<b>Exportações (milhões DZ)</b>	881355	875521	1014549	1387093
<b>Importações(milhões DZ)</b>	30227	44602	37009	50677
<b>Saldo (milhões DZ)</b>	851128	830919	977540	1336416
<b>Volume (milhões DZ)</b>	911582	920123	1051558	1437770

3.1.2 – Importações argelinas de bens industriais originários da UE

3.1.2.1 – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como fornecedor à Argélia de bens industriais constantes do anexo 2 do AEMA, 2005-2008, em % (IDC, 2009)

	2005	2006	2007	2008
<b>UE (%)</b>	63	69	71	79
<b>Fora UE (%)</b>	37	31	29	21
<b>Variação anual do valor em DZ (%)</b>	0	7,01	19,4	55,48

3.1.2.2 – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como fornecedor à Argélia de bens industriais constantes do anexo 3 do AEMA, 2005-2008, em % (IDC, 2009)

	2005	2006	2007	2008
UE (%)	75	69	62	65
Fora UE (%)	25	31	38	35
Variação anual do valor em DZ (%)	0	6,42	5,89	30,71

3.1.2.2 – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como fornecedor à Argélia de bens industriais não constantes de qualquer anexo do AEMA, 2005-2008, em % (IDC, 2009)

	2005	2006	2007	2008
UE (%)	62	59	57	54
Fora UE (%)	38	41	43	46
Variação anual do valor em DZ (%)	0	-9,43	30,91	29,32

3.1.3 – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como cliente da Argélia de bens industriais, 2005-2008, em % (IDC, 2009)

	2005	2006	2007	2008
UE (%)	58	60	56	54
Fora UE (%)	42	40	44	46
Variação anual do valor em DZ (%)	0	47,56	-17,02	36,93

3.2 – Bens agrícolas

3.2.1 – Comércio UE/Argélia de bens agrícolas constantes dos Protocolos 2 e 4 do AEMA, 2005-2008, em milhões DZ (IDC, 2009)

	2005	2006	2007	2008
Exportações (milhões DZ)	120846	118896	141579	214963
Importações(milhões DZ)	835	1560	878	949
Saldo (milhões DZ)	120011	117336	140701	214014
Volume (milhões DZ)	121681	120456	142457	215912



3.2.2 – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como fornecedor à Argélia de bens agrícolas constantes dos Protocolos 2 e 4 do AEMA, em %, 2005-2008 (IDC, 2009)

	2005	2006	2007	2008
<b>UE (%)</b>	78	82	77	60
<b>Fora UE (%)</b>	22	18	23	40
<b>Variação anual do valor em DZ (%)</b>	0	87	-44	8

3.2.3 – Variação anual do valor em DZ e peso da UE como cliente à Argélia de bens agrícolas constantes dos Protocolos 2 e 4 do AEMA, em %, 2005-2008 (IDC, 2009)

	2005	2006	2007	2008
<b>UE (%)</b>	53	53	48	48
<b>Fora UE (%)</b>	47	47	52	52
<b>Variação anual do valor em DZ (%)</b>	0	-1,81	30,71	52,19

**Anexo 4 – Dados relativos ao comércio de serviços e as trocas de investimento entre UE e Argélia**

4.1 – Saldo do comércio serviços UE/países Magrebe, 2006/2009, em milhões € (Eurostat, 2011)

	2006	2007	2008	2009
Argélia	2.459	3.122	3.058	2.903
Líbia	933	1.084	1.418	1.229
Marrocos	1.871	2.478	3.483	2.630
Tunísia	1.071	1.324	1.558	1.322

4.2 – O IDE entre UE e Argélia

4.2.1 – Peso da UE como emissor de entradas de fluxos de IDE na Argélia, em %, e variação anual desses fluxos emitidos pela UE, em milhões USD, 2005-2008 (IDC, 2009)

	2005	2006	2007	2008
<b>UE (%)</b>	22	31	34	43
<b>Fora UE (%)</b>	78	69	66	57
<b>Entradas de fluxos de IDE (milhões USD)</b>	235	552	569	1144

4.2.2 – Incidência, por sector económico, das entradas na Argélia de fluxos de IDE oriundos da UE, 2005-2008, em % (IDC, 2009)

	2005	2006	2007	2008
<b>Hidrocarbonetos</b>	84,55	91,8	200,54	360,25
<b>Indústria agro-alimentar</b>	29,06	119,32	25,63	204,15
<b>Construção Civil</b>	6,31	58,95	39,8	237,18
<b>Indústria Manufactureira</b>	2,31	90,9	1,89	114,87
<b>Indústria Electrónica/informática</b>	0	0	20,13	109,38
<b>Banca</b>	25,46	93,19	113,26	44,99
<b>Outros</b>	89,87	98,08	187,85	188,54

**Anexo 5 – Outros indicadores relativos à Argélia<sup>3</sup>**

<b>Indicador</b>	
<b>Área (km2)</b>	2.381.741
<b>População (indivíduos)</b>	34.994.937
<b>Idade mediana (anos)</b>	27,6
<b>Taxa de crescimento populacional (%)</b>	1,17
<b>Taxa de mortalidade infantil (‰)</b>	25,81
<b>Esperança de vida à nascença (anos)</b>	74,5
<b>Taxa de fertilidade (%)</b>	1,75
<b>Taxa de literacia (%)</b>	69,9

<sup>3</sup> Dados extraídos de CIA (2011), estimados para 2011, com excepção da taxa de literacia, em que os dados são estimados para 2001.